

**Gabriele de Souza e Castro Schumm**

**UM ESTUDO ENUNCIATIVO DE UMA POLÍTICA DE LINGUAS: UMA  
IDENTIDADE “MISTURADA”**

Texto apresentado à Banca de Defesa  
de Dissertação de Mestrado, no  
Instituto de Estudos da Linguagem-  
IEL/UNICAMP como pré-requisito  
parcial para obtenção do título de  
Mestre em Lingüística.

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (IEL/UNICAMP)**

**UNICAMP**

**Instituto de Estudos da Linguagem**

**2004**



*Banca Examinadora*

---

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Zink Bolognini (Instituto de Estudos das Linguagem – Unicamp)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Onice Payer (Ufscar/Univás)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Pfeifer (Instituto de Estudos da Linguagem –Unicamp) Suplente

**CAMPINAS**

**20/05/2004**



## *Agradecimentos*

Encerrada mais esta etapa de trabalho, olho para trás e vejo a necessidade de agradecer aqueles que fizeram parte desta jornada. Pois como tudo na vida, nada se faz sozinho, com esta dissertação não poderia ser diferente.

Tive colaboração de muitos e das mais diversas maneiras e são essas participações, algumas maiores, outras menores, mas todas com sua importância que me fizeram chegar, finalmente, ao fim.

Agradeço especialmente aos moradores das cidades de Entre Rios e Witmarsum que me acolheram e estavam sempre dispostos a me ajudar de todas as formas possíveis seja na coleta dos dados propriamente, seja na hospitalidade com que me receberam em suas casas. Não posso esquecer a professora Telma Eliza Abib Leh, que me auxiliou enquanto estive na cidade de Entre Rios e intermediou meu contato inicial com os moradores de Witmarsum e se mostrou sempre solícita durante toda a pesquisa.

À professora Carmen Zink com quem iniciei na pesquisa acadêmica e se tornou mais que uma orientadora, uma amiga.

À banca de qualificação, composta pelas Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Zink e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Onice Payer, que com suas intervenções proporcionaram, no momento do exame, uma discussão produtiva sobre o trabalho e deram o estímulo necessário para que concluísse o trabalho com entusiasmo.

Às “amigonas” Fernanda e Janaína por estarem comigo nas lamentações e comemorações que envolveram este trabalho, com madrugadas de conversa, regadas de cafés, e muitas risadas, sempre me apoiando e acreditando.

A Natalie, minha irmã, que com seu jeito mais sério e suas broncas oculta seu carinho e cuidados comigo.

Ao Fabiano e ao Leandro, que estão ao meu lado desde a graduação, e souberam ser meus “irmãos”, no sentido mais literal da palavra, com críticas e elogios, sempre apoiando minhas decisões.

Lembro também as companheiras de biblioteca, Marla e Gil, com quem discuti textos e teorias, que acabaram suscitando interessantes reflexões para este e outros trabalhos, e “joguei conversa fora (!?)”, acompanhadas de muito bom humor e leveza.



Aos amigos dos cafezinhos, momentos em que tinha o afastamento necessário do texto e a aproximação mais que importante das pessoas que me ajudaram a seguir em frente com críticas e elogios, mas sempre confiando. (Maíra, Fabiana, Julia, Kassandra, Janete, Débora, Rosley, Norberto, Celso, Tiago, Sal, Jaqueson, Cristiane, Eliana, Janete *etc*). Esse *etc* representa o nome de muitos que ficaram de fora, mas que também tiveram e têm seu lugar nesta jornada e na minha vida.

Ao Rogério, do “alto de sua sabedoria”, que chegou depois, mas nem por isso ajudou menos com seu bom humor, interesse, cuidado e amizade.

Agradeço a Deus, por me iluminar e abençoar os caminhos por mim percorridos e por Ele desenhados.

Esta pesquisa foi financiada pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.





*Um agradecimento especial a Eduardo Guimarães*



*A meus pais, eles sabem porquê.*



**UM ESTUDO ENUNCIATIVO DE UMA POLÍTICA DE LINGUAS: UMA  
IDENTIDADE MISTURADA**

**SUMÁRIO**

<b>ABSTRACT</b>	17
<b>RESUMO</b>	19
<b>APRESENTAÇÃO</b>	21
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>MISTURA DE LÍNGUAS</b>	25
1. As novas línguas da “Mistura”	31
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A QUESTÃO DO CONTATO NA HISTÓRIA</b>	35
1. Na Alemanha	36
2. No Brasil	38
2.1 Rio Grande do Sul	40
2.2 Santa Catarina	42
2.3 Paraná	44
2.4 Espírito Santo	45
2.5 Outros Estados	47
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>LÍNGUA/ESTADO/NAÇÃO</b>	49



## **CAPÍTULO IV**

<b>LINGUA E ESPAÇO DE ENUNCIACÃO</b>	61
1. O Sentido na Enunciação	63
1.1 Acontecimento e Sentido	63
2. O Acontecimento do Dizer	66
3. O Espaço Enunciativo no Brasil	69

## **CAPÍTULO V**

<b>ANÁLISE DE LINGUAS EM RELAÇÃO</b>	71
1. <i>Corpus</i>	71
1.1 Entrevista	72
2. Descrição das línguas nas entrevistas	78
3. Espaço de Enunciação Alemão/Português	91
4. Considerações finais	97

## **CAPÍTULO VI**

<b>LÍNGUA NACIONAL – LÍNGUA MATERNA</b>	101
1. Língua Nacional e Espaço de Enunciação	102
2. Espaço de Enunciação e Línguas Nacionais	104
3. Língua Materna/Língua Nacional e Espaço de Enunciação	108

<b>CONCLUSÃO</b>	113
------------------	-----

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	121
---------------------	-----

<b>ANEXO</b>	125
--------------	-----





## ABSTRACT

Within a perspective which is different from the sociolinguistics approach of languages in contact, we conceive language and languages in contact as a relation of languages which cohabit in a specific space of enunciation.

Taking semantics of enunciation as the theoretic model which put into motion the questions that sustain this Dissertation, it is the national language which determines the speaker as a citizen of a determined country.

In the space of sociability between German and Portuguese, there is a relationship of litigation which distributes them in this space, dividing and renewing them all the time. There is not a tight place for these languages which makes possible to think about a specialization of the languages according to pre-established categories.

The configuration of German and Portuguese in this space is better recognized in the analysis of the data captured in some cities of German descendants, located in Paraná. The data were captured during interviews made in German. The methodology adopted is distinct from the theory developed by Labov, considering that the interaction between interviewer/interviewed was not erased and the subject of the interviews was the languages spoken in their cities.

The crossing over German and Portuguese was analyzed considering the enunciative scene, locutor and the enunciation as the categories of analysis. The analysis of functioning of language in this enunciative space makes visible the constitutor relation of language in the constitution of speakers.

To understand the constitution of the enunciative space of these cities and how Portuguese and German relate in the determination of speaker identity is the best way to comprehend the participation of both languages in the double constitution of subjects speakers: German as the memory of an origin and Portuguese as the national language which regulates the operation of the enunciative space.



## RESUMO

A partir de uma visão distinta que tem sido vista pela sociolinguística sobre línguas em contato, concebemos a língua, e as línguas em contato, dentro do quadro teórico da semântica da enunciação, como uma relação de línguas que convivem em um espaço de enunciação específico. Tomando o espaço de enunciação como dispositivo teórico que movimenta as reflexões que sustentam esta dissertação, na relação de línguas e falantes que constitui este espaço, é a língua nacional que determina o falante como cidadão de um determinado país.

No espaço de convivência das línguas alemão e português, há uma relação de litígio que as distribui neste espaço, dividindo-as e as refazendo o tempo todo. Não há um lugar estanque para cada uma das línguas que possibilite se pensar numa especialização das línguas segundo categorias pré-estabelecidas

O modo como as línguas alemão e português se configura neste espaço ganha materialidade na análise dos dados coletados nas cidades de descendentes de alemães, localizadas no Paraná. A coleta foi realizada através de entrevistas em alemão. A metodologia usada para as mesmas se afasta da teoria desenvolvida por Labov, de modo que a interação entrevistador/entrevistado não foi apagada e as entrevistas foram acerca das línguas das cidades.

O cruzamento das línguas alemão e português foi analisado com as seguintes categorias de análise: cena enunciativa, locutor e enunciador. A análise do funcionamento da linguagem neste espaço de enunciação dá visibilidade à relação constitutiva da língua na constituição dos falantes.

A compreensão da constituição do espaço de enunciação das cidades pesquisadas e de como as línguas alemão e português se relacionam na determinação da identidade dos falantes é o lugar de compreender especificamente como se dá a participação de cada uma das línguas, a língua alemã, como memória de uma origem, e o português como a língua nacional que regula o funcionamento do espaço de enunciação, na constituição dupla dos sujeitos falantes.



## APRESENTAÇÃO

A história nos mostra através de alguns acontecimentos que a língua é muito mais que uma combinação de sinais que fixa um conteúdo desvinculado das condições em que se dá uma enunciação. Seu funcionamento está sempre afetado pela história, pelo social e pelo político.

No início da colonização do Brasil, a ausência dos fonemas correspondentes a *F*, *L*, *R* na língua falada pelos índios, que aqui viviam, foi apreendida de forma bem mais complexa que um simples problema lingüístico. A falta destes fonemas atestava, segundo os portugueses, que esta comunidade indígena não tinha *Fé*, *Lei*, ou *Rei*, isto é, era um povo pagão e não aceitava regras; era a justificativa necessária para a colonização, uma colonização de exploração, que seria realizada.

À época do Nazismo, seguidores do regime nazista, que pregavam a supremacia da raça ariana, quiseram abolir do alemão os empréstimos lingüísticos. A questão da pureza racial buscava uma resposta na língua. Foi através dela também, mediatizada pelos meios de comunicação de massa como o rádio, que a propaganda nazista foi difundida.

Atualmente, há questões políticas que continuam dizendo respeito à língua. Nos EUA, os lingüistas mais conservadores têm exigido a implementação do inglês como língua oficial na Constituição. Essa decisão seria a barreira legal encontrada pelos “nacionalistas” para barrar fenômenos como o *Spanglish*, uma mistura do inglês com o espanhol, falado por imigrantes latinos e descendentes. A xenofobia a esses encontrou um modo de se fazer significar encoberta pelo protecionismo da língua. Mais recentemente, no Brasil, foi apresentado ao Congresso um projeto de lei, criado pelo deputado Aldo Rabelo, o qual proíbe empréstimos lingüísticos sob risco, aos infratores, de punição. A problemática aqui não é o português em si, em uma tentativa de criar uma política de línguas que o difunda, mas tentar de alguma forma enfrentar o avanço que a cultura americana vem tendo no Brasil. Já que o grande problema, segundo o deputado responsável pelo projeto de lei, é o crescimento do inglês dentro do Brasil. Esse crescimento se caracteriza pelo número excessivo de palavras em inglês presentes no vocabulário do brasileiro.

O poder que a língua exerce sobre os falantes é facilmente notado, mesmo na ausência de problemas políticos significativos. Países oficialmente monolíngües, como o Brasil, determinam qual língua será usada em território nacional. Definida a língua nacional, os falantes para se

constituírem como cidadãos, como sujeito-de-direito<sup>1</sup> do país, se vêm na obrigação de enunciar deste lugar, determinando assim uma língua uma para uma nação.

Para Gregoire (1975)<sup>2</sup>, é a homogeneização da língua que garante o bom funcionamento da sociedade política, isto é, a língua da nação significa o falante desta como cidadão, como membro integrante de uma sociedade nacional. Nesse sentido, aqueles que se recusam ou não conseguem falar a língua do Estado e, por isso, não se colocam dentro desta homogeneidade, se definem como excluídos da sociedade, ratificando, assim, a importância da língua dentro da organização social do Estado. A escola, enquanto instituição, é um dos principais instrumentos para promover um conceito idealizante/idealizado da língua, que pode ser mais bem apreendido quanto à noção de idealização, quando visa populações lingüísticas mais distantes da norma, da língua do Estado.

A questão do poder político da língua se manifesta tanto a nível nacional, com as questões dialetais, como entre países em sua busca de criar uma identidade através da língua. Este trabalho procurará, a partir de um incessante questionamento de como o político se manifesta na língua, analisar a questão do político na relação entre as línguas e a constituição da identidade dos falantes por meio dela.

Para isso, localizaremos a questão no problema da mistura de línguas em território nacional. Em cidades brasileiras de descendentes de imigrantes, como seguramente em qualquer país, é muito comum à hibridação de línguas, isto é, o português e a língua do imigrante, associadas às representações sociais de impureza. Esse tipo de relação desta “nova” língua criada por falantes/descendentes é marcado politicamente. Isto será trabalhado especificamente na imigração alemã, centrando a questão no espaço enunciativo de descendentes de alemães de duas cidades do Paraná (Entre Rios e Witmarsum).

Os falantes dessas cidades são bilíngües, isto é, se constituem enquanto falantes por estas duas línguas, cujas relações com os descendentes são diversas. Nestas cidades era comum cada uma das línguas trazer uma especialização social<sup>3</sup>. Tendo em vista essa compartimentalização

---

<sup>1</sup> Para ver mais sobre sujeito-de-direito ver Harouche, C. 1992 e nos capítulos seguintes da dissertação.

<sup>2</sup> Achard, P. – “Um Ideal Monolíngüe” in Vermes, G. & Boutet, J. (orgs.) *Multilinguismo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989. (pg. 43)

<sup>3</sup> Cadiot, P. – “As Misturas de Línguas” in Idem 1 (pg. 141). Essa analogia foi feita, tendo em vista o tipo de relação que cada uma das línguas, a alemã e a portuguesa, têm com os falantes. O alemão está vinculado à questão histórica,

social das línguas, nas cidades pesquisadas, o alemão poderia ser definido como a *lingua del cuore* (coração) e o português, *lingua del pane* (pão). Essa relação diversificada entre as línguas e os falantes que constitui estes últimos é responsável pela mistura, cuja configuração é política.

E é nessa configuração que se apreende a definição de língua na qual toda a pesquisa será desenvolvida. Para isso, farei um percurso retomando algumas posições que tratam como a mistura aparece nos estudos da ciência da linguagem e a forma como ela tem se construído atualmente na lingüística. Por outro lado procurarei desenhar o percurso histórico que trouxe à língua este papel central como elemento unificador de um país, constituindo, assim, uma identidade nacional que permite inclusive que políticas de língua norteiem as relações sociais e políticas de um país.

A normatividade da distribuição das línguas no espaço enunciativo das cidades pesquisadas determina e identifica os falantes nas relações deles com as línguas alemã e portuguesa. É a configuração política deste espaço enunciativo na divisão normativa desigual deste que configura os lugares da língua “misturada” no lugar da exclusão da identidade alemã, censurando a identidade dos descendentes de alemães, mas ao mesmo tempo os incluindo e identificando enquanto imigrante alemão e cidadão brasileiro. O lugar da identidade nestas cidades de descendentes se configura no alemão, pois é esta língua que define a especificidade destes brasileiros como “brasileiros alemães”.

Tendo em vista, porém, a conceituação de espaço de enunciação, há uma distribuição hierárquica das línguas que configura a relação dos falantes com as línguas alemão e português. Nesta distribuição desigual das línguas o alemão entrecruzado é a língua que exclui os falantes da condição de falantes de alemão, já que esta “língua” é vista como a degradação do alemão. Mas é neste lugar da “mistura” que os falantes deste “tipo” de alemão se incluem no lugar de FA (falantes de alemão) e no lugar da identidade dos “brasileiros alemães”. É justamente no funcionamento do espaço de enunciação que a identidade destes falantes se constitui.

A configuração política da língua, bem como os conceitos que permitem que se chegue a esta concepção de língua serão tratados no capítulo 4. Este apresentará a noção de espaço de enunciação e o modo pelo qual entendo a questão da mistura de línguas dentro do quadro teórico da semântica do acontecimento. Apresento ainda neste capítulo a configuração do espaço de

---

a sua constituição enquanto imigrantes; e o português, como língua do Estado, a um uso regulado por um tipo de obrigação.

enunciação do Brasil e nas cidades pesquisadas, de modo a desenhar o quadro teórico em que minhas análises se sustentam.

Mas para se chegar a esse quadro teórico, a problemática da mistura de línguas será desenvolvida no capítulo 1, vez que é esta questão que possibilita que o estudo do cruzamento das línguas alemão e português se configure em minha pesquisa.

No capítulo 2, localizo o problema das línguas em contato na história da expansão e colonização, centrando a questão na imigração alemã no Brasil. Pois é justamente no contato das línguas alemão e português nas cidades de descendentes alemães que minha questão se desenha mais especificamente.

No capítulo 3 configuro a relação Língua/Estado/Nação de forma a tentar dar visibilidade à questão da importância política da língua para formação de um Estado e por consequência de uma nação. É a partir desse ponto que tento iniciar o distanciamento da língua como mero sistema de comunicação. Observaremos neste capítulo a força política em firmar, através da língua, a noção de Estado e de cidadão deste.

No capítulo 5, farei uma análise dos dados colhidos em duas cidades de descendentes de alemães que atestam a mistura das línguas alemão e português na fala dos moradores das cidades pesquisadas.

No capítulo 6, apresento uma reflexão sobre o lugar da língua materna no espaço de enunciação. Tendo em vista, que as áreas de pesquisa, são regiões bilíngües como se constitui o espaço de enunciação e como as línguas, português e alemão, se distribuem neste espaço de modo a determinar os falantes bilíngües. Para estes falantes, o que se definiria, então, como língua materna.



## CAPÍTULO I

### MISTURA DE LÍNGUAS

Antes de iniciar o estudo da mistura de línguas dentro do quadro teórico a que me filio, a semântica da enunciação, traço aqui um percurso dentro da lingüística e especificamente de algumas áreas que tiveram, e têm, o assunto como objeto de conhecimento.

Tanto a lingüística histórica, como a lingüística comparada centravam seus estudos nas línguas e visavam encontrar a origem delas. Até se chegar à questão do contato e da mistura das línguas, várias hipóteses foram levantadas sobre a sua formação, calcadas em uma postura naturalista, na qual a língua era concebida como um organismo vivo. Nesse quadro teórico, a lingüística histórica fundada por Bopp (1806) estabeleceu que as semelhanças existentes entre as línguas clássicas só poderiam ser explicadas pela origem comum, o indo-europeu. Grimm, retomando o trabalho de Bopp, formulou o princípio de mudança das línguas ancorado em um caráter genético, o qual visava a reconstrução da protolíngua, pelo método da comparação. Este método comparativo classificava as línguas tipologicamente de acordo com suas semelhanças, buscando, assim, estabelecer o parentesco delas. As mudanças das línguas, para ele, não seguem uma linha evolutiva.

Os neogramáticos fugiram um pouco desta perspectiva histórica. Eles se contrapunham à busca por uma protolíngua. Seus estudos se calcavam nos processos de evolução lingüística observáveis nas línguas vivas, nas quais os processos de evolução poderiam ser vistos em ação. Segundo eles, as línguas sofreriam alterações devido à ação de leis fonéticas determinadas, que agiriam de forma regular e constante, admitindo exceções somente através da força psicológica da analogia.

Ainda fazendo uso desta perspectiva naturalista, a lingüística, segundo Kristeva (1969), foi inserida nas ciências naturais por Schleicher (1821-1868), responsável por esta visão mais biologicista, que substituiu a busca por uma protolíngua pela busca da língua mais evoluída. Ele

foi o grande responsável por esta guinada nos estudos desenvolvidos até então. Seu construto teórico estava calcado em alguns fenômenos epistemológicos do século XIX, como a teoria de Darwin.

Nesse sentido, Schleicher propôs, então, uma forma hipotética de uma língua indo-européia, que estaria na origem de todas as demais. Para tanto, as línguas “derivariam” uma das outras de acordo com uma árvore genealógica. Para sustentar sua hipótese, Schleicher retomou as teses evolucionistas, mostrando, por meio destas, que a evolução da língua comportava dois estágios: um ascendente que conduz às línguas flexionais; e uma fase descendente que estava marcada pela desagregação do sistema flexional, dividindo as línguas em três tipos: as isolantes, as aglutinantes e as línguas flexionais.

Dessa forma as ciências da linguagem foram se constituindo dentro das ciências naturais, isto é, o estudo dos seres vivos passou a ser base para se estudar a língua e, por conseqüência, a sociedade, explica Kristeva (1969).

Esse tipo de estudo, continua ela, fundou a primeira correlação língua/sociedade, que é retomada mais para frente no quadro teórico da sociolinguística, a qual se baseou nos preceitos de Humboldt. Para este, a língua é um instrumento do pensamento e uma forma de apreensão do mundo; nesse sentido, cada tipologia de língua corresponde, então, a uma visão de mundo. Isto é, as diferenças estruturais entre as línguas passam a significar as diferenças entre as sociedades. Essa evolução da língua reflete, assim, uma hierarquia de povos. Sua teoria contempla uma perspectiva organicionista: as línguas “mais complexas” são resultado de povos mais evoluídos. A sociolinguística retomou essa perspectiva de língua como instrumento de representação. Isto é, para Humboldt a língua representava a sociedade. Cada sociedade tinha uma língua que a representava. Assim as línguas, por ele, consideradas mais simples representavam as sociedades mais primitivas. A sociolinguística retoma esse olhar para a língua numa correlação língua e sociedade, na qual a língua representava as relações sociais que configuram uma sociedade.

Ainda em *História da Linguagem* (1969), Kristeva retomou a importância do trabalho do filólogo alemão Schuchardt (1909) que foi o primeiro a tratar especificamente a problemática das línguas em contato. Ele questionou o trabalho dos neogramáticos que explicavam as mudanças linguísticas por leis fonéticas. A teoria por ele defendida justificava a mudança das línguas segundo a situação geográfica. A convivência de duas línguas distintas em uma mesma área resultava, assim, em uma mudança que era decorrente do contato entre elas. Essa hipótese

levantada por Schuchardt proporcionou uma ruptura com a corrente teórica predominante até então, a qual via a língua funcionando em uma linha evolutiva tal qual um organismo. De acordo com esta perspectiva naturalista de língua, esta era um organismo da natureza.

Para ele, a formação de novas línguas nada tinha a ver com a evolução das mesmas, como defendiam os neogramáticos, para quem a formação da língua era resultado de alterações fonéticas, mas sim da decorrência do contato de duas ou mais línguas em um mesmo espaço, ou espaços próximos.

Esse estudo coincidiu justamente com a época das primeiras migrações européias que possibilitou que as várias línguas, que estão distribuídas no mundo, entrassem em contato. As distinções entre as línguas e a necessidade de comunicação que se fazia durante este período, levou a necessidade das línguas receberem influências uma das outras, “gerando”, assim, uma nova língua, os pidgins. Para Schuchardt, essas novas línguas eram resultado da mutilação sofrida pelas línguas européias, feitas pelos próprios europeus e tinha como objetivo facilitar e possibilitar, assim, a comunicação entre os povos. Sendo assim, ele negava qualquer tipo de influência dos substratos (línguas dos dominados) na formação dessas. Isto é, não havia lugar para a língua dos dominados na formação dos pidgins. A constituição destes era basicamente das línguas dos dominantes em uma forma mais simplificada.

Um grande nome dos estudos da língua em contato, no século XX, foi Weinreich (1968), lingüista alemão que desenvolveu a problemática ancorada na perspectiva teórica da Sociolingüística.

Weinreich, ao tratar a questão da mistura de línguas, nomeou o fenômeno de línguas em contato. Para ele, o processo consiste na transformação de algumas regras das línguas por meio do conhecimento que o falante tem de mais de uma língua. A definição deste fenômeno seria, então, a reorganização das regras pela introdução de elementos estrangeiros à língua dentro de sua estrutura mais profunda.

Para ele, quanto maior a diferença entre as línguas, maior a possibilidade de interferência. Haveria duas formas para se medirem estas diferenças: a) medir a proporção do vocabulário comum; e b) medir a inteligibilidade mútua entre os dialetos.

As formas de interferência das línguas em contato são firmadas nos termos da lingüística descritiva. Isto é, mesmo em interferências específicas, estas podem ser identificadas por métodos

lingüísticos. Por exemplo, se os sistemas fônicos ou gramaticais fossem comparados e as diferenças delineadas, haveria, então, uma lista das supostas formas de interferências, conclui ele.

A interferência se explicaria por fatores extralingüísticos que são aqueles que se definem além da estrutura. Esses fatores não estruturais são derivados do contato do sistema com o mundo e algumas familiaridades individuais com o sistema e o valor simbólico que este como um todo é capaz de adquirir.

Para isso Weinreich faz uma distinção desses fatores que operam no indivíduo e na comunidade. Os que são inerentes ao falante são:

1. empréstimo lexical que é justificado pela inadequação cultural no meio que o contato se dá;
2. competência relativa em cada língua e a habilidade de manter separados os dois sistemas lingüísticos determinada pelo tópico e pelos interlocutores que se configuram pelo uso específico de cada língua.
3. o modo como a língua foi adquirida e as atitudes em relação às línguas. Estes fatores podem ser definidos como inerentes ao falante;

Na outra categoria de fatores extralingüísticos estão os que operam na comunidade, tais como o número de falantes, a homogeneidade ou heterogeneidade socioeconômica e o predomínio de indivíduos bilíngües com um comportamento específico; atitudes estereotipadas quanto às línguas, quanto à cultura de cada comunidade de fala e a (in)tolerância frente ao bilingüismo.

Além desses, há também fatores estruturais que definem a interferência. Estes se dão tanto na fala, em que se dá uma mudança no uso da língua no falante bilíngüe, resultado de seu conhecimento de duas línguas; como na língua resultado da cristalização da mudança realizada na fala.

Para Weinreich, as interferências na língua se configuram em três níveis:

- a.) FONÉTICO: transferência de sons de uma língua para outra;

Essa interferência se dá quando o falante de uma língua reproduz fonemas de uma determinada língua em outra e ao reproduzi-los, submete estes fonemas às regras do sistema no qual está inserido.

b.) GRAMATICAL: o uso do morfema de uma língua A na fala/escrita de uma língua B; aplicações de relações gramaticais da língua A em morfemas de B; ou omissão de uma relação da língua B que não tem protótipo na língua A.

A consideração das interferências que ocorrem a nível gramatical opõe Weinreich, segundo ele próprio diz, às teorias defendidas por Meillet e Sapir que acreditavam que os sistemas das línguas seriam impenetráveis.

É interessante observar o modo como as línguas são conceituadas para a sociolingüística. As línguas são sistemas que embora convivam em um mesmo espaço se mantêm estanques. O contato entre elas possibilita algumas transferências de uma para outra. Em nenhum momento, a língua é concebida de modo a se pensar que a relação de dois povos e duas culturas esteja constituída na língua, como veremos a seguir.

Para identificar a interferência a nível gramatical é preciso que, vez que os limites entre morfologia e sintaxe, e gramática e léxico são tênues, as línguas envolvidas no contato sejam descritas nos mesmos termos. Além disso, se faz necessário tentar estipular os limites do que seria palavra ou não, sintaxe ou morfologia para assim compará-los e definir categorias. Em algumas línguas, os morfemas são considerados palavras enquanto que em outras suas funções são definidas por relações gramaticais.

As transferências morfológicas mais comuns são aquelas que preenchem o vazio da ausência do morfema, isto é, a língua que não tem determinado morfema para uma função gramatical específica recebe com mais facilidade estes morfemas para corrigir inadequações lexicais. Weinreich (1968) explica o fenômeno pela necessidade do falante bilíngüe de inserir algumas categorias em um sistema considerado mais fraco a fim de reforçá-lo.

Além da transferência morfológica, as interferências ocorrem nas relações gramaticais e são estas as mais constantes. Esse tipo de interferência é comum devido à falta de segmentação dela na fala dos sujeitos, passando despercebido para eles, vez que o sentido é aprendido por implicação:

LEXICAL: o vocabulário de uma língua pode influenciar o vocabulário de outra de diversas maneiras.

A questão da interferência lexical é a que menos se relaciona com a questão de línguas em contato, se comparado com a fonética, ou mesmo com a questão gramatical. As causas do empréstimo de palavras afetam a todos, mesmo os falantes monolíngües. A necessidade de

nomear coisas novas implica em uma inovação lexical. Para saber o que das criações é transferência, o lingüista precisa definir o que uma comunidade lingüística aprendeu da outra. Além de algumas novas designações serem inadequadas, e por isso o empréstimo lexical se aplica, há razões estruturais para as inserções lexicais. O uso pouco freqüente de algumas palavras as torna instáveis e sujeitas, portanto, a substituições. As homonímias também abrem espaço para novas palavras; a fim de resolver o problema, palavras são emprestadas de outras línguas, visando sanar a confusão causada.

Na visão estruturalista de Weinreich, a língua é um sistema que representa as relações sociais e de poder que constituem uma sociedade. Para ele o sujeito está à parte destas relações e “faz uso” da língua para se inserir e se identificar em determinada categoria social. Isto é, o sujeito definido pelo autor, é um sujeito psicológico que está fora da língua e a usa para se inserir nas relações sociais e significar na sociedade. Dessa forma, língua e sujeito estão separados.

Um dos principais problemas na questão das línguas em contato, segundo Weinreich, é definir, ou pelo menos, tentar, qual seria a língua dominante devido, inclusive, às funções sociais de cada uma delas. O que não implica, contudo, que as mudanças ocorram em uma direção só: da língua dominante para a língua dominada.

A relevância das funções sociais das línguas concerne à variedade do *modus vivendi*<sup>4</sup>, que cria regras de comportamento lingüístico, além de uma determinação social que opera a resistência ou a obediência à mudança. Essa especialização social da língua privilegia uns e condena outros à exclusão, uma vez que o prestígio social de uma língua determina qual língua “aceita” ou não a mistura. Isto é, explica Weinreich, se em uma área bilíngüe com uma língua **A** e uma língua **B**, a língua **A** é a língua de prestígio, o cruzamento da língua **A** na língua **B** é aceitável. O contrário, porém, é considerado um problema.

Weinreich levanta o problema da mistura de línguas não só por questões lingüísticas, mas por questões sócio-culturais. As mudanças lingüísticas devem ser, portanto, analisadas de acordo com a função das línguas na situação de contato. No caso das situações de imigração, a aquisição de uma nova língua, a língua do país hospedeiro, se faz necessário para as relações comerciais e institucionais, enquanto que a língua materna fica reservada a assuntos familiares.

---

<sup>4</sup> Terminologia usada por Weinreich em *Languages in Contact*

## 1. As novas línguas da “Mistura”

O espaço do cruzamento lingüístico é a comunidade. É na comunidade ou entre elas que se concretiza o contato que produz fenômenos de mescla ou de convivência, mecanismo “ativado” pelos indivíduos que integram tais comunidades.

O cruzamento das línguas possibilita ainda a formação de uma nova língua, vez que em muitos casos as influências que as línguas sofrem uma das outras distancia as demais das primeiras. Nesta seção veremos justamente como estas línguas se formaram, a partir do trabalho desenvolvido pelos lingüistas Fernando Tarallo e Tânia Alkmin.

Ao verificar as mesclas, Tarallo & Alkmin (1981) dividiram-nas em dois tipos:

- Intracomunidade: aponta para uma heterogeneidade sistemática da comunidade de fala. O uso das variáveis disponíveis aos falantes não é aleatório, fatores lingüísticos e não-lingüísticos condicionam o uso das variedades;
- Intercomunidade: define-se pela coexistência de dois sistemas lingüísticos distintos em uma mesma comunidade de fala, tais como o bilingüismo. As causas destas mesclas são históricas e sociais.

Segundo os autores de *Falares Crioulos* (1981), nas comunidades bilíngües, a convivência das línguas se dá de duas formas. A primeira é a morte de um dos sistemas lingüísticos – neste caso a comunidade volta a ser monolíngüe. E a segunda forma, seria a manutenção das duas línguas, constituindo, então, de fato, uma comunidade bilíngüe. Esta convivência das línguas, contudo não implica em um equilíbrio delas. O que ocorre em casos assim é a diglossia, isto é, a compartimentalização de cada um dos sistemas com vistas às suas funções sociais, ou mesmo o code-switching: em que os dois sistemas se mesclam no nível da sentença, segundo a perspectiva teórica de Weinreich (1968).

É nesse cruzamento a nível estrutural que se configura a formação das novas línguas tais como o crioulo e o pidgin, que definirei mais adiante.

Segundo Tarallo e Alkmin (1981), em uma situação de contato entre dois grupos étnicos e lingüísticos radicalmente opostos, a urgência de um meio de comunicação acarreta a formação do pidgin. Sua primeira ocorrência foi registrada nas costas da África como resultado de uma mistura entre o português e línguas africanas, há cerca de 500 anos.

O pidgin surgiu da necessidade de institucionalizar uma linguagem oral em que palavras e frases pertencentes às duas línguas se misturaram numa proporção variável e arbitrária. Estas

línguas têm como características básicas o caráter auxiliar e secundário para os grupos envolvidos, os quais, porém, mantêm suas respectivas línguas; e o preenchimento das funções sociais limitadas, sobretudo, às relações comerciais. O pidgin se constituiu basicamente de um sistema rudimentar resultante de processos de simplificação e redução da língua dominante no contato, explicam os autores.

Com o passar do tempo, o pidgin teve suas funções ampliadas e tornou-se, então, uma língua materna de uma parte de seus falantes e, por conseqüência, foi promovido a língua natural e oficial. Essa nova fase do pidgin foi definida como crioulo que se constitui a partir do contato de línguas européias e não-européias com léxico predominantemente europeu, isto é, as línguas crioulas têm em sua herança lexical a marca da língua do dominador.

Na perspectiva de Hymes (*apud* Tarallo & Alkmim, 1981), tanto a pidginização, como a criouliização são processos que ocorrem com as línguas de modo geral. O que se dá é uma individualização de um novo sistema que se distancia da norma lingüística socialmente dominante. Na proposta dele, o contato entre línguas distintas produz o contínuo pré-pidgin que pode se cristalizar, formando um sistema autônomo, o pidgin, ou ainda desaparecer. Há como possibilidade ainda do pré-pidgin dar origem ao crioulo. Para Hymes, o status da língua crioulo é inferior à língua nativa dos falantes devido à falta de uma tradição escrita. É possível, contudo que o crioulo se funda à língua padrão no chamado pós-crioulo.

Assim como a estabilidade da mescla se dá pelo acionamento de elementos externos, tanto a mudança como a variação também se correlaciona, explicam Tarallo e Alkmim (1981), a categorias sociais tais como classe social e sexo. O desempenho lingüístico identifica o comportamento social, do mesmo modo que a estrutura social pode determinar o desempenho lingüístico, caminhando, então, para uma relação dialética entre desempenho lingüístico e o comportamento social.

Essa relação entre língua e sociedade se reafirma inclusive na forma de analisar os fenômenos de mescla, dentro da perspectiva teórica da sociolingüística, em que se levam em conta três critérios:

- 1.) o da sociedade como um todo (macrossocial);
- 2.) do indivíduo na mesma sociedade; e
- 3.) uma perspectiva estritamente lingüística.



Há ainda outras possibilidades de conceber a mescla como a definição de code-switching apresentado por Blomm e Gumperz (1922). Para eles, há uma alternância das variedades mutuamente inteligíveis (ou ainda ininteligíveis) de acordo com uma função social. Dentro deste quadro teórico, Tarallo & Alkmin (1981) fizeram uma descrição deste tipo de mescla em uma comunidade de falantes de bokmal e ranamal. Os falantes alternavam as variedades, cuja escolha se configurava no espelhamento entre a escolha da variedade e o sistema de valores locais. **Ranamal**: valores de identidade, de solidariedade, isto é, valores locais. **Bokmal**: os valores pan-noruegueses concerniam aos interesses políticos, culturais e econômicos em nível nacional.

Outras definições sobre o code-switching foram dadas por Denison que definia o código-base de texto como sua macroestrutura e a penetração do segundo código atuando em sua micro-estrutura. Assim, dentro desta concepção, haveria alguns fatores no code-switching a serem considerados tais como: o grau de proficiência e de fluência do falante nos dois códigos; a questão dos empréstimos lingüísticos de língua para língua; e o fenômeno de interferência, cuja atuação reflete nos níveis fonológico, gramatical e lexical.

Uma outra concepção sobre línguas em contato foi defendida por Francisco Adolfo Coelho (1880) que concebia qualquer tipo de mescla nascida do contato, resultado de uma aquisição imperfeita de uma língua estrangeira, sem previsão de influência da língua do substrato. Isto é, cabia ao povo, considerado socialmente inferior, construir os dialetos a partir da língua do povo superior.

É comum usar como evidências empréstimos lexicais para reconstruir condições sociais, políticas e culturais. Algumas interferências estão condicionadas a certas condições sociais específicas, mas não a outras, assim é possível reconstruir algumas situações do passado com ajuda dos lingüistas.

Outras disciplinas estudaram também o fenômeno da “mistura”, como a antropologia que trata a hibridação das línguas como um aspecto da questão de culturas em contato. Vemos, então como a língua foi tratada aqui como um reflexo de uma questão social que é vista como algo que abrange a linguagem. Segundo Weinreich, embora as áreas não entrem num acordo sobre o estudo do contato, ambas apresentam a mesma concepção de língua, de representação da sociedade. Pois há para elas dois estudos a serem feitos: por um lado a intersecção entre questão extra-estrutural e a estrutural, estudada pela sociolingüística, definidos pelas raízes da organização das formas lingüísticas em um sistema determinado, e, por outro lado, o estudo dos

fatores extra-língua que envolvem a antropologia, uma vez que esta só faz uso da questão lingüística para incorporar os estudos de aculturação. A lingüística, por sua vez, se pauta na antropologia para estudar os fatores além da estrutura que entram no campo da cultura. Juntos, antropólogos e lingüistas, trabalham com a premissa de que o indivíduo é o lugar do contato.

Centrando a questão na mistura de línguas sob diversas perspectivas teóricas, de forma a entender a questão teórica que centra o trabalho a ser desenvolvido, farei uma retomada de alguns pontos que significaram e possibilitaram o contato, tais como a imigração, pois é nela, na imigração alemã, que o contato entre as línguas português e alemão, que vamos tratar, se estabeleceu.

As noções sobre mistura de língua apresentadas neste capítulo configuram um quadro teórico (o da sociolingüística variacionista) distinto da perspectiva teórica da semântica da enunciação. A primeira apresenta uma correlação da língua com a sociedade que concebe a língua como um reflexo das categorias sociais, enquanto que nesta semântica a língua constitui e identifica o sujeito-falante.

É nessa relatividade da sociolingüística que a semântica do acontecimento, mais especificamente, como veremos a seguir, ancora sua crítica, uma vez que tendo a língua como representação da sociedade, as variantes da língua identificariam os falantes dentro da estrutura social, de acordo com determinadas categorias, tais como faixa etária, classe social. A língua teria, assim, uma função especular da sociedade, e se ignora, dessa forma, a configuração política da língua, na qual o falante se inclui e se constitui como cidadão.

## CAPÍTULO II

### A QUESTÃO DO CONTATO NA HISTÓRIA

Retomo a questão da “mistura” de línguas em uma situação específica: a imigração alemã no Brasil, sobre a qual falarei a seguir. Faço antes um percurso histórico da problemática do cruzamento desde a expansão do império romano.

À época da expansão do território do império romano, o contato de línguas foi mobilizado de forma a possibilitar a comunicação entre os povos envolvidos. Neste processo de “conquista”, as línguas foram se influenciando mutuamente. Uma das teorias que procura explicar de que forma essas influências se davam, considera a língua do dominador como o superstrato e a do dominado de substrato.

A questão do substrato posta acima, muito tem a ver com o estudo da lingüística românica. Esta nomenclatura se propõe explicar os tipos de influências externas que se configuram na questão das línguas em contato. Estes conceitos, explica Ilari (1999), só foram usados em comunidades que tiveram uma situação de bilingüismo por um determinado tempo. Estas designações foram firmadas a partir da metáfora de uma imagem de camadas de línguas que se superporiam umas às outras. Além do substrato, há também o superestrato e o adstrato. O substrato são as influências que a língua do dominador recebe da língua do dominado; superestrato, por sua vez, são as influências recebidas da língua do dominador na língua do dominado; e por último o adstrato que seria nada mais que os empréstimos lingüísticos.

Voltando a questão histórica, a política romana adotada, por exemplo, é que possibilitou a manutenção da cultura dos vencidos, e, por conseguinte, a manutenção da língua materna, ao menos, no contato entre os mesmos, vez que não houve neste período uma dizimação da cultura dos vencidos como se deu posteriormente em algumas colonizações, tais como a espanhola que destruiu tribos indígenas inteiras além de impedir que as línguas destas e suas tradições se

mantivessem. Para os romanos, a conquista de um povo não implicava diretamente no extermínio do dominado, e muito menos, de sua cultura.

As línguas com as quais o latim entrou em contato, por efeito das conquistas pertenciam a diferentes famílias lingüísticas e eram bastante distintas entre si. Dessa forma, a situação típica nestas áreas era o bilingüismo. Seja como for o latim, presente nas regiões dominadas numa variedade popular, ou numa variedade erudita, ia se impondo como a língua que exprimia uma cultura mais avançada e que abria melhores perspectivas de negócios e ascensão política e social. Era esse lugar político do latim que significava os seus falantes de modo a incluí-los nas novas relações sociais que se firmavam. Essa predominância do latim não impediu, porém, que traços das línguas dominadas se impusessem ao latim. Essas influências foram responsáveis pela formação das línguas românicas.

Do mesmo modo, alguns séculos depois, a colonização e os movimentos migratórios que se iniciaram na Europa desenharam o quadro de línguas que se distribui no mundo atualmente. É notável, então, perceber que a hibridação das línguas faz parte da história dos povos, pois foi a partir de processos como esses, de expansão e conquista, que línguas distintas passaram a conviver em um mesmo espaço geográfico. Contudo, a mescla não se configurou do mesmo modo durante estes períodos. Enquanto que no período de conquistas, a imposição da língua do dominador era uma regra. Em alguns casos, a língua do dominado era dizimada, sem que essa deixasse traços na primeira. À época da imigração, as relações de línguas apresentaram algumas particularidades como veremos a seguir.

O movimento migratório teve início na Europa, seja para explorar as colônias na América, seja mais tarde, para fugir à situação de pobreza e miséria que o Velho Mundo enfrentava no século XIX. Mas foi a migração do século XX que se diferencia particularmente do processo de expansão do Império Romano. Fugidos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, os europeus migravam com o objetivo de se fixar no novo país de forma que este se tornasse “seu” país. Trarei aqui a questão da imigração alemã de modo a traçar, então, um quadro geral de como a imigração se desenrolou na Europa, tomando como foco a Alemanha.

## **1. Na Alemanha**

O processo de imigração do século XIX pode ser dividido em dois momentos:

1-) na primeira metade do século XIX, a maioria dos imigrantes veio da parte ocidental da Alemanha, que, por estar passando por um processo de Revolução Industrial, gerou excedente populacional disponível à imigração; e

2-) o deslocamento de um contingente populacional originado principalmente do leste do rio Elba, das regiões da Pomerânia e outras regiões que passavam por um processo de adequação ao capitalismo.

As razões da emigração, segundo Oberacker Jr. (1955), resultaram da explosão demográfica, da questão da herança da propriedade territorial, da política de imigração e, principalmente, de razões de ordem econômica.

Os alemães iniciaram a emigração no início do século XIX. A Alemanha era pobre, o sistema de heranças, se igualitário, levava à fragmentação da terra, quando não obrigava os herdeiros a buscarem seu sustento fora da propriedade. Tal situação provocou intenso êxodo rural que se ampliou na segunda metade do século XIX, com início da mecanização das atividades agrícolas.

Com o crescimento urbano, a industrialização competia com o trabalho artesanal do camponês, reduzindo o ganho suplementar. Para aqueles que não queriam se submeter à proletarização, ou não encontravam trabalho, a saída foi a emigração. Além de questões econômicas, houve algumas razões políticas, como: guerra da libertação de 1815, os motins de 1830-31, a Revolução de 1848 e as Guerras de Unificação.

Os imigrantes alemães vieram para o Brasil de vários pontos da Alemanha: Hamburgo, ao norte; Baden, ao sul; Pomerânia ao leste, que hoje pertence à Polônia, e Bremen. Essa heterogeneidade geográfica é um dos fatores que dificultaram o estudo da língua alemã falada no Brasil. A diversidade de dialetos na Alemanha sempre foi um fato muito comum devido às diversas composições pelas quais a Alemanha já passou, como o Império Austro-Húngaro, Império Prussiano e o Reino Alemão até chegar a sua formação atual. As suas muitas formações foram também responsáveis por um êxodo populacional muito grande. Os emigrantes alemães que saíram da Alemanha recebiam muitas influências e traços das línguas com as quais conviviam, resultando na grande dialetação do alemão. E foi essa diversidade de 'línguas' que chegou ao Brasil.

Nos primeiros trinta anos de imigração, os alemães, que vieram da Suábia e de Hunsrück, foram para o Sul, cujas características geográficas lembravam as de seu país.

A grande maioria veio da região de Hunsrück, parte sudoeste do rio Reno, entre os rios Saar, Mosel, e Nahe, região situada mais ou menos dentro do quadrilátero formado pelas cidades de Tier, a mais antiga cidade alemã; e outra capital do setor ocidental do império Romano, Köblenz.

## **2. No Brasil**

O Governo Brasileiro, segundo Carneiro (1950), necessitava de um contingente populacional para ocupar certas áreas desabitadas do país e viu na imigração a solução para o problema. Patrocinou, então, uma leva de imigrantes/colonizadores que vieram para o país com o objetivo claro de ocupar estas áreas. As levas que se seguiram foram de imigrantes/colonizadores que vieram fugidos da Alemanha, devido à pobreza que assolava o país e, mais tarde, das guerras que enfrentava.

No Brasil Império, foi desenvolvida uma política de imigração para o Brasil, iniciada logo após a ruptura com Portugal em 1822. Essa política migratória visava resolver três questões:

- 1-) promover o branqueamento racial do País;
- 2-). fortalecer a economia do mercado; e
- 3-) garantir-lhe a segurança territorial.

A preocupação com a segurança nacional visava, sobretudo, o Sul do país, em função da Guerra Cisplatina de 1811. Nesse sentido, em 1824, foram introduzidas no Sul do Brasil as primeiras levas de imigrantes, trazidas pelo governo. Os homens iriam integrar o exército em época de conflitos, e, em tempo de paz, iriam trabalhar na agricultura. Por esse motivo, eles foram instalados em áreas rurais, próximas a núcleos urbanos para abastecimento das populações das cidades, contribuindo assim para o fortalecimento da produção nacional, uma vez que se visava um aumento da produção agrícola no país.

Alguns obstáculos dificultaram maior ousadia nos investimentos relativos ao projeto de imigração, verificando-se, assim, uma certa oscilação desta prática, com momentos de ruptura e retomada no período posterior ao final do Império. O primeiro obstáculo foi a suspensão da subvenção oficial à imigração. Outro fator responsável pela quebra do movimento migratório foi a falta de recursos financeiros do Brasil, explica Carneiro (1950). A limitação do mercado consumidor, decorrente do predomínio da economia exportadora não era atraente aos imigrantes que se dedicavam exclusivamente à economia de mercado interno. A estrutura fundiária baseada

no latifúndio monocultor também prejudicou os imigrantes que, em geral, eram pequenos proprietários.

A falta de mão-de-obra, devido ao fim da política escravocrata e a necessidade de estabelecer fronteiras foram as principais razões da vinda de imigrantes ao Brasil. Aos imigrantes se atribuía a expectativa de firmar o Brasil como um país e não mais como uma colônia. Da mesma forma que os negros construíram a colônia, cabia aos imigrantes a formação de um Brasil independente. Esses fatores levaram o Império a patrocinar uma política migratória, juntamente com a formulação de dois decretos.

O decreto de 1808 de D. João VI permitiu a imigração de não-portugueses e a concessão de terras a católicos estrangeiros; e o de 1820 se dirigiu especificamente aos povos de língua alemã. Esse privilégio se justificou pela nacionalidade da Imperatriz Leopoldina, esposa, austríaca, de D. Pedro I. Esses decretos formalizaram a colonização baseada no regime de pequenas propriedades.

O movimento migratório alemão caracterizou-se por ser dirigido pelo governo central das províncias do sul, e efetivado por companhias particulares. Os alemães foram encaminhados para áreas mais desertas e demarcadas ao longo de linhas coloniais. Estes lotes eram pequenos e insuficientes para a produção. O resultado disso foi um movimento migratório para novas áreas a oeste de Santa Catarina, para o planalto e oeste paranaense e, mais recentemente, Rondônia e Mato Grosso.

A colonização germânica caracterizou-se por uma certa homogeneidade entre si devido a sua autonomia frente às demais colônias fundadas por outros europeus. Grande parte dos núcleos transformou-se em cidades pequenas e médias (industrializadas ou não). O andamento das atividades comerciais e artesanais possibilitou uma abertura destas colônias que intensificaram o contato com outros imigrantes.

Para Campos (1978), os primeiros problemas se deram a partir da terceira geração de imigrantes com a questão fundiária, pois a comunidade alemã cresceu rapidamente, o que causou um deslocamento de parte da população rural para áreas urbanas, como Porto Alegre, Curitiba, São Paulo.

Os imigrantes europeus que chegaram nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul não encontraram resistência por parte dos brasileiros, pois sua presença não interferia na economia local.

O mesmo não se pode dizer de Rio de Janeiro e São Paulo que viam nas pequenas propriedades concorrência aos latifúndios.

As regiões Norte e Nordeste não tiveram muito sucesso com a imigração alemã, principalmente por causa das condições climáticas e a alta taxa de mortalidade dos imigrantes.

A Revolução Farroupilha, em 1835, teve conseqüências diretas no processo migratório. O número de imigrantes que entraram no Brasil naquele ano foi muito inferior devido à instabilidade da Província e às conseqüências do conflito. Entretanto, não podemos deixar de ver outras conseqüências causadas pela Revolução tais como o incentivo à imigração às regiões centrais da Província.

Na época da Regência, devido a uma série de problemas políticos, e atendendo à pressão dos grandes proprietários de terra, paralisou-se o processo de colonização oficial. Deste período até a década de 50 do século XIX, desenvolveu-se uma dupla política: de um lado o estímulo a iniciativas particulares e à imigração espontânea e, por outro, medidas que preparassem e facilitassem a retomada do processo de imigração.

Em 1848 – 1850, a colonização foi retomada com base em um Estatuto Legal. Desenvolveu-se um processo de colonização oficial, sob orientação do governo e outro particular.

A Lei de Terra, formulada em 1850, estabeleceu que a colonização do Rio Grande do Sul deveria ser feita com base na venda de terras devolutas. Essa lei visava povoar o Rio Grande do Sul com colonos imigrantes que colocassem seu trabalho em função da produção para o mercado. O trabalho era a única forma de pagar pela propriedade, pelos auxílios recebidos e dar conta da manutenção do culto e pagamento de impostos.

À medida que o número de colonos ia crescendo, houve um pedido direcionado à Província para desapropriação de algumas terras que possuíssem condições para formar novas colônias.

## **2.1 Rio Grande do Sul**

Dois anos após a independência do Brasil, em 1824, a colonização alemã teve início no estado. Na província de Rio Grande do Sul, a primeira colônia fundada, São Leopoldo, foi estabelecida em lotes da Real Feitoria do Linho Cânhamo. Esta colônia marcou o início da



colonização no Sul do Brasil, povoada principalmente por agricultores. Os imigrantes de São Leopoldo eram, em sua maioria, destinados aos batalhões de estrangeiros do Imperador.

A partir de 1835, após a Guerra civil em que se viu envolvida, São Leopoldo começou a crescer e tornou-se município, exportando vários de seus produtos a Porto Alegre, como mel, cera, cultura do linho e algodão, vinhos, tecidos de lã.

Em março de 1848, um grande número de colonos estava em viagem da Europa para o Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1849, conta Cunha (1991) em *Os colonos alemães e a fumiicultura*, os primeiros colonos chegaram para a colônia de Santa Cruz.

A colônia de Vila Germânia, de caráter particular, era composta na sua maioria por imigrantes de Pomerânia. Até o começo da década de 1870, foram fundadas as colônias de Santa Cruz do Sul em 1849; Santo Ângelo, em 1857; Nova Petrópolis, em 1858; e Monte Alverne em 1859.

Em agosto de 1858, chegaram os primeiros colonos alemães à nova colônia provincial de Nova Petrópolis, fundada no território de São Leopoldo.

A produção agrícola de Santo Ângelo, em 1886, demonstrou a preocupação em produzir para o mercado. A colônia destacou-se também na produção de tabaco. O cultivo de cana-de- açúcar também foi importante para produção de rapadura, melado, aguardente.

A colônia de Teutônia, a aproximados 125 km de Porto Alegre e numa área original de quatro léguas quadradas, foi colonizada a partir de 1858. A formação desta colônia se deu em razão da área destinada inicialmente à colônia, a margem esquerda do rio Boa Vista, estar ocupada pela colônia de São Leopoldo.

A imigração pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul teve início ao sul do rio Camaquã, na Serra dos Tapes, interior do município de Pelotas. Os pomeranos de Pelotas e São Lourenço do Sul foram os que mais mantiveram suas tradições, pois em decorrência da predominância luso-brasileira na região ficaram fortemente fechados em suas comunidades, cristalizando sua cultura, com menor influência de outras etnias.

A região colonial começou ao norte de Porto Alegre e foi se elevando até alcançar a altura de 900 metros. Esta pôde ser dividida em 3 zonas fisiográficas: baixada, encosta e planalto. Na baixada, situava-se a zona industrial alemã, na encosta, a zona agrícola.

Em 1893/95 apenas 12% da população gaúcha era considerada de descendência alemã. Durante a década de 1930 os descendentes alemães já giravam em torno de 20% da população.

## 2.2 Santa Catarina

Para Cabral (1973), durante a proibição da imigração, esta foi feita por iniciativas particulares como ocorreu em Santa Catarina. As colonizações particulares permitiram que se desenvolvessem colônias independentes que se organizaram internamente política e socialmente.

A colonização de latifúndio fracassou no estado, pois seus proprietários, ao contrário dos da grande metrópole, não tinham grandes posses e os latifúndios faliram.

A idéia das pequenas propriedades com trabalho livre surgiu através de Miranda Ribeiro. Em 1828, no governo de Francisco de Albuquerque, Santa Catarina recebia a primeira leva de imigrantes destinados à formação de dois núcleos coloniais na estrada que se abria para Lages. Eram 166 famílias alemãs vindas de Bremen. A primeira colônia estava situada à margem esquerda do rio Imaruhi. Em homenagem à família Imperial, que facilitou e incentivou a colonização alemã em especial, recebeu o nome de São Pedro Alcântara.

Os alemães chegaram a Santa Catarina em 1828 e encontraram alguns aspectos diversos dos de Rio Grande do Sul, como, por exemplo, a falta de prosperidade dos latifúndios, característica comum no estado vizinho. A colonização alemã começou na região fronteira a Desterro, na boca da mata catarinense, à margem da estrada que deveria ligar a capital a Lages. O crescimento vegetativo da população alemã muito cedo determinou uma expansão das primitivas zonas coloniais. No ano de 1871, a colonização alemã saiu do vale do Itajaí, em direção ao planalto catarinense.

Enquanto isso, mais ao norte, a Companhia de Colonização de Hamburgo, partindo do núcleo inicial de D.Francisca, subiu a serra e fundou São Bento. Em 1897 a Sociedade Colonizadora Hanseática recebeu do governo a incumbência de colonizar terras tributárias do rio Itajaí do norte.

Nos fins do século XIX surgiram, em Santa Catarina, várias companhias particulares, que fundaram na confluência do rio Itajaí do Sul com o Itajaí do Oeste, a cidade de Bela Aliança. Mais adiante, ainda no Itajaí do Sul, localizava-se a vila de Ituporanga, ponto de encontro de duas correntes migratórias, uma vinda da região fronteira a Florianópolis e outra que desceu de Blumenau.

Em *Santa Catarina*, Cabral (1973) explica que à semelhança do que ocorreu no Rio Grande do Sul, o desenvolvimento econômico da zona colonial de Sta. Catarina permitiu a

divisão de seus municípios em novas células administrativas; de Blumenau, saíram Rio do Sul, Indaial, Timbó, Gaspar, Rodeio, Ibirama, Taió e parte de Guaramirim.

Quanto ao extremo oeste do estado, somente na terceira década do século XX é que teve início o povoamento com imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, transbordando dos núcleos iniciais de imigrantes alemães e italianos.

Em 1850, Herman Bruno Otto Blumenau com mais de 17 imigrantes fundou a cidade com o mesmo nome no Vale do Itajaí. Foi partindo do que é hoje a cidade de Blumenau que os colonos iniciaram a penetração sistemática e paulatina na bacia do Itajaí. Além de Blumenau, surgiram comunidades que, mais tarde evoluíram em centros de importância econômica, como Pomerode, Indaial, Badenfurt, etc. Ao sul da colônia de Blumenau, Brusque foi fundada em 1860 pelo governo imperial. Em Brusque localizaram-se colonos provenientes de Schlesvig-Holstein, da Pomerânia e, principalmente de Baden.

Ao Sul surgiram ainda, em 1866, a colônia Brüdertal, com alemães da Volínia (Rússia). Três anos depois se fundou Bananal (Guaramirim).

Os imigrantes que chegaram, afirma Cabral (1973), buscavam tanto as terras do litoral, desenvolvendo grandemente a agricultura e iniciando na região a indústria, como o sertão, ou ainda, estendiam-se pelos vales dos rios.

E no vales do Itajaí, do Tubarão, da Cachoeira encontravam-se os grandes centros coloniais. Em torno destes vales surgiram vários núcleos, originados a partir de um primeiro núcleo tal como Blumenau.

Das margens do Cachoeira surgiu o germen que atingiu a Serra. Da colônia D. Francisca partiu a primeira leva que atingiu o planalto, fundando, no alto da Serra do Mar, a colônia de São Bento.

Em terras pertencentes ao príncipe de Joinville, às margens do rio Cachoeira, instalou-se, em 1851, mais uma colônia fundada pelos serviços da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, à qual foi dado o nome de D. Francisca, homenagem à princesa. Duas outras levadas de colonos chegaram e se instalaram em Annaburgo. À D. Francisca chegou grande número de intelectuais: médicos, teólogos, advogados, naturalistas. A colônia era regida por leis próprias, criadas por um acordo entre o príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora. Dez anos depois de sua fundação, D. Francisca contava com 3678 habitantes, 70 engenhos de farinha de mandioca, 32 de açúcar e muitas pequenas indústrias.

Em 1866, a colônia se tornou município, com o nome de Joinville. Contava com jornal em língua alemã. Ao longo de suas estradas formaram-se pequenos núcleos. Em 1854 a diretoria de D. Francisca propôs a construção de uma estrada, D. Francisca.

Em 1872, a 60 Km de Joinville, afirma o autor de *Santa Catarina*, estabeleceram-se as primeiras famílias em São Miguel, no alto da serra, mas como as terras eram impróprias, mudaram para mais longe, para as proximidades das cabeceiras do rio São Bento.

A Sociedade Colonizadora de Hamburgo fundou Hansa e Harmonia, cujas terras deveriam ser devolvidas ao Estado após 15 anos. Elas estavam situadas às margens do rio Itapocú e do Hercílio (Itajaí do Norte). Foram, então, criados três distritos coloniais: Itapocú e Pirai, no município de Joinville, e Itajaí Hercílio, no de Blumenau. Elas ficaram conhecidas como Hansa e foram à falência. Reorganizada em 1903, Hansa passou a chamar-se Hansa-Humboldt.

A primeira colônia localizada depois de São Pedro de Alcântara, a caminho do planalto sul, foi Vargem Grande em 1837 (à margem direita de Cubatão), formada por alemães que estavam descontentes em São Pedro de Alcântara.

## **2.3 Paraná**

A partir de 1921, a imigração do estado é impulsionada devido ao valor baixo de suas terras.

Alguns imigrantes do Rio Grande do Sul, que buscavam terras para colonizar, criaram no oeste catarinense e, sobretudo às margens do Rio Peixe uma novíssima zona colonial, pois o alto crescimento vegetativo da população da velha zona colonial riograndense levou, paulatinamente, o excedente humano a explorar as regiões mais ao norte.

No Planalto do Paraná, na periferia de Curitiba, e em outras pequenas cidades da campanha estabeleceram-se numerosos imigrantes, vindos do Rio Negro e do nordeste de Santa Catarina. Nas proximidades da Lapa surgiram Mariental e Johannisdorf; perto de Palmeira, Quero-Quero, Papagaios Novos e Lago, e, nos Campos Gerais de Ponta Grossa, os núcleos Guaraúna, Moema, Taquari, Botuquara, Strackenau e Pelado. Esses imigrantes foram de grande importância demográfica para o planalto paranaense, parcamente povoado. Eles e seus

descendentes logo se disseminaram por toda a província, fundando muitas colônias filiais e cooperando, assim, consideravelmente no rápido desenvolvimento do Paraná.

Os alemães foram os primeiros imigrantes a pisar em terras paranaenses em 1929 vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, além da Alemanha. A rápida assimilação cultural se deu, explica Aulich (1953), devido ao pequeno número de colônias no Paraná, pois a fácil adaptação dos alemães à vida urbana fez com que eles se diluíssem nas cidades. Essa assimilação era mais notável em algumas colônias como a de Rio Negro, que havia perdido todos os traços da cultura alemã, isto é, em Rio Negro a adaptação ao Brasil se deu de tal forma que em pouco tempo nem mesmo a língua alemã era falada na colônia.

Esta assimilação plena da cultura brasileira não era regra às colônias alemãs, mas exceção. As colônias alemãs, um pouco por causa das condições já mencionadas anteriormente, não esqueciam de sua origem mantendo o alemão apesar de aprenderem o português. À época das formações das colônias, o português era usado como língua comercial somente. O alemão era a língua de uso comum nas colônias, tanto é assim que as primeiras escolas e igrejas construídas pelos próprios imigrantes tinham o alemão como “língua corrente”. O português só passa a fazer parte da vida dos colonos quando escolas administradas pelo governo são construídas e o português, enquanto língua oficial do Brasil, é ensinado aos imigrantes.

## **2.4 Espírito Santo**

O governo patrocinou a imigração para o Espírito Santo, garantindo aos imigrantes, transporte do Rio de Janeiro a Vitória e lotes que já haviam sido demarcados. Uma força policial lhes foi garantida para evitar ataques dos Botocudos. O governo forneceu material e subsídios para as primeiras necessidades e assistência médica necessária para sanar os problemas mais comuns, como febre amarela e enfermidades epidêmicas.

As colônias alemãs integraram duas grandes zonas, situadas uma ao Sul, e outra ao Norte do vale do Rio Doce as quais podiam ser classificadas em zonas de antigas colônias, que foram fundadas antes da primeira Guerra, e zonas das novas colônias. As terras que foram colonizadas, tanto por alemães, como por italianos, eram terras de difícil acesso, dada a sua localização entre as Serras do Castelo e do Caparão.

O berço da colonização alemã foi constituído pelos dois vales superiores dos rios Jucu e Sta. Maria da Vitória, em plena região montanhosa do centro, que constituiu um bloqueio entre o norte e o sul do Espírito Santo. Instalaram-se também na vertente norte e sul do rio Doce.

O centro das antigas colônias da montanha foi formado pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Sta. Teresa. Santa Isabel foi fundada em 1847, no vale do braço sul do rio Jucu para receber imigrantes vindos de Hünsluck e do Hesse. E foi emancipada em 1865, e atualmente constitui um dos distritos de Domingo Martins, cujo centro foi nomeado de Campinho.

Campinho, localizada logo após Santa Isabel, constituiu-se por protestantes que sofreram segregação em outras áreas e fundaram a cidade. A convivência entre católicos e protestantes de origem alemã foi tumultuada, dando origem a novas cidades devido à separação espontânea que ocorreu entre os diferentes grupos religiosos. Os católicos estabeleceram-se ao norte a partir de Sta. Isabel, em contato com os católicos lusitanos, e os protestantes subiram o vale do Jucu, fundando Soído, Sapucaia, Califórnia, Melgaço, Ponto Tijuca Preta e Alto Jucu.

Uma década após a fundação de Santa Isabel-Campinho, o governo brasileiro retomou mais amplamente sua política de imigração e de colonização pelo sistema de pequena propriedade, e fundou no rebordo da Serra Central, um pouco mais ao norte, no vale superior do rio Santa Maria da Vitória, a colônia de Sta. Leopoldina, em 1857. Desde 1860, os alemães constituíam dois terços da população e este número aumentou consideravelmente com a chegada dos pomeranos, entre 1860 e 1879.

O desenvolvimento de Sta. Leopoldina foi mais lento do que o de Sta. Isabel devido a sua localização, distante do ponto terminal da navegação em Porto do Cachoeiro. A colônia se caracterizou pela segregação religiosa, os católicos se instalaram no Tirol e os protestantes em Sta. Leopoldina, de onde se espalharam subindo o vale do Sta. Maria, seguindo o mesmo processo que no rio Jucu, isto é, passando do vale de um afluente para o seguinte, até os limites da bacia. A ocupação da margem esquerda foi concluída em 1880, e a da direita, demorou até o fim do século XIX e início do século XX. Essa morosidade ocorreu em razão do enfraquecimento da imigração alemã a partir de 1870 e, em parte, devido à introdução de imigrantes italianos a partir de 1875.

A imigração germânica no Espírito Santo durou praticamente até a fundação de Sta. Teresa. Austríacos faziam parte do contingente de italianos que chegaram em 1876 para ocupar a

colônia. Um outro grupo de imigrantes, que chegou em 1877, estava constituído por suíços alemães e alemães que foram instalados no vale do rio Vinte e Cinco de Julho, encerrando a imigração alemã.

## **2.5 Outros Estados**

Além da região Sul, o Sudeste também recebeu sua leva de imigrantes. Em São Paulo, na zona cafeeira, entre Campinas e Rio Claro, apareceram alguns pequenos núcleos de colonização alemã, fundados por ex-meeiros agrícolas, alemães e suíços. Merecem menção às colônias Friburgo, Monte Mor, Elias Fausto, Pires, Helvetia e Kirchdorf.

Na província do Rio de Janeiro, a colônia de Petrópolis foi fundada em 1845, povoada por alemães da zona de Hunsrück, e em 1860 a colônia de Teresópolis, onde se fixaram alsacianos, antigos colonos de parceria da província do Rio de Janeiro.

Na província de Minas Gerais a “Companhia União e Indústria” fundou, por volta de 1856, os pequenos núcleos coloniais São Pedro e Borboleta. Vieram 225 famílias de todas as regiões de língua alemã na Europa. Esta colônia ficava localizada nas proximidades da atual cidade de Juiz de Fora. Ao norte de Minas Gerais, a Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, criada em 1851, fundava a colônia Saxônia.

Após uma contextualização da problemática da mistura de línguas localizada na questão da imigração, mais especificamente a imigração alemã no Brasil, retomo a questão do cruzamento de línguas em uma perspectiva lingüística. Antes, porém, outras questões se colocam a partir do movimento migratório que se deu no país, tais como identidade e soberania nacional, língua nacional, língua materna, conceitos que ajudarão a configurar a mistura de línguas politicamente.





## CAPÍTULO III

### LÍNGUA/ESTADO/NAÇÃO

Antes de tratar as questões sobre língua nacional, dentro de uma perspectiva lingüística, vejo a necessidade de fazer um percurso histórico sobre algumas questões que nortearão a discussão acima. Retomarei aqui uma temática bastante conhecida, a relação Língua/Estado/Nação em uma perspectiva histórica pertinente ao desenvolvimento de meu trabalho, mas sem nunca perder de vista o problema central que é o lugar da língua na formação política de instituições como o Estado.

De acordo com Hobsbawn (1991), inicialmente se pensou a nação como um simples processo de expansão, isto é, fazia parte da evolução social expandir a escala de unidades sociais humanas. Na prática isso significava que os movimentos nacionais eram movimentos de expansão e pela unificação de territórios. Tendo em vista essa perspectiva expansionista, a concepção de nação estava muito longe de abarcar questões como língua, religião e cultura como elementos unificadores. No século XVIII, a concepção de Estado era norteadada pela questão geográfica.

Segundo Anderson em *Nação e Consciência Nacional* (1983), a primeira forma de organização política era regida por sistemas culturais tais como comunidades religiosas, e reinos dinásticos, os quais tinham como elemento unificador uma língua sagrada. E foi a partir destes sistemas culturais e da erosão das certezas religiosas que o nacionalismo foi produzido no século XVIII.

As comunidades religiosas em suas áreas extensas territorialmente, tais como Ummah Islam que circunscrevia a região do Marrocos ao Arquipélago Sulu, ou mesmo o Cristianismo que abrangia áreas desde a América ao Japão, eram unidas por uma língua sagrada. Comunidades como essa se “*concebiam como cosmicamente centrais, mediante uma linguagem sagrada vinculada a uma ordem de poder supraterrrestre*”.(Anderson, 1983: 26)

O domínio destas línguas implicava em uma conversão a uma verdade, uma “absorção alquímica” como definiu Anderson. Tanto era assim que era a língua que definia a admissão ou

conversão a um determinado cargo. Foi o latim, e o domínio dele, que permitiu que o inglês Nicolas Breakspear se tornasse o Papa Adriano IV em 1154, pois ao se constatar que um inglês fazia uso da língua sagrada para a Igreja não importava a nacionalidade do papa, mas o fato dele ter domínio da língua que o “converteu”, que o inseriu naquele povo.

Assim, segundo Anderson, muito antes de ideologias nacionalistas proclamarem a necessidade de uma língua nacional como elemento identificador, a língua já era usada à época da Idade Média para unificar os povos na religião.

Diferentemente da visão racionalista que definia a linguagem, na qual a língua era a representação da realidade e a organização dos pensamentos, à época das comunidades religiosas, a língua-verdade era concebida como uma emanção da realidade e não uma representação dela. Desse modo não cabia aqui uma relação arbitrária dos signos, vez que não havia uma realidade que se convencionou representar por signos. A língua era a realidade tal que não permitia substituição de um signo por outro. Por essa razão, o Alcorão não tinha possibilidade de ser traduzido, pois o que estava ali era a única verdade possível, a palavra de Alá.

Falar uma língua significava, para esta corrente teórica, se converter a uma verdade. Isto é, o domínio da língua sagrada se assemelhava muito a um ritual dogmático. Assim sendo, os homens de letras, dessa época, pertenciam a uma hierarquia cosmológica, cujo ápice era divino. Eles eram vistos como os mediadores entre o céu e a terra.

Interessante observar que mesmo centrada na questão religiosa, a língua já tinha uma configuração política específica, pois era por meio dela que se determinava a inclusão ou exclusão a um certo dogma, dentro da visão apresentada aqui.

O alargamento do mundo para além das fronteiras européias e a deterioração da língua sagrada resultou na fragmentação e pluralização dos territórios e, conseqüentemente, na decadência dessas comunidades.

Para Anderson, o declínio da autoridade eclesiástica pelo despertar de movimentos reformadores na Igreja, e a democratização da política resultaram no fim de antigos padrões de lealdade como ordenação divina, coesão religiosa e continuidade de dominação, e colocaram em questão os sentimentos do cidadão em relação àquilo que ele considerava como sua nação/nacionalidade.

Os intelectuais a serviço do Estado e das instituições burocráticas permitiram ao primeiro tomar a seu cargo a identificação dos limites e do caráter da comunidade nacional. Nesse sentido,

a criação das nações coletivas foi consequência de um lento processo de socialização política, realizado através do sistema de educação pública de massa. A unidade do Estado se constitui em várias instâncias institucionais como a construção da unidade da língua, a construção de um saber sobre ela e os seus meios de ensino.

Durante os reinos dinásticos, o governo se organizava ao redor de um centro elevado e sua legitimidade era explicada por um caráter divino, além de apresentar fronteiras indistintas e possibilitar que as soberanias se fundissem uma sobre as outras. Razão pela qual era fácil manter dominadas populações heterogêneas.

No século XVIII, esse tipo de governo divino entrou em decadência na Europa ocidental. Os estados dinásticos, contudo, ainda permanecem em alguns países, mas seu poder centralizador está diluído, uma vez que em países assim, o poder está nas mãos de um Parlamento, como no caso da Inglaterra.

O surgimento da nação, segundo Anderson (1983), com o fim do Absolutismo, não se deu por uma substituição pura e simples, mas por uma alteração na forma de se apreender o mundo. O conceito de nação, definido por ele, teve seu início justamente com o fim de dois axiomas. O fim deste foi causado pelo impacto da mudança econômica e descobertas sociais e científicas:

1. a língua escrita oferecia acesso privilegiado à verdade ontológica, por ser (a língua) considerada uma parcela inseparável desta; e
2. a organização naturalizada da sociedade em torno de e sob centros elevados de poder;

De acordo com Hobsbawm (1991) em *Nações e Nacionalismo*, somente após a Revolução Francesa, o Estado moderno recebeu sua forma. Havia um domínio direto do Estado sobre os seus integrantes. Para firmar este domínio, procurava-se impor as mesmas leis e arranjos administrativos a todos de modo a homogeneizar sua autoridade.

Somente o Estado, afirma ainda o autor, criaria as condições necessárias para a gestação das lealdades nacionais e com isso a expansão dos direitos de cidadania e a preparação de uma infra-estrutura que ligaria partes distantes de um reino, aumentando largamente a densidade das redes de comunicação com as fronteiras do estado e atraindo assim, cada vez mais, a população em geral para dentro de uma política nacional.

Para este Estado que surgia, não havia súditos, mas cidadãos. Essa designação dos seus integrantes era uma forma de inserção de todos nesta sociedade com a imposição de direitos e deveres legais a todos, além de leis e arranjos administrativos. Era a constituição do sujeito-de-

direito, definido por Haroche (1992) como o sujeito-capitalista regido por leis, deveres e direitos iguais. O sujeito deixava, então, de ser um sujeito-religioso subordinado ao dogma cristão e aos poderes divinizados.

A aristocracia e o povo ao serem designados ambos como cidadãos se definem como iguais em uma só categoria, a categoria dos cidadãos de uma nação. Na formação da nação política foi a elite que a constituiu excluindo o povo deste lugar de “integrante”. Essa luta de classes redefiniu este sujeito-de-direito. A classe dominante legitimou sua posição, ou melhor, seu poder, em uma relação de direito com o país, pois foi a língua desta classe que se configurou como a língua nacional.

Na constituição do Estado, o que ocorreu foi a desnaturalização de uma forma de dominação corrente até aquele momento. De acordo com os clássicos (Platão e Aristóteles), a política se definia como uma contagem das partes da comunidade, as quais seriam a oligarquia, a aristocracia e o povo. Era essa a combinação que proporcionava o bem comum. Neste equilíbrio, porém, se encontraria uma desarmonia secreta. A designação de cidadãos a toda a população do Estado significava instaurar uma igualdade entre estas partes e, por conseqüência, irromper a definição de política, segundo Rancière (1996), para quem esta só existe porque nenhuma ordem social está fundada na natureza, isto é, nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas.

Com o declínio do Absolutismo no século XIX, época em que se formavam os primeiros governos democráticos, abandonava-se a designação de súditos para uma outra nomeação, o povo agora se tornava cidadão. A simples troca de designações não era suficiente para criar uma identificação do povo com o Estado, vez que, afirma Hobsbawn (1991), não era óbvio que o povo pudesse se identificar com um país, em que a nobreza, alvo de seu descontentamento, constituía a maquinaria administrativa que definia um país. Para desfazer essa luta de classes e significá-los como cidadãos era preciso atrelá-los de forma definitiva ao Estado. Homogeneizar a população, pelo crescimento da maquinaria administrativa, propiciou um estreitamento de laços entre o povo e o Estado. Essa democratização do governo deu voz ao povo e estabeleceu os laços de lealdade que o Estado almejava.

O que significava essa democratização do governo e a quem ela serviu? Para Pêcheux (1981), a estabilidade das classes sociais impedia a ascensão da burguesia, que viu na ruptura da organização social, a única forma de enfrentar a sociedade feudal, transformando a rigidez no confronto das diferenças. Era no rompimento, diz ele, da ordenação das diferenças, numa época

de universalização, que a massa para se tornar cidadão deveria universalizar a língua. Era por meio dela que se rompia a organização social que se impunha naquele momento.

Segundo Hobsbawn (1991) em *Nações e Nacionalismo*, o Estado formado após a Revolução Francesa tinha uma relação orgânica com a nação, isto é, seus habitantes, eram considerados uma coletividade, devido à sua estrutura e às transformações políticas, que lhe davam o caráter de um corpo de cidadãos mobilizados por demandas e direitos políticos.

Caracterizá-los, contudo, como cidadãos não significava uma inclusão prática e plena destes. A nação política, por exemplo, foi formada, como afirma Anderson, a partir da classe dominante excluindo o povo de qualquer tipo de participação, vez que a diferença é constitutiva. É justamente nesta inclusão que se exclui. Rancière (1996) explicita esse processo, ao explicar o dano fundamental. Creditar ao povo uma parte da sociedade, em um processo de democratização é incluí-lo por uma propriedade que não lhe é própria, a liberdade, trazendo à comunidade o litígio. Ou seja, o povo identifica-se com o todo da comunidade em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que tudo têm, no caso a classe dominante. Assim, é mediante a parcela dos sem-parcelas que a comunidade existe enquanto comunidade política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem das suas partes antes mesmo de afetar seus direitos. Podemos considerar então o dano como uma exclusão estrutural.

A língua foi o modo de proclamar o ideal de igualdade como uma das condições de liberdade dos cidadãos e organizar uma desigualdade, estruturalmente reproduzida por uma divisão política do domínio da língua.

O lugar da língua na formação dos Estados, segundo Pêcheux (1981), foi a forma encontrada pela burguesia de reverter a ordenação eclesiástica e da monarquia, na qual a língua tinha um papel divino de intermediar as relações entre o céu e a terra e os lugares do poder se referiam a um poder divino, no caso do rei.

Foi na língua e na universalização do todos no todo, por meio dela, que se possibilitou uma organização social diversa daquela existente. Isto é, ela permitiu que o real fosse universalizado, como diz Pêcheux, mas essa igualdade universalizada foi organizada de forma desigual pela língua e pelo domínio dela.

A língua nacional tem assim um papel fundamental na estruturação de um Estado e é pela definição dela, enquanto qual língua é a língua nacional que o sujeito se define como pertencendo àquela nação e não a outra.

Para se definir como cidadão, Pêcheux afirma que estes devem se “*livrar dos particularismos*”, entre eles a língua materna. A partir de algumas definições dadas pela lingüística sobre a língua materna se poderia dizer, por exemplo, que esta é a língua que estrutura o sujeito psicológica e simbolicamente.

Não era suficiente, afirma Anderson, a inclusão do povo pela nomeação de cidadãos. Era necessário inculcar neles uma forma de lealdade cívica. O problema central era a coesão sócio-política nos Estados. O povo precisava ser fiel a uma religião cívica, o patriotismo.

Ao aliar nacionalismo e patriotismo, o Estado ganhava um poderoso instrumento. Tal aliança se dava na projeção dos sentimentos identificatórios em relação à terra natal, assim os Estados tinham todas as razões para reforçar, se pudessem, o patriotismo estatal com os sentimentos e símbolos da comunidade imaginária.

Nessa necessidade de criar elementos unificadores para se configurar e fortalecer o sentimento nacionalista, a definição de uma língua nacional ganhou impulso.

O primeiro movimento neste sentido, a configuração das idéias nacionalistas, afirma Anderson, foi o desenvolvimento da imprensa editorial no fim do século XIX. O número de livros impressos chegou a um crescimento avassalador e iniciou a primeira etapa no caminho de uma sociedade de consumo, de massa e padronizada. O mercado europeu letrado foi o grande consumidor da época e a diminuição do uso de latim em benefício das línguas vernaculares deu um estímulo a esse próspero mercado que foi impulsionado, a partir do século XVI, por três fatores externos, dois dos quais contribuíram para o surgimento da consciência nacional.

1. mudança no caráter da língua latina. O latim escrito estava cada vez mais distante do latim vulgar (falado);

2. A Reforma e seu impacto no mercado editorial (que garantiu o sucesso do movimento) aumentou, e muito, a impressão de livros em línguas vernaculares;

Dessa forma, afirma o autor, o protestantismo em comunhão com o capitalismo criou um público leitor que foi mobilizado para fins político-religiosos; e por último,

3. A disseminação lenta, e geograficamente desigual, de línguas vulgares específicas como instrumento de centralização administrativa.

Foi somente após a generalização da educação primária, no século XIX que pôde se pensar em conceber uma língua nacional, uma vez que a legitimidade de uma língua oficial só se dá pela língua escrita por meio de alguns instrumentos como gramática e dicionários.<sup>5</sup> Bourdieu (1974) conclui que essa legitimação da língua oficial pela escrita exclui qualquer possibilidade da língua do povo ser definida como língua.

Tendo em vista a importância da língua escrita para institucionalização da língua nacional, Anderson (1989) atribuiu à imprensa (e ao capitalismo) papel fundamental, ao agrupar as línguas dentro dos limites impostos pelas gramáticas e sintaxes, criando, então, línguas mecanicamente reproduzidas. E foram estas que lançaram as bases para a consciência nacional, ao criar campos de intercâmbio. Os falantes tinham como se comunicar, via língua impressa, e no correr deste processo, criavam um sentimento de pertença nacional.

A fixidez da língua, criada pela escrita, deu uma idéia de antiguidade essencial à idéia subjetiva de nação. Uma língua de poder fora criada.

Somente no século XIX, com o crescimento generalizado da alfabetização, iniciou-se uma movimentação no sentido de unificação das línguas vulgares dentro de cada país.

Ainda durante as dinastias no século XIX, na Europa, as línguas vulgares, como alemão, italiano, inglês, foram caracterizadas como línguas do Estado para fins administrativos. Devido ao prestígio crescente da idéia nacional por toda Europa, a identificação nacional trazia uma legitimidade que em uma época de capitalismo, ceticismo e ciência, deveria estar calcada em algo maior que a divindade.

Para Hobsbawn, no processo de consolidação nacional é comum que se eleja um traço de coesão protonacional, definido por ele como variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente, mobilizados pelo Estado e por movimentos nacionais. A etnia é considerada um deles, devido à visibilidade de diferença entre os povos para reafirmar o “nós” e o “eles”. O mesmo se dá com a religiosidade. Esta, porém, desperta um certo receio nos governantes, pois a lealdade firmada pelo povo, neste caso, não é com o governo.

A língua também tinha esta característica de elemento de coesão protonacional. Ela, com o passar do tempo, se tornou elemento central da concepção de nacionalismo moderna. Mas esse protonacionalismo, definido pelo autor, nada tem a ver com a concepção moderna de

---

<sup>5</sup> Auroux trata a questão dos dicionários e gramáticas como tecnologias que possibilitam a difusão e legitimação de uma língua. Auroux, S. (1994) *A Revolução tecnológica da gramatização*.

nacionalismo, vez que aquele não tem relação com a unidade de organização política territorial, que seria o critério crucial daquilo que se entende por nação atualmente.

A partir de 1830, a língua passou a ser vista como a alma da nação e critério cultural que a definia, isto é, ela passou a ser um instrumento para comunicação entre o Estado e seus cidadãos. Neste sentido, estabeleceu-se um vínculo entre língua e nacionalidade. Resultado do declínio das dinastias que tinham sua legitimidade fundamentada no caráter religioso. Isso se refletiu, inclusive, no uso das línguas vulgares como línguas administrativas devido à conveniência interna. Essa relação da língua com instâncias institucionais acabou ganhando um caráter identificador por parte dos dinastas que perceberam um crescente prestígio da idéia nacional pela Europa e acabaram dando a legitimidade necessária ao Estado em detrimento da sacralidade.

Esse vínculo foi reafirmado pela mitologia nacional que concebe a língua como a base fundamental da cultura e as matizes da mentalidade nacional. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação da multiplicidade de idiomas realmente falados. (Hobsbawn,1981)

Essa seleção de uma língua questiona a validade da relação língua/povo como mais uma utopia criada por intelectuais, uma vez que às variedades lingüísticas sobressai o idioma nacional. Este além de não corresponder à variedade do povo, o excluiria do lugar de integrante do país.

A “nacionalização” da língua só se dá por completo se calcada em uma língua escrita que lhe atestaria um caráter “civilizador”, isto é, mesmo sabendo da realidade de muitas línguas conviverem no mesmo espaço nacional, somente a língua escrita que representa a construção da cultura de um país, seria significada como língua nacional.

Esse caráter civilizador, a que me refiro, toma o conceito de civilização de Elias (1993), na perspectiva alemã, no qual civilização se configura como cultura, como representação da consciência de um país. Essa noção me interessa na medida em que a língua nacional serve, segundo a mitologia nacionalista, para ser parâmetro para criar a identidade de um país. Isso se dá da seguinte forma. A língua escrita tomada como elemento legitimador da língua nacional configura ao mesmo tempo um status de grandeza à nação, pois a produção de cultura significa historicamente um lugar de criação de identidade, uma vez que cultura representa um povo.

Se retomarmos as hipóteses defendidas pelos autores aqui apresentados, é possível diferenciar a abordagem tomada por eles. De um lado Hobsbawn (1991) e Anderson (1983), em uma perspectiva mais histórica, concebem a língua como um elemento externo à construção do



Estado que faz uso dela para criar símbolos nacionais tais quais os hinos e bandeiras. Para eles, a língua juntamente com a definição de um território são elementos (externos) para a formação de um Estado. Há uma noção de língua externa ao sujeito e à sociedade. A abordagem tomada por Pêcheux, vê a língua em uma relação constitutiva na formação da identidade nacional e do sujeito.

A linha que tomo para dar continuidade a esta reflexão, se ancora nas idéias de Pêcheux, juntamente com a semântica do acontecimento, na qual a língua, longe de ser um instrumento externo à constituição da sociedade, tem uma configuração política que lhe é constitutiva e possibilita pensar assim a constituição do Estado.

Na construção do imaginário social a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sócio-político, que se define na relação com a formação do país. Orlandi (2002) define essa relação como uma construção imaginária da unidade e da homogeneidade como pré-requisito básico para se criar uma identidade em um país específico.

Para tratar a questão de forma mais localizada, falarei aqui do Brasil e do português como língua nacional. A questão da língua sempre tocou a questão política de afirmação do Brasil. Já no século XIX, buscava-se uma especificidade da lingüística brasileira que caracterizaria o Brasil como um país e independente.

À época da independência, era importante para a autonomia do Brasil, como país independente, ter uma língua própria. Definir a língua brasileira significa constituir o sujeito falante enquanto cidadão brasileiro.

Legitimar o português como língua do Brasil, distinguindo-o do português europeu significava dar ao Brasil uma construção imaginária de unidade, como disse Orlandi (2002). Dentro da conceituação de enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, diferenciar o português de Portugal (PE) do português do Brasil produz um sentido específico para este em relação ao português europeu. O acontecimento temporaliza, isto é, não há uma ordem cronológica. O acontecimento, afirma Guimarães, instala sua própria temporalidade.

É nesse lugar que os sentidos produzidos ao designar cada língua como uma, o PB e o PE, são distintos. Para haver significação, há uma relação constitutiva entre o presente, o passado e o futuro do acontecimento. Há um presente que abre em si uma latência de futuro, explica o autor, sem a qual não há acontecimento de linguagem, e nada é significado, não há, portanto, projeção

de interpretável. É pelo presente e pelo futuro que o passado significa. Ao enunciar há uma projeção de sentido específico, porque o acontecimento de linguagem recorta um passado como memorável, isto é, um determinado sentido é significado de um modo e não de outro, porque há um recorte no passado de memórias determinadas para aquele sentido e não para outro, porque há um recorte do passado de memórias determinadas para aquele sentido e não por outro.

Dessa forma, designar o português como PB, e, assim, projetar o sentido de uma língua nacional do Estado brasileiro, só é possível devido aos memorados da história de colonização e independência do Brasil. Há um memorado tanto de uma língua como de outra que permitem que cada língua seja uma, e produza sentidos próprios de identidade para seus falantes. Do mesmo modo que tentar tratar as duas línguas como uma, produz também um sentido específico. O lugar de igualdade das línguas traz evidência de sentido de homogeneidade, efeito da história da colonização do Brasil, enquanto colonizado. Isto é, tratar o PB como uma variedade do PE, nos coloca no lugar do colonizado diante de Portugal, sempre numa relação de dependência do Brasil frente a Portugal, nos afastando da possibilidade de significar o Brasil como igual aos outros países da Europa.

A historicização do português, em outro território, deu um novo caráter à constituição da língua portuguesa que se remete não a um modelo estático exterior a seu campo de validade, mas a sua prática real em um novo espaço-tempo de práticas linguísticas.

A “nacionalização” de uma língua particular se dá a partir de políticas de legitimação desta a partir da produção e circulação de uma história nacional sobre a língua a ser falada em uma nação. É nesse lugar de regulamentação, de poder desta língua que o falante ao enunciar na língua nacional, o português, por exemplo, se inscreve nessa historicidade própria e se constitui como cidadão.

Essa discursividade nacional é produzida a partir de instrumentos tecnológicos como gramáticas e dicionários que permitem que a língua se institucionalize e legitime seu lugar como língua nacional. O português é a língua que funciona no Brasil e que, por suas especificidades, faz parte do processo de constituição da nossa nacionalidade.

Ao falar o português do Brasil, o falante se inscreve como pertencendo à sociedade brasileira pertencendo ao todo, independente da variedade falada, operando com um estatuto da

língua que atesta a pertinência de um sujeito a uma coletividade nacional. No espaço de enunciação brasileiro, falar o português determina o falante como brasileiro.

No caso do imigrante, a inserção deste sujeito no português, enquanto língua pública e nacional, língua oficial, língua do exercício do direito se dá ao lado do silenciamento obrigatório da outra língua, sem que este processo seja, entretanto, explícito para/pelo sujeito. Esse silenciamento não remete diretamente a um apagamento da língua. Em muitos casos esses silenciamento se dá pela especialização de uma língua em determinado contexto, isto é, o falante se vê “habitando”, como diz Guimarães (2002a), em modos de dizer na distribuição desta língua num espaço de enunciação e não em outros.

Ele também pode significar o desaparecimento da língua, enquanto enunciada plenamente, mas pode estar significando o falante com traços de uma língua em outra, como ocorreu com os italianos estudados por Payer (1999). Todas esses modos de interdição significam, para ela, esse sujeito imigrante de um modo específico em sua relação com o português e no modo de se inscrever como brasileiro.

O Estado em sua política de legitimação da língua para criação do sentimento de pertença reconhece e apaga as diferenças, criando, como diz Orlandi (2002), o movimento da identidade e efeito de unidade. É na unidade que o processo de exclusão se dá. Reconhecer um outro fora desta unidade traz à tona o que deve ser combatido, à primeira vista.

Segundo ela, a idéia de unidade na qual se ancora a concepção de nação acaba por criar um imaginário social cristalizado em que a identidade é fixa e que possibilita por isso o processo de exclusão.

Um lugar de reconhecimento da identidade nacional está na constituição do sujeito como cidadão. Ao falar português como língua nacional no espaço de enunciação brasileiro, o falante se constitui como cidadão brasileiro diante do que significa falar português neste lugar.

Entender a importância da língua para o processo de formação de um Estado/Nação não somente como instrumento do qual o Estado fez uso para se construir, mas como elemento constitutivo desse processo de formação, é um movimento fundamental para compreender o funcionamento da língua nacional na constituição da identidade dos sujeitos e mais especificamente como se dá a relação dela com mais uma língua no espaço de enunciação das cidades pesquisadas, como no caso a ser estudado nesta dissertação, na constituição e significação dos sujeitos.



## CAPÍTULO IV

### LINGUA E ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

Para tratarmos a questão específica que é nosso objeto, a relação do alemão e do português, em duas cidades do Paraná, assumiremos a posição de que esta relação não se reduz a seus aspectos empíricos. Trata-se de uma relação política que não deve ser considerada como algo externo às línguas. Para tratarmos a questão das línguas como política sem deixar de considerar que o político é constitutivo do especificamente lingüístico, vamos tomar aqui uma posição enunciativa e tratar as relações entre as línguas pelo conceito de espaço de enunciação formulado por Guimarães (2002a). Para ele, a enunciação é um acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da linguagem.

Guimarães configura o acontecimento como uma relação entre línguas e falantes. Esse é o aspecto fundamental, vez que só há língua porque há falantes e só há falantes porque há língua. Essa relação, contudo, não é empírica, mas uma relação regulada e de disputa de línguas e palavras, enquanto espaço político.

Tendo em vista esta concepção política do espaço de enunciação, Guimarães definiu de forma específica o que seria o político. Este se define como a divisão normativa e desigual do real e uma afirmação de pertencimento dos não incluídos. O conceito de político é uma reformulação do conceito de político definido por Rancière (1996), como foi visto no capítulo 2.

O político é definido como o processo de divisão normativa desigual do real em que afirmam seu pertencimento. *“O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todo”*. Guimarães amplia o conceito de Rancière para quem o político é a inclusão dos excluídos nesta divisão desigual do real. Explico. Na sociedade há, segundo Rancière, um dano estrutural. Isto é, há um litígio fundamental que organiza a sociedade, no qual os excluídos se identificam com o todo em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que tudo têm. É na inclusão do povo no todo que a política de Rancière se configura.

É nessa divisão desigual do real que a língua opera na constituição dos sujeitos, enquanto falantes, já que o falante se determina pela língua que fala. De que forma? No caso do Brasil, o falante ao falar o português se afirma e se identifica como brasileiro, já que o português é a língua nacional. No caso das línguas nacionais, essa constituição dos falantes se configura a partir da língua padrão, a língua oficial. Assim, é o português padrão que opera a divisão normativa do espaço enunciativo brasileiro. É por ela, portanto, que se excluem e ao mesmo tempo incluem os falantes das variantes mais afastadas da norma. Isto é, o falar português, mesmo que seja uma variante distante da norma, opera a inclusão, e ao mesmo tempo a exclusão, vez que a variante falada não é aquela que constitui o falante como cidadão-de-direito.

Nesse sentido, os falantes são sujeitos de língua enquanto constituídos por estes espaços de línguas e falantes definidos como espaços de enunciação. Os falantes são, portanto, categorias enunciativas e figuras políticas constituídas por estes espaços.

O espaço enunciativo é um espaço político, conforme a caracterização de política desenvolvida por Guimarães. “*Os Espaços de Enunciação são espaços de funcionamento de língua, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante*” (2002a:18). Estes espaços são espaços normativos, divididos hierarquicamente dentro de uma deontologia própria. Esta deontologia organiza os papéis dos falantes, constituindo-os pela língua que eles falam.

Qual é o espaço enunciativo brasileiro? Apesar de oficialmente monolíngüe, no Brasil se falam muitas línguas. Só com as línguas indígenas, já contamos algo como 180 línguas, além das línguas trazidas pelos imigrantes, e as variantes do português.

Essa identificação dos falantes na normatização do espaço enunciativo determina os direitos de dizer de uma forma e não de outra em certos lugares de locutor e para certos interlocutores.

A interdição de algumas formas de dizer explica o modo como se entende, neste quadro teórico, a questão da divisão do locutor e a sua inacessibilidade ao seu dizer, o que faz com que ele desconheça que fala de um lugar social e que este foi dividido e interdito pela deontologia do espaço enunciativo. “*Operar sobre e contra este desconhecimento é o próprio do político no acontecimento de linguagem*”, explica Guimarães (2000: 22).

## 1. O Sentido na Enunciação

Ao definir a lingüística como uma ciência, Saussure definiu a língua como um sistema fechado no qual o significado se concebia numa relação entre os elementos de sistema, baseada numa noção de valor opositivo. Tendo em vista esta perspectiva teórica, Saussure excluiu da lingüística qualquer exterioridade; não havia relação da língua com as coisas do mundo.

A semântica foi, assim, segundo Guimarães (2002b), a tentativa de inclusão desta exterioridade ao trazer à tona o estudo das significações.

Assim, Bréal, no século XIX, como um dos fundadores da disciplina, já colocara, em sua obra, a questão da subjetividade na linguagem. Havia segundo ele, uma marca na língua, a subjetividade que *“produz, por isso, o desdobramento da personalidade humana.”* (2002: 17) Dessa forma, afirma Guimarães, *“a semântica se constitui como uma disciplina histórica, por se considerar que a linguagem é feita de signos, ou seja, que seu caráter fundamental é simbólico não natural.”*

É a questão histórica que norteia o estudo dos sentidos na semântica do acontecimento, em específico. O histórico a que Guimarães se refere, contudo, nada tem a ver com uma historiografia, mas com uma materialidade histórica.

Nessa linha, o estudo da enunciação visa entender o sentido na linguagem. O sentido é construído na linguagem enquanto se fala de algo. O sentido está posto no funcionamento da linguagem. De que forma?

Para os estudos enunciativos o sentido se configura na forma e no funcionamento do enunciado, enquanto texto, em uma relação constitutiva deste. É nesta perspectiva que fundamento minha análise, visto que é no modo como o cruzamento se configura no funcionamento da linguagem, no modo como as duas línguas convivem no espaço enunciativo das cidades visitadas que os sentidos são postos de modo a significar os falantes da “mistura” e constituir, assim, sua identidade.

### 1.1 Acontecimento e Sentido

Para isso, tomo a posição teórica na forma desenvolvida por Guimarães (2000a), que trata a enunciação em um espaço em que se considera a constituição histórica do sentido. Dessa forma,

ele trata a enunciação como um acontecimento, no qual funciona a relação do sujeito com a língua.

Para a conceituação do acontecimento são necessários dois elementos fundamentais: a língua e o sujeito, que se constitui pelo funcionamento da língua na qual se enuncia algo.

Guimarães retoma a noção de acontecimento, já trabalhada por Ducrot (1974), ao definir enunciação. Para este a enunciação é o acontecimento do aparecimento do enunciado. Há uma noção de tempo nesta definição que o configura cronologicamente. A consideração desse tempo linear permite Ducrot afirmar ser o enunciado único e irrepetível.

Guimarães, por sua vez, altera a noção de tempo de modo a caracterizar a enunciação dentro de sua concepção de acontecimento.

Em *Semântica do Acontecimento* (2002a), ele define o acontecimento “*enquanto diferença na sua própria ordem*”. Essa diferença não é, contudo, um fato no tempo. Muito pelo contrário, vez que é o acontecimento que temporaliza. Isto é, não há uma ordem cronológica de um antes e um depois.

A temporalização se configura com um passado que é um rememorado, e um presente que ao enunciar abre uma projeção de interpretação, o futuro. Ou seja, não há possibilidade de sentido sem uma dessas “partes integrantes”- passado, presente e futuro - do tempo do acontecimento. Tomarei aqui um exemplo, usado por Guimarães em sala de aula, de modo a explicar de forma mais clara como ele entende o acontecimento.

O atentado de 11 de setembro é um acontecimento. Este só produz sentido enquanto acontecimento que temporaliza. Explico. Somente a memória enunciativa deste evento permite que este produza o significado que ele teve, e tem, na história da humanidade. É justamente o sentido produzido que impede que “o 11 de setembro” seja enunciado como uma descrição simples do choque de um avião com as torres gêmeas.

A história significa esse acontecimento como uma diferença na ordem das relações políticas internacionais. O que se rememora neste evento é a tensão entre EUA e o Oriente, que produz o sentido evidenciado do atentado de uma forma específica: o ataque ao imperialismo norte-americano, e projeta num futuro, ao enunciar o atentado, os sentidos produzidos de uma resistência criada frente aos EUA.

Essa caracterização da temporalidade não permite, então, um tempo que seja definido pelo sujeito, como faz Benveniste (1970). Para quem, a enunciação está centrada no sujeito, vez



que é na apropriação da língua pelo locutor que o sentido é construído, por referências definidas pelas formas lingüísticas na instância do discurso.

A temporalidade do acontecimento traz uma disparidade temporal entre o tempo enunciado, representado pelo Locutor, e o tempo do acontecimento que configura a inacessibilidade do Locutor àquilo que enuncia.

Dessa forma, o Locutor está dividido no acontecimento, pois enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito.

Para esta conceituação de sujeito, Guimarães faz uso da posição da análise de discurso francesa, para a qual o sujeito, ao enunciar, fala de uma posição sujeito, em que o sujeito enuncia dentro de uma região de interdiscurso.

Segundo Orlandi (1992:89) “*O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido*”. Ele, diz ela ainda, se apresenta como séries de formulações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Isto é, o interdiscurso é uma relação de discursos em que o sujeito se inscreve ao enunciar, criando a partir de um efeito ideológico que se cria no texto, no discurso, um efeito de sentido, de redução a um conteúdo.

Desse modo, os sujeitos para a AD, estão condenados a significar. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, resultando, por isso, numa impressão de um sentido único e verdadeiro, afirma Orlandi (*idem*).

Não podemos deixar de falar das formações discursivas que são as diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo com as posições do sujeito, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.

A ideologia neste viés teórico representa a saturação, o efeito de completude, que por sua vez, produz o efeito de evidência, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como naturalizados.

Tendo o sentido, não como uma coisa dada, mas como um efeito de sentido obtido na relação da língua com o interdiscurso e com as formações discursivas, o sujeito da análise de discurso não é um sujeito consciente, mas um sujeito que ao enunciar assume uma determinada posição sujeito ao se inscrever em uma formação discursiva. Dessa forma, o sentido é produzido no modo da presença do sujeito no acontecimento enunciativo.

Essa tomada de posição reforça a conceituação de acontecimento e sua temporalidade, na qual não é o sujeito que temporaliza, mas o acontecimento. O sujeito não fala no tempo presente,

mas fala afetado pelo passado de rememoração de enunciações recortada pelo acontecimento e que significa o presente em que se enuncia e projeta sentidos futuros. “*O acontecimento é o espaço de temporalização*”, como bem define Guimarães (2002a:15).

## **2. O Acontecimento do Dizer**

Ao falar, estamos assumindo a palavra no espaço dividido de línguas e falantes que constitui o espaço enunciativo. A língua funciona no acontecimento e pelo acontecimento. Neste sentido a enunciação se dá por um agenciamento específico da língua. “*No acontecimento o que se dá é um agenciamento político da enunciação. Neste embate entre línguas e falantes, próprios dos espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente*” (Guimarães, 2002: 22).

Ducrot considerou este agenciamento ao retomar de forma particular o conceito de performatividade desenvolvido por Austin.

Benveniste, afirma Ducrot (1972), já tinha apresentado a noção de performativo, independentemente de Austin, atrelada à presença da subjetividade na linguagem, que constrói o referente apenas na instância do discurso. É o caso de pronomes pessoais de primeira pessoa, como *eu*, e do tempo presente do verbo, que só são definidos no momento em que se fala. São estas propriedades auto-referenciais, segundo Benveniste, que produzem a performatividade do enunciado.

Isso é perceptível na apropriação da língua pelo locutor que faz com que cada instância do discurso constitua um centro de referência. É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem, explica Benveniste, fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. Isto é, a consciência de si mesmo só é dada em contraste com o outro.

Neste sentido, os pronomes pessoais “eu/tu” são formas lingüísticas que indicam a pessoa que só pode ser identificada na instância do discurso, na qual a realidade remetida é a realidade do discurso. Dessa forma, a enunciação é auto-referencial, isto é, a referência é construída no próprio enunciado. A referência discursiva só se dá no enunciado.

Mas a auto-referencialidade não é uma característica fundante de todos os enunciados de primeira pessoa, e no tempo presente. A auto-referencialidade está na própria enunciação. Para explicar a performatividade dos enunciados, Benveniste definiu os verbos que intervêm nos

enunciados performativos como pertencentes a uma classe lexical particular, ou seja, que denote um ato individual de alcance social e que sejam usados sui-referencialmente.

Para Ducrot, a marca do social não está nos verbos, ou melhor, na ação marcada por este, como define Benveniste. A intervenção social está, sim, na enunciação e na possibilidade de, de imediato, modificar a situação dos interlocutores, ou seja, essa mudança é um efeito primeiro da enunciação. Ducrot inverte a ordem da aplicação dos conceitos de Benveniste na análise dos performativos. Para ele, o ato ligado diretamente à enunciação resulta de enunciados socialmente consagrados a estes atos. Se estes enunciados têm a presença de morfemas subjetivos, eles levam à auto-referencialidade, ou seja, o caráter performativo explica a auto-referencialidade da enunciação e não o contrário como considerava Benveniste.

Toda uma classe de ações que tem em comum a propriedade de serem realizadas de maneira convencional e institucionalizada, pelo emprego de determinados enunciados, está inserida na performatividade. A possibilidade de qualquer proferimento poder valer como ato, seja de asserção, seja de pergunta, é que levou o estudo da performatividade que resultou na teoria dos atos de linguagem em que se distinguem:

- a.) os atos ilocucionais, o conjunto dos atos que se realizam, imediata, e especificamente, pelo exercício da fala; e
- b.) os perlocucionais, isto é, os atos de que a fala é instrumento.

Para melhor distinguir atos ilocucionais e perlocucionais, Ducrot utiliza o conceito de ato jurídico.

A definição dos atos jurídicos deriva da concepção de ação jurídica que são as transformações das relações legais existentes entre os indivíduos envolvidos em uma ação. Para os atos jurídicos, estas transformações das relações legais não são conseqüências de uma atividade, mas o efeito primeiro desta. O proferimento das enunciações tem uma relação imediata com as obrigações que cria, engendrando os interlocutores envolvidos. Assim é que Ducrot (1972) conclui dizendo que os atos ilocucionais são atos jurídicos realizados pela fala. Essa característica da fala atesta o seu caráter social, uma vez que o ilocucional é construído por uma convencionalidade social, criando assim tratados de obrigação que são realizados pela enunciação.

Guimarães faz uma modificação na forma como esse agenciamento se dá. Para Ducrot o que ocorre é um agenciamento social, em que o agenciamento se dá por convenção marcada na

forma da língua. Para Guimarães, diferentemente, esse agenciamento é político já que, segundo ele, se dá nos espaços de enunciação tal como apresentamos antes.

Feita a caracterização dos espaços enunciativos é necessário entender como se dá o acesso à palavra, que ocorre nas cenas enunciativas.

A cena enunciativa “*se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas*” (Guimarães, 2002a: 23).

As cenas enunciativas são as especificações locais nos espaços de enunciação. Isto é, a cena é um espaço particularizado por uma deontologia que “organiza” os lugares de enunciação do acontecimento. Esses lugares são configurações específicas do agenciamento enunciativo das figuras da enunciação.

A temporalização própria do acontecimento é fundamento da cena enunciativa, vez que esta temporalização é responsável pela distribuição de lugares. Assumir a palavra é colocar-se no lugar de quem enuncia, no caso do Locutor, que se assume como responsável pelo dizer e representa este dizer como o presente do acontecimento.

O Locutor, porém, está dividido em sua unidade, pois para se representar como origem do seu dizer, ele precisa falar de um lugar social autorizado. O Locutor só fala predicado de um lugar social, o locutor-x. Isto é, ele só se dá como Locutor enquanto se dá como lugar social (locutor-x)<sup>6</sup>. Há, portanto, uma disparidade do Locutor, sem a qual não há enunciação.

Essa disparidade configura o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento. Quando o Locutor fala, desconhecendo que fala em uma cena enunciativa, se representa, por outro lado, como lugar de dizer, chamado, por Guimarães, de enunciador. Há, segundo ele, três tipos de enunciadores: o enunciador-individual, o enunciador-genérico e o enunciador-universal.

O enunciador-individual se representa como um lugar de dizer que retira do dizer a circunstancialidade e apresenta a linguagem como independente da história. O enunciador-genérico, por sua vez, diz do lugar de um acordo sobre o que todos dizem. Um todo que se apresenta, explica Guimarães, numa indefinição de fronteiras para o conjunto desse todos. “*O enunciador se mostra como dizendo com todos os outros: mostra-se como um indivíduo que*

---

<sup>6</sup> Ducrot (1972) também traz a noção de Locutor como representante do dizer, distinguindo-o do locutor-x. Neste caso o que há é uma multiplicação de figuras e não a consideração, segundo Guimarães (2002a), de que o Locutor é dividido.

*escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar como independente da história*” (2002a: 27). E por fim, temos o enunciador-universal em que o enunciador se apresenta dizendo uma verdade. É um lugar de dizer que se apresenta como não sendo social, como estando fora da história. O Locutor, neste caso, está submetido ao regime do verdadeiro ou falso. Lugar próprio do discurso científico, por exemplo.

### **3. O Espaço Enunciativo no Brasil**

Para caracterizar o Espaço Enunciativo das “cidades alemãs”, faz-se necessário a apresentação do Espaço Enunciativo brasileiro.

Apesar de oficialmente monolíngue, no Brasil são faladas diversas línguas. São 180 línguas indígenas mais as línguas trazidas pelos imigrantes. Todas estas línguas estão hoje em funcionamento no espaço brasileiro. Desenvolver um estudo a respeito dessa pluralidade lingüística é o caminho de contato com a história do Brasil e de seu povo.<sup>7</sup> Mas é a partir do português, enquanto língua do Estado que o espaço enunciativo se configura e se regula. O português é a língua oficial do Brasil. É o elemento de identificação de sujeitos enquanto cidadãos do Estado. Mas esta língua não é uma. Ela são várias. Essas variedades estão distribuídas no espaço enunciativo brasileiro, reguladas por uma relação com a língua do Estado. Nessa divisão normativa de línguas, há uma hierarquização dos direitos de dizer determinadas “variedades”. Essa perspectiva apresentada por Guimarães toma a noção de variedades lingüísticas diferentemente da sociolingüística variacionista.

Para esta, as variantes do português, por exemplo, representam a sociedade brasileira. A concepção de língua tomada por esta área da lingüística estabelece uma correlação entre língua e sociedade de modo que haja uma variante da língua para cada categoria social. Há, assim, uma distribuição estratificada das variantes que representam as categorias sociais.

Por outro lado, a semântica, que viemos praticando, trata a língua e a sociedade não em uma relação estanque, mas numa relação constitutiva, de modo que a análise que será feita aqui busca entender de que forma o cruzamento das línguas - alemão e português - constitui e identifica os falantes da “mistura”.

---

<sup>7</sup> A questão da diversidade das línguas do/no Brasil está sendo desenvolvida no projeto “Enciclopédia das Línguas no Brasil” – ELB.

Nesse sentido, o espaço enunciativo se configura pela relação de várias línguas. Todas reguladas pela relação com o português enquanto língua do Estado. Isto impede que as outras línguas, que não o português, se configurem como línguas nacionais. Elas são, neste espaço, línguas de identidade.

Nas cidades pesquisadas, o espaço enunciativo específico se configura pela presença de duas línguas: o português e o alemão. O português se define como a língua do Estado Brasileiro, enquanto língua nacional. Ao alemão resta a oposição ao português, enquanto língua nacional, vez que há uma inseparabilidade da língua e do Estado.

Tendo em vista a divisão normativa das línguas, o alemão e o português se definem e determinam hierarquicamente os falantes, distribuindo os lugares nos quais eles se identificam. Os lugares da língua, neste espaço, se perpassam e se dividem, se refazendo na língua falada por eles: uma língua “misturada”.

Sendo o português a língua do Estado, pode-se considerar o alemão a língua da identidade dos imigrantes. E neste caso que lugar resta ao alemão “misturado”?

Tendo em vista esta relação, apresento no capítulo seguinte a descrição do espaço enunciativo das cidades pesquisadas, nas quais o português está em contato com o alemão. Mas para tanto, farei a descrição das cenas enunciativas que localizam a problemática de modo a configurar a questão das línguas alemão e português no espaço de enunciação das cidades estudadas.

## CAPÍTULO V

### ANÁLISE DE LINGUAS EM RELAÇÃO

Apresento a seguir o modo de constituição do corpus a ser analisado relativo à relação das línguas alemão e português nas cidades pesquisadas. Além da análise dos dados de “mistura” das línguas, farei uma análise sobre a relação das línguas envolvidas. Esta análise se faz necessária para um enquadramento dos dados na relação das línguas com os falantes, vez que é por meio deste que os dados produzem um determinado sentido na sustentação da análise e das hipóteses levantadas no decorrer do trabalho quanto à questão da identidade e do lugar das línguas alemão e português na constituição dos falantes.

É nessa caracterização que o lugar das línguas e dos falantes se tornará mais claro e permitirá interpretar os dados e significá-los de certo modo dentro das categorias de análise e responder as perguntas sobre a relação das línguas e falantes no espaço enunciativo das cidades pesquisadas.

#### **1. *Corpus***

As cidades escolhidas para este tipo de pesquisa se localizam na região Sul do país, conhecida como pólo de concentração de descendentes de alemães, mais especificamente no estado do Paraná, próximas a Curitiba: Entre Rios e Witmarsum.

No ano de 2001, fiz a viagem de coleta de dados, visando constatar a “mistura” entre o português e a língua dos imigrantes faladas por seus descendentes. O tipo de cruzamento que foi verificado envolvia as línguas português e alemão.

Os dados consistem em entrevistas com os moradores das duas cidades. Os entrevistados das mais diversas faixas etárias foram interpelados pela pesquisadora em alemão acerca de seu cotidiano: nome, idade, ocupação, de que geração de descendentes eles pertenciam; a relação

deles com as suas respectivas cidades; e com as línguas alemão e português, tais como: qual a língua falada em casa, com quem eles tinham aprendido o alemão e qual a língua falada na igreja. Esse último tipo de perguntas marca definitivamente meu afastamento da metodologia proposta por Labov para coleta de dados como mostrarei mais aprofundadamente na próxima seção deste capítulo.

Além disso, reuni relatos de moradores, informações obtidas no museu de Entre Rios, uma das cidades visitadas, entrevistas com alguns professores que me ajudaram a traçar o quadro da problemática das línguas na escola, além de observações feitas por mim no período em que estive lá.

## **1.1 Entrevista**

No espaço de enunciação alemão/português nas duas cidades, o português é a língua que predomina tanto no espaço público, como no espaço privado. Contrariando esta condição, as entrevistas foram realizadas em alemão, configurando, então um viés enunciativo que marcasse o lugar do entrevistador no espaço enunciativo.

As entrevistas foram orientadas, seguindo um protocolo previamente estabelecido com questões acerca do cotidiano dos entrevistados e da importância das línguas (alemã e portuguesa) em suas vidas, sempre com um caráter informal, sob a Teoria da Conversação. Labov ao teorizar sobre o trabalho de coleta de dados disse que para obter dados mais próximos da fala é necessário, na entrevista, se colocar mais perto de uma conversa.

Foi a partir da conceituação de variável lingüístico que Labov pôde caracterizar o sistema lingüístico como heterogêneo por um lado, e por outro, propiciar a interseção deste com a estrutura social da comunidade que dele faz uso, permitindo assim, estudar o fenômeno da mudança lingüística.

As variantes, afirma ele, são definidas a partir do seu valor com relação à própria língua e quando postas em funcionamento nas regras variáveis estão submetidas a fatores de ordens diferentes: a lingüística e a social, isto é, o interior e o exterior da língua. A variável é, portanto, do domínio lingüístico de um lado, e, do domínio lingüístico/domínio social por outro.



Pode-se entender esta definição como uma tentativa, como afirma Pagotto (2001), de superar o corte saussuriano ao trazer para o funcionamento da língua o seu exterior, que a transformou num reflexo da estrutura social. Isto é, o sistema variacionista é aquele em que ao signo lingüístico é acrescido o valor social que pode ser estável ou passível de mudança,

Tendo em vista esta correlação da língua com a sociedade, Labov tenta reunir o que Saussure distanciou em sua dicotomia língua/fala.

Nessa vertente teórica, as variantes lingüísticas a serem sistematizadas carecem de um levantamento de dados da língua falada, pois esta reflete mais fielmente o vernáculo da comunidade. É necessário também uma descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que a constituem; a análise dos condicionadores lingüísticos e não-lingüísticos que favorecem o uso de uma variante sobre a outra; a análise do encaixamento da variável no sistema lingüístico e social da comunidade. É necessário ainda saber em que nível lingüístico e social da comunidade a variável pode ser colocada, além de uma projeção histórica da variante do sistema sociolingüístico da comunidade.

A língua falada torna-se assim o veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de comunicação. É na fala da comunidade que se encontram as regularidades das variáveis. Labov afirma “*que é do exame daquilo que a fala oferece que se pode definir e isolar uma variada gama de estilos que fazem emergir padrões regulares onde antes era o caos do indivíduo*” (Labov, 1972). Por essa razão, a questão levantada por ele era o modo de pesquisar e colher dados, sem que a presença do pesquisador interferisse na naturalidade da situação de comunicação.

Para responder a isso, Labov desenvolveu o que chamou de o paradoxo do observador, ou seja, a consideração da presença de um PESQUISADOR-OBSERVADOR que não participa diretamente da situação de comunicação. São muitas as vezes que o lingüista sente a necessidade de controlar os tópicos da conversa ou elicizar as relações da variável lingüística e para isso, ele precisa participar da interação.

A posição de observação não o deixa fazer parte da metodologia utilizada, mas a participação na entrevista é uma necessidade imposta, inclusive, pela orientação teórica. O que se procura fazer então é procurar um método que minimize o efeito, considerado negativo, causado pela presença do entrevistador.

Para isso, o entrevistador, explica Tarallo (1981), deveria fazer uma representação de um APRENDIZ, interessado na comunidade de falantes em seus problemas e peculiaridades. Seu objetivo ali seria aprender sobre a comunidade; deveria se evitar mencionar a questão da língua nas conversas sobre o objetivo da pesquisa, de forma a evitar que o informante prestasse atenção em sua maneira de falar. Para isso, formula-se um questionário-guia de entrevista, o qual visa homogeneizar os dados de vários informantes para comparação, controlar os tópicos e provocar narrativas. A narrativa é o elemento crucial para se obter dados mais neutros possíveis.

Nesse método, a narrativa é dividida em módulos tais como história pessoal, jogos, memórias da infância, histórias familiares, ou perigo de morte. Labov (1972) definiu a narrativa da seguinte forma: “*Ao narrar, o informante desvencilha-se de qualquer preocupação com a forma: linha de relato, ou ainda, estrutura da narrativa.*” (Tarallo,1981: 55)

A narrativa divide-se nas seguintes partes

1. resumo;
2. orientação;
3. complicação da ação;
4. resolução da narrativa;
5. avaliação
6. coda.

Cada parte é composta de uma unidade mínima denominada “orações narrativas”, cuja ordem não pode ser alterada, pois é sua seqüência que marca a ordenação dos eventos. Até adquirir o dado natural, o que o entrevistador obtém, retoma Tarallo (1981), é o dado não-natural que segundo Labov pode ser usado para estabelecer uma hierarquia estilística do desempenho do informante do formal (não-natural) ao informal (natural).

Dessa forma, as entrevistas relegarão ao entrevistador o papel de coadjuvante, se aproximando ao máximo de uma situação real de conversa, de forma a não ter qualquer tipo de manipulação ou marca da posição do entrevistador nos dados coletados.

Pagotto (2001) questiona a metodologia desenvolvida por Labov ao afirmar que o objeto da sociolinguística laboviana não é a língua como interação, vez que em suas entrevistas se apaga totalmente o entrevistador. “*A única forma-sujeito a ser tomada como objeto de saber neste campo é a do falante.*” (Souza, *apud* Pagotto, 40). Ao falante resta o lugar de portador de formas variantes.

Outro ponto interessante levantado por Labov está em conceber o falante como a voz da comunidade lingüística, pois é nele que a comunidade fala. A enunciação fica relegada à segunda instância. Não se dá uma enunciação completa nas entrevistas labovianas, mas enunciados que se correlacionam, no máximo, com o momento da enunciação.

Para se afastar um pouco desse sujeito portador de formas, que a sociolingüística laboviana define, Souza (2000) opera com outros elementos para conceituar o falante. Para ele, são as pausas e as hesitações, bem como outros elementos suprasegmentais que constituem as fissuras nas quais o falante vai acomodando uma subjetividade. É só a partir desse olhar que encontramos uma enunciação completa, em que o sujeito falante é interpelado como sujeito falante, portador de vários papéis e que desliza de posição em posição, sem se ajustar.

Assim, é na relação das línguas que os falantes vão construindo sua subjetividade e sua identidade, vez que o cruzamento está carregado de sentidos que possibilitam a construção da identidade destes falantes. Mas para isso operamos não com as entrevistas enquanto tal, mas com uma noção de enunciados. O falante, nessa perspectiva, não é um portador de formas, que define o falante e o seu lugar na sociedade, mas um sujeito constituído pela relação das línguas no espaço enunciativo das cidades, que configura na mesma medida as relações de poder que determinam a distribuição dos lugares das línguas no espaço de enunciação.

Para a coleta de dados me pautei em alguns elementos da metodologia desenvolvida por Labov para formulação do questionário que foi elaborado, visando criar uma situação de entrevista que se assemelhe a uma conversa próxima do cotidiano do entrevistado, possibilitando assim que as enunciações estivessem mais próximas da realidade deles. De acordo com esta teoria, quando colocados em situação de entrevista, os informantes acabam, inconscientemente, se afastando da sua fala diária de forma a afetar a naturalidade dos dados.

Apesar de fazer uso de alguns princípios da metodologia laboviana, marco minha filiação teórica me afastando da teoria como um todo ao considerar na prática intersubjetiva da entrevista a presença do locutor, na figura da entrevistadora, e do interlocutor. Outro lugar de afastamento das formulações de Labov está na elaboração de perguntas acerca da relação dos entrevistados com as línguas alemão e português. Ao indagar sobre o papel e o lugar das línguas nas cidades pesquisadas, abandono de vez o Paradoxo do Observador, formulado por Labov, pelo qual eu deveria me integrar à comunidade como uma aprendiz, isto é, me mostrar interessada na vida dos moradores como um todo, não mencionando em nenhum momento o objetivo de minha pesquisa

e isolando a língua como tema de minhas perguntas. Questionar sobre as línguas significava, para mim, entender a relação dos falantes com as línguas e assim caracterizar o espaço de enunciação das cidades.

Essa marcação se deu quando ao enunciar o interesse em gravar alguns dados com alguns moradores, falo de um determinado espaço enunciativo, o brasileiro, vez que a questão do espaço público também significa o espaço enunciativo no qual a entrevista se dá. Afasto-me, assim, de uma possível neutralidade defendida por Labov. Minha intervenção, no espaço enunciativo, foi marcada na medida em que falei em alemão em condições próprias ao português. Isto porque, para nós, o sujeito não se define como um portador de formas variantes que determina uma categoria social específica. É no cruzamento das línguas que a identidade do falante é constituída.

Com os dados colhidos e descritos de forma a dar visibilidade ao cruzamento das línguas, uma análise mais aprofundada é necessário para compreendê-los dentro destas comunidades. Tendo em vista a diversidade de “misturas” em seus mais variados níveis, farei um recorte no *corpus* a fim de dar visibilidade às formas como esta hibridação das línguas se dá aqui. Embora tenhamos tomado como referência inicial o modo de caracterização da interferência lingüística de Weinreich, vamos retomar certos de seus aspectos, considerando que os acontecimentos enunciativos se dão marcados pelo espaço de enunciação das línguas e se realizam pelas cenas enunciativas específicas. O que nos interessa aqui é ver como pela observação das cenas enunciativas (em que se representam Locutor, locutor-x e enunciadores), podemos falar de falantes (no sentido anteriormente configurado) e suas línguas.

Há três cenas enunciativas nas quais se dá o acesso às línguas pelas relações entre as figuras enunciativas e as formas lingüísticas. Estas cenas se constituem pela presença do Locutor1 e Locutor2 (o interlocutor). O Locutor que se apresenta como a origem do dizer fala do lugar do entrevistador e traz em sua enunciação, vez que é uma figura enunciativa, o lugar social no qual se constitui. Este lugar de entrevistador impede, portanto, a neutralidade buscada por Labov no Paradoxo do Observador, vez que ao enunciar do lugar de entrevistador o Locutor traz na sua enunciação a determinação da língua em que enuncia. O Locutor2 enuncia do lugar social do entrevistado (locutor-entrevistado) a partir da determinação, dada por L1, de uma das línguas, no caso o alemão. O L2 não parte de uma posição neutra, na qual ele “escolheria” a língua em que se determina. Desse lugar social, espera-se que assuma sua “função” e responda às questões a partir da língua definida pelo entrevistador.

O lugar do entrevistado é caracterizado pela língua na qual ele enuncia: ou alemão, ou português, configurando assim na relação das línguas e falantes um falante bilíngüe. Este bilingüismo está caracterizado pela língua portuguesa de um lado e pelo alemão “misturado”, por outro. Isto é, esse locutor-entrevistado se caracteriza, ora como falante de português (FP), ora como falante de alemão (FA).

Na primeira cena, o Locutor1, o locutor-entrevistador, interpela o Locutor2 em alemão. Mesmo definido que o espaço da entrevista se dá em alemão, o Locutor2 responde em português. A interpelação do Locutor1 deveria interditar o português da resposta do Locutor2, mas não é o que acontece. Aqui encontramos o FP, que se identifica como falante de português e se identifica na relação do português como a língua do Estado.

Na cena 2, o mesmo Locutor1 interpela o Locutor2 em alemão, que responde em alemão com interferências do português. E na última cena, interpelado em alemão o locutor responde em alemão e a interferência se dá no nível morfossintático. O locutor-entrevistado se define como FA, mas de um alemão atravessado por itens lexicais e expressões do português. O mesmo ocorre na cena 3, em que o locutor-entrevistado responde em alemão, se caracterizando como FA, mas um FA distinto daquele da cena 2, vez que o alemão aqui está atravessado pelo português no nível estrutural.

Dessa forma, percebemos que a relação dos falantes com as línguas é distinta em cada uma das cenas enunciativas, no modo como o português é tomado em cada uma delas. Isto é, há uma relação de dominância do português sobre o alemão, de modo que, independente da forma como a relação com o alemão é apresentada pelo locutor-entrevistador, é na relação com o português que o falante, pelo modo como o Locutor2 é tomado pelas línguas, se constitui.

Como para nossa análise os aspectos fonológicos foram deixados de lado, pois estes não contemplam o enfoque que darei a minha pesquisa, os dados do *corpus* coletados foram classificados pelo modo como as línguas e suas formas se distribuem nas cenas enunciativas. Vamos considerar assim as seguintes categorias:

- A. interpelado em alemão, o falante responde em português;
- B. interpelado em alemão, responde em alemão, mas como interferências pontuais de itens lexicais em português; e
- C. interpelado em alemão, o falante responde em alemão com elementos refeitos pela morfossintaxe do português.

Realizada a divisão, farei uma descrição destes dados dentro de suas respectivas categorias, de modo a determinar que tipo de hibridação é esta.

Algumas questões devem ser levantadas a fim de obter uma descrição mais detalhada:

No caso (A) em que momentos da entrevista, o entrevistado responde em português, isto é, qual o “tema” da conversa?

Em (B), que tipo de palavras são essas que “interferem” no alemão?

E por fim, no item (C) que elementos da sintaxe do português são refeitas no alemão?

O primeiro trabalho de descrição e análise será feito inicialmente com os dois primeiros tipos (A) e (B) nos quais o cruzamento das línguas se dá de forma mais visível, com a troca das línguas, vez que no último tipo (C), o cruzamento se configura no nível sintático e morfossintático.

Após toda essa classificação e descrição dos dados, a análise será feita dentro do quadro teórico da semântica do acontecimento, visando significar este cruzamento na constituição dos sujeitos falantes.

## 2. Descrição das línguas nas entrevistas

### A. INTERPELADO EM ALEMÃO, RESPONDE EM PORTUGUÊS:

Há ainda dentro desta categoria mais uma divisão possível. A das respostas que se dão consistentemente em português e aquelas em que há uma alternância do alemão e do português nas respostas, isto é, alguns falantes alternavam suas respostas ora em português, ora em alemão.

As respostas em português não se dão ao acaso. Pode-se notar nos dados uma especificidade em cada momento de troca de língua.

1. E: Weisst du wo er wohnt? Ich muss zu ihm gehen, aber ich weiss es nicht wo er wohnt.

A: Não tem como falar onde que é. Não tem ponto de referência. (Entrevista 1- E1)<sup>8</sup>

2. E: Und was machst du?

---

<sup>8</sup> A entrevista de onde foi retirado esse dado encontra-se no anexo.

G: como assim? (E2)

Nos enunciados (1) e (2), a troca de língua é marcada por uma interação do entrevistado com o entrevistador, isto é, o entrevistado dirige-se diretamente a este de forma a obter algum esclarecimento. Mas a forma como esta interação se dá diverge nos dois casos.

Em (1), a resposta do entrevistado é sobre o “objeto” da pergunta do entrevistador; e em (2), a pergunta do entrevistado é sobre a enunciação do entrevistador. Em um momento de incompreensão do entrevistado, ele marca seu lugar de interlocução.

3. E: Wo?

A: Na colônia do Lago. (E6)

4. E: Wo hast du ihn kennengelernt?

G: Aqui mesmo. (E2)

5. E: Woher kommen deine Eltern?

V: Aqui da colônia mesmo (E8)

6. E: Wo lernen sie?

V: Tem uma parte (*que estuda*) aqui. Tem uma parte em Palmeira. (E8)

7. E: Wo ist dein Herr?

V: Meu marido? Ele saiu “prá passeá”. Foi lá no mercado “fazê” umas compra. (E8)

De (3) a (7), pode-se notar nas respostas em português a questão da espacialidade, com uso de dêiticos de referência, os quais, segundo Benveniste, constroem intersubjetividade no discurso. Os entrevistados respondem às perguntas acerca da localização de “algo”.

8. E: Wie alt ist er?

H: Dezesete. (E9)

9. E: Und deine Mutter, wie alt ist sie?

H: oitenta e... seis. (E9)

10. G: Vierzehn Jahre alt?

H: É catorze anos. Ela ficou grávida e quando casou já tinha nenê, mas ele (*o marido*) não se acostumou e foi embora. (E9)

11. E: Wie Lange arbeitest du hier?

C: sete anos (E3)

No caso seguinte, (12), não houve qualquer pergunta. A entrevistada, antes de qualquer intervenção minha, iniciou a entrevista se apresentando primeiramente em português, mas ao se lembrar que era uma entrevista em alemão, automaticamente se corrigiu, passando a falar em alemão.

12. C: Meu nome é Carolina Kriegwalden. Entschuldigung! Mein Name ist Carolina Kriegwalden und ich habe 28...27 Jahre. (E3)

13. E: Mit wem haben Sie Deutsch gelernt?

V: Cá minha mãe e o meu pai. Eles vieram da Rússia-alemão. (E8)

14. E: Wie alt sind sie?

V: São tudo criança ainda, os bisneto . (E8)

15. E: Arbeitet er?

V: Ele trabalha ainda. Pouco, mas trabalha. Ele já tem 78 anos. (E8)

Os dados levantados acima tratam da questão da identidade dos falantes, isto é, quando indagados a respeito de fatos referentes a suas vidas, é o português que encontram o modo para falar delas.

Uma última divisão categorizável configura-se na presença de interferências de itens lexicais em alemão nas respostas dadas em português como os dados abaixo:



16. E: Wie Lange dauert die Reise Quero-quero bis colônia do Lago?

H: Mais ou menos quatro horas **und halb Stunde**. Ele fica acampado. (E6)

17. E: Haben Sie Enkel?

V: **Ja**, neto e bisneto. (E8)

#### B. INTERPELADO EM ALEMÃO, RESPONDE EM ALEMÃO COM INTERFERÊNCIA DE ITENS LEXICAIS DO PORTUGUÊS:

Antes de apresentar essa categoria de análise, interessa aqui refletir no porquê desta categoria, vez que esse tipo de interferência lexical é normal de qualquer língua estrangeira em outro espaço, parecendo à primeira vista irrelevante para caracterizar a interferência do português no alemão, no modo como ela se configura aqui.

O que nos interessa na pesquisa que vem sendo desenvolvida aqui é uma noção de língua que se afasta da concepção de sistema fechado, defendido por um viés estruturalista. É com essa idéia que Weinreich (1968) e a sociolinguística variacionista trabalha e por isso designação “interferência” trata bem o problema das línguas em contato. Concebendo a língua como sistema, quando um sistema se sobrepõe a outro, o que se tem é a interferência de uma língua na outra.

Mas o que temos tratado aqui se insere em um quadro teórico um tanto quanto distinta da lingüística estruturalista. Uma outra concepção de língua é necessário para se entender fenômenos como os estudados aqui Para a semântica da enunciação, o que tratamos aqui é de relação de línguas, isto é, o que ocorre nos dados que serão descritos logo abaixo são duas línguas (o alemão e o português) que se perpassam e se constituem enquanto língua na relação entre elas.

18. E: in einer Universität?

A: Ich weiss noch nicht. wenn ich durch **\*\*\***, vllleicht mache ich **faculdade**. (E1)

19. E: Wo hast du gelernt?

C: Ich habe fast allem hier gelernt. Von Kindergarten bis **die segundo grau**. Dann 3 Jahre in Ponta Grossa hab'ich gelernt. Da hab'ich Portuguesisch und English gemacht. (E3)

20. E: Sind sie schon verheiratet?

R: Sind alle verheiraten. Ein ist normalist und ein **cuida da lavoura**. Ich habe zwei **netos**. (E4)

Nos dados (18) (19) e (20), os itens lexicais que cruzam o alemão são palavras que trazem nelas conceitos diferentes do que estas palavras, tais como “lavoura”, significam em alemão e em português. Não há na Alemanha nada que se assemelhe ao que entendemos aqui por lavoura, assim uma simples substituição da palavra de uma língua por outra, traria para o alemão um sentido distinto.

Outro exemplo desta divergência de sentidos em que a tradução pura e simples não resolve o problema dos sentidos concerne à divisão que se faz, no Brasil, entre primeiro e segundo grau na escola que não existe na Alemanha. O programa de ensino lá é distinto do daqui.

Por aí, percebemos a impossibilidade de uma concepção de língua, na qual se contemple uma relação palavra/mundo, ou palavra/coisa, isto é, na qual o referente enunciado está no mundo. Na concepção de língua a que me filio, a tradução de uma língua para outra tem outras implicações como materialidades discursivas distintas, as diferenças entre línguas concernem à relação palavra/palavra. Em um trabalho sobre a língua, produz-se um espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos metafóricos que historicizam a língua, como explica Orlandi.

21. E: Haben sie Verwandte in Deutschland?

U: Ja, aber ganz weit. ich bin schon von der 3o. Generation. Meine Urgrossmutter ist eigentlich von Deutschland, **né**, ich bin schon hier geboren. Meine Mutter und meine Grossmutter auch. Dann ganz weit hab' ich Verwandte in Deutschland (E5)

22. E: Und was macht sie jetzt?

G: Sie arbeitet im **Mercado, né**, im Supermarkt. (E2)

23. E: Der Kultus in der Kirche ist auf Deutsch oder auf Portuguesisch?

W: Nein, ist Deutsch und **Português**. Wir hat so viele Leute hier **alemão** und viel **português**. **Então meia a meia, né**, halb und halb. (E7)

24. E: Welche Sprache spricht Ihr (*die Familie*) mehr?

H: Mehr **português**. Manchmal **alemão** mit die Mama und die mein Kinden, ja aber wenn er ist mit mein Mann, nein, **por causa dele, né?! Mas ele entende se eu falá.** (E6)

Nos dados de (21) a (24) há a presença do marcador **né**, que caracteriza uma troca de línguas dos informantes que definem o espaço de enunciação no qual estes falantes se constituem, corroborando a informação da frase anterior.

25. E: Woher kommt sie?

H: Mein... die Mutter von mein Vater, die ist geboren in Morette, die von da gekommen. Mein Mann ist **brasileiro**. (E6)

Em (23), (24), (25), (28) e (29), o português se manifesta nas respostas que nomeiam as línguas e as nacionalidades.

26.E: Arbeitet er hier?

H: Er wohnt **na colônia do Benfica**. (E6)

27. E: Wo liegt diese Kolonie? Es ist weit?

H: Ja, **depois de Quero-quero**. Er war in der Colonia do Lago. (E6)

28. E: Wo arbeiten Sie?

W: Wir arbeiten zu Hause, ganz zu Hause mit dem Nener, **holandês** Kuhe (E7)

29. E: Woher kommt deine Eltern?

W: Von **Alemanha**. (E7)

Nos dados (22), (27), (28) e (29) o português marca uma espacialidade. Ao se referir a um determinado espaço, que é brasileiro, o falante precede o nome do lugar com um advérbio – em português. Isso só se desfaz no exemplo (29), no qual o nome do país poderia estar em alemão, mas aqui é a preposição, diferente dos outros casos, que está em alemão. Uma quebra na expectativa, uma vez que de acordo com os dados precedentes, era de se espera a seguinte construção: “**Da Alemanha**”.

30. E: Warum willst du nach SP gehen?

R: Mein **parente** besuchen. (E4)

31. E: Hast du Kinder?

R: Ein **casal**, zwei (E4)

32. E: Sind sie schon verheiratet?

R: Sind alle verheiraten. Ein ist normalist und ein **cuida da lavoura**. Ich habe zwei **netos**. (E4)

33. E: Woher kommen deine Eltern?

H: Meine Mama und mein **Pai eram da Alemanha**. (E9)

Há alguns casos, contudo, em que parece não haver qualquer tipo de determinação que justifique, ou caracterize a “mistura” como nos dados (30), (31) e no dado (32) na segunda inserção do item lexical **netos**.

34. E: Wie lange sind Sie verheiratet?

H: Ich habe geheiratet von sechsundzwanzig Jahre (*alt*) und ich habe dreiundsiebzig. Ich habe schon **bisneto**. (E9)

Outro ponto interessante de ser observado concerne à relação de parentesco. Não há uma regularidade quanto à língua em que se enunciam as relações familiares. O enunciado (33), por

exemplo, reflete bem esta mobilidade. Ao enunciar “mãe”, esta é referida em alemão, mas o falante enunciou “pai” em português. Pode-se encontrar esta inconstância por todo o corpus, como nos dados (24), (25), (32), (33) e (34) em que há momentos que a relação familiar está em português e em outros casos em alemão.

A partir da primeira descrição dos dados farei a seguir dois recortes distintos. Um que abarca o “tema” do cruzamento e o segundo a forma. Assim tentarei caracterizar como, quando e onde o cruzamento das línguas se dá.

### **I. Tema da Mistura**

As línguas se misturam em enunciados que tratam de alguns temas específicos tais como: IDENTIDADE, INTERLOCUÇÃO e REALIDADE. Só é possível definir esses temas, se pensarmos o sentido das inserções na relação com o enunciado como um todo.

Estes se definem da seguinte maneira:

#### 1. Identidade:

Ao serem indagados sobre suas vidas e cotidianos, os falantes enunciam, se não em português, por completo, trechos de suas falas em português, legitimando na língua o lugar de sua identidade.

#### 2. Interlocução:

Nos momentos em que se marca uma interação com o entrevistador diante do lugar de entrevistado, mas como “falante”, apenas, o informante enuncia esta sua posição em português.

Este posicionamento na enunciação também se dá pela presença do marcador de interlocução **né**, que define também uma troca de línguas depois do uso.

#### 3. Realidade:

Neste ponto, há uma diferenciação em como esta construção da realidade pelas línguas – alemão e português - se dá. Ela se configura na referência a um lugar. Esta construção pode ser observada por duas vias:

##### a. lexical:

Em muitos momentos do corpus, o falante introduz em sua fala alguns itens lexicais em português, caracterizando assim a “mistura”. Contudo, a inserção destas palavras traz uma outra questão uma diversidade de apreensão de mundo, ou mesmo a construção deste. Palavras que não

têm uma tradução simultânea para o alemão, são mantidas em português, tais como “lavoura” e “segundo grau”. Estas inserções refletem uma diferença de realidade entre os dois países Alemanha e Brasil.

O sistema de ensino alemão em muito difere do sistema daqui, seja na qualidade, ou seja ainda na nomeação deste. A separação ensino fundamental e médio não existe lá. O que ocorre é uma numeração contínua das séries, com provas em anos chave como a quinta série que determina que tipo de curso o aluno dará continuidade.

b. Morfossintática:

Há aqui uma especificação que deve ser determinada, uma vez que ela se constrói de dois modos:

**DÊITICOS:**

Uma noção de espacialidade se estabelece por meio do uso dos dêiticos (aqui, lá...) que reafirmam a construção da realidade no momento em que o falante enuncia estes, em português.

**LUGARES:**

Ao especificar um local em sua fala, na maioria das vezes, os falantes formam uma expressão em português, isto é, o nome de uma colônia é sempre precedido pela palavra “colônia”, que poderia estar em alemão, mas não está, além do advérbio, também em português.

## **II. “Mistura” nas Formas**

Faço aqui um novo recorte dentro da segunda cena enunciativa (B), na qual o falante é interpelado em alemão e responde em alemão, mas em suas respostas há interferências do português. Para este recorte, tomo como ponto de entrada para olhar os dados a questão formal a fim de identificar em que níveis estruturais a interferência se manifesta. A questão que orienta esta descrição é saber quando, onde e como o português se instaura. Para isso trabalharei com categorias gramaticais, os sintagmas.

Farei uma divisão em três níveis a fim de dar visibilidade à mistura:

1. Frase/Frase
2. Sintagma/Sintagma

### **No Interior do Sintagma**

#### **3.1 No Sintagma Nominal**

## 1. Frase/ Frase

A troca de línguas se dá no limite da frase como podemos observar nos dados abaixo.

- A. [Meu nome é Carolina Kriegewalden. Entschuldigung!] Mein Name ist Carolina K. und ich habe 28... 27 Jahre. (E3)
- B. (...) aber wenn ich bin mit mein Mann, nein. [Por causa dele, né?! Mas ele entende se eu falou.] (E6)
- C. Ja, [depois de Quero-Quero.] (E6)
- D. [Então meia a meia, né?!] Halb und halb!! (E7)
- E. [Junge,] sim! (E9)
- F. Ja, [neto e bisneto.] (E2)
- G. Neh, ist auch nicht von hier, [né?!] Aber nicht von Alemanha.

## 2. Sintagma/Sintagma

Neste caso o cruzamento das línguas se configura no interior da frase, mas entre sintagmas do tipo nominal e verbal.

- H. Villeicht mache ich facultade  
SV + SN  
SV( N-ich V-mache) + SN (N-faculdade)
- I. Ich mache xerox  
SV + SN  
SV (N-ich V-mache) + SN (xerox)

J. Ein ist normalist und ein cuida da lavoura.

SN + SV

SN (ein) + SV (cuida da lavoura)

K. Meine Mama und mein Pai eram daqui

SN + SV

SN (Meine Mama und mein Pai) + SV (V-eram )

### 3. Dentro do Sintagma

A inserção de elementos do português se dá no interior do sintagma, isto é a constituição do sintagma está atravessada pelas duas línguas.

#### 3.1 No Sintagma Nominal

L. Arbeite in xerox

SN (Det-in + N-xerox)

M. Ich fahre die Shopping

SN (Det- die + N-Shopping)

K. Ich fahre die Shopping in Guarapuava.

SP [(P- in ) + SN (N- Guarapuava)]

L. Sie arbeitet im Mercado, né, im Supermarkt.

SP [(P- in) + SN (Det-dem + N- mercado)]

M. Von Kindergarten bis die Segundo grau.

SN (Det- die + N- segundo grau)



N. Nein, meine Eltern kommt von Santa Catarina.

SP ( P- Von + N- Santa Catarina)

O. Er ist in segundo grau.

SP [(P-in) + SN(segundo grau)]

P. Mehr portugês.

SN (Det- mehr + N-português)

Q. Manchmal alemão (...)

SN (Det- manchmal + N- alemão)

R. Er war in der Colônia do Lago.

SP [(P-in) + SN (Det- der + N- colônia do lago)]

S. Mais ou menos quatro und halbe Stunde.

SN (Det- quatro + Det- halb + N-Stunde)

T. Mein parente besuchen

SN (Det- mein + N- parente)

C. INTERPELADO EM ALEMÃO, O FALANTE RESPONDE EM ALEMÃO COM ELEMENTOS REFEITOS PELA MORFO-SINTAXE DO PORTUGUÊS.

Tendo seu espaço enunciativo composto pelas duas línguas alemão e português, o falante tem seu alemão constantemente refeito pela sintaxe do português. Essa "reconstrução" se dá de diversas formas como explicitarei a seguir:

**A. Na Elipse do Sujeito**

O alemão, assim, como outras línguas, não elide o sujeito que está sempre presente na oração. Na sintaxe do português é comum encontrar o sujeito subentendido ou mesmo inexistente. Por isso em muitos enunciados, pode-se ver esse cruzamento do português que refaz a gramática alemã.

36. A: Guga? Meisten spielt (\*) neh so gut wie er will spielt, aber (\*) spielt schön gut.  
(E1)

37. U: nein, noch nicht. (\*) Kenne noch nicht Deutschland.

38. G: (\*) Arbeite in Xerox (E2)

## B. Na ordenação SVO

No alemão há uma ordenação fixa do verbo principal na frase, sempre como elemento II. Quando houver um verbo principal e auxiliar, o principal permanece como elemento II, e o auxiliar fecha a sentença. No português, essa ordenação é mais flexível, por isso vemos nos dados em alemão uma variação da posição do verbo nos enunciados ao molde do português.

39. A: Ja, so ungefähr habe ich schon **gespiele** hier in der Kolonie (gespielt). Unser Lehrer hat ein Manschaft **gemacht**, aber nur só no saibro (gemacht) (E1)

40. G: Manchmal (fahre) ich **fahre** die Shopping in guarapuava. (E2)

41. C: É... ich glaube das sind sehr Verwund, né?! Sie meinen weil sie **waren** die jüngsten (waren) ja, sie können alles machen. Hier müssen sie lernen anhalten. Dass kann die Kinder schwierig verstehen. (E3)

## C. Tradução de Expressões

Há uma tradução de expressões tipicamente brasileira numa transposição para o alemão sem qualquer encontro de significação no alemão.

42. E: Was machst du nach der Schule?

A: Meisten gehe ich im Club, **gehe schwimmen** und **gehe Tennisspielen** (E1)

“Ir nadar”, ou “ir jogar tênis” é uma construção típica da nossa sintaxe que foi transposta para o alemão.

#### **D. Construção dos Verbos**

Na construção do passado, são necessários, no alemão, dois verbos, um principal, conjugado no particípio no fim da frase e um auxiliar na segunda posição. Em muitos momentos nestes dados a construção do alemão é refeita ao molde do português

43. H: Nein, er **hat** zuerst **gelernt** hier, aber er ist in Segundo grau. (E6) (Em alemão: *Nein, er hat zuerst hier gelernt*).

44. E.: Wo hast du gelernt?

G: Die erste Jahr bis 9. Klasse habe ich Colegio Imperatriz und der nächste Jahr hab'ich im D. Pedro abend, weil ich arbeite.(E2) (Em alemão: *Die erste Jahr bis 9. Klasse, habe ich im Colégio Imperatriz und das nächste Jahr habe ich im D. Pedro abends gelernt, weil ich arbeite*).

### **3. Espaço de Enunciação Alemão/Português**

Tanto a língua alemã, quanto a língua portuguesa permeiam o cotidiano dessas duas cidades – Entre Rios e Witmarsum - em todos os espaços, seja ele institucional, como a escola, seja familiar, ou ainda, público.

O alemão, em ambas as cidades, tem historicamente um lugar de destaque, uma vez que para elas é de extrema importância a manutenção do predicado “cidade alemã no Brasil”, por isso o bilingüismo é uma característica forte da cidade, pois por mais que haja uma identidade alemã envolvida, há uma relação com o Brasil que não tem como e não pode ser esquecida.

Com o passar do tempo, o português cresceu muito na cidade. Paralelamente a isso, houve um certo declínio do alemão. Razão pela qual a manutenção da língua e da cultura alemã tornou-se uma preocupação específica tanto para Entre Rios, como para Witmarsum. A responsabilidade

do falar alemão foi passada para os moradores, que se viram, e se vêem, na obrigação de manter a língua alemã em seu cotidiano. Esse dever resulta, como pude concluir após algumas entrevistas com os professores locais, na estigmatização daqueles que não têm uma fluência na língua, marcando o lugar do “não-falante”. Uma das professoras entrevistadas responsabilizou os falantes do alemão “misturado” pela deturpação da língua.

À época da formação das cidades, isto é, da migração dos alemães para o Brasil, especificamente à região sul a partir de 1824, a relação dos falantes com as línguas – alemão e português – era estável. Pode-se dizer que havia um lugar definido para cada uma delas. O alemão era a língua predominante e o português a língua de contato entre imigrantes e brasileiros, e que possibilitava a construção das cidades e das relações comerciais.

Essa estabilidade dos lugares das línguas refletiu na escola. O alemão era a língua materna daqueles moradores. Dessa forma estava regulado o lugar da escola na normatização do alemão. As crianças iniciavam sua alfabetização em alemão já na pré-escola. As aulas eram de e em alemão.

Mas não era só na escola que o alemão predominava. De acordo com os relatos dos moradores, a língua tinha lugar de destaque tanto dentro, quanto fora de casa. Ao português só restava o lugar dos contatos comerciais. Esse predomínio do alemão na cidade se deu em razão da construção das cidades de Entre Rios e Witmarsum terem sido feita pelos alemães.

Segundo Fouquet (1977), com o fim da Segunda Guerra Mundial, grande parte dos suábios do Danúbio deixou os territórios da Europa do Leste, onde viviam, e passaram alguns anos em campos de refugiados na Áustria. Em 1949, a entidade filantrópica “Ajuda Suíça para a Europa” encarregou uma comissão de encontrar, no Brasil, terras apropriadas para a agricultura, atividade econômica tradicional dos suábios. A comissão, sob a direção do engenheiro Michael Moor, após estudar vários projetos, decidiu adquirir uma porção de terra de vinte e dois mil hectares, na região de Entre Rios, em Guarapuava (PR).

A “Ajuda Suíça” disponibilizou financiamento para a compra das terras, máquinas, transporte e construção das casas. Entre junho de 1951 a fevereiro de 1952, chegaram ao Brasil cerca de quinhentas famílias (2.446 pessoas) em sete etapas. Freiras dominicanas vieram da Suíça, para atuar na saúde e na educação durante os primeiros anos de colonização. E no dia seis de junho de 1951, chegaram os primeiros imigrantes suábios a Guarapuava. Em sistema de mutirão, deram início à construção de cinco povoados, denominados Vitória, Jordãozinho,

Cachoeira, Socorro e Samambaia, recebendo cada família cerca de meio hectare para a construção de sua moradia, assim como um hectare na periferia, fundando assim a cidade de Entre Rios.

É interessante observar que por serem cidades relativamente novas, tanto Entre Rios, como Witmarsum – as duas cidades têm cerca de 50 anos, mais ou menos - não passaram pelas imposições e proibições que o governo brasileiro, durante o Estado Novo, impôs às cidades de descendentes de imigrantes, e aos próprios: a proibição de uso de qualquer língua nacional, que não o português. Vargas, em sua política nacionalista, proibiu que outras línguas nacionais que não o português do Brasil fossem faladas em território nacional.

No século XX com o início da industrialização se destacaram as mobilizações operárias, com a presença do movimento anarquista socialista e comunista frente à classe industrial, em 1917. Segundo Payer (1999), o engajamento dos imigrantes nestas lutas operárias foi um dos responsáveis pela restrição à presença de imigrantes no país e à constituição de um movimento nacionalista, por parte da elite. Devo aqui mencionar a peculiaridade da imigração alemã que em nada se envolveu com as questões políticas do país, vez que era uma imigração mais rural. Mesmo assim, a imigração alemã foi inserida no problema que o governo via nos imigrantes.

Para Lenharo (1986) a oposição estrangeiro versus nacional apaga o que era inadmissível para a Nação em sua definição moderna, como já apresentado no capítulo 2: a diversidade e a oposição dentro de um país, como o Brasil. Em 1921, a legislação brasileira, na tentativa de acabar com esta heterogeneidade, barra a presença de estrangeiros e formula a “lei dos indesejáveis” e em 1930 a legislação promulga que havia a necessidade de dois terços dos operários de uma indústria serem brasileiros. Dessa forma, aponta Lenharo (*apud* Payer, 1999), constitui-se um funcionamento discursivo, no qual recorreu-se à idéia de exterioridade como fonte explicadora da contradição, que assim passa a ser localizada em uma instância externa à nação. Para Payer (1999), quanto mais forte se configurava a oposição ao externo, mais se estreitava o envolvimento do indivíduo com a Pátria/Nação. Era esse funcionamento de alguns gestos totalitários que levaram ao controle das diferenças sociais e dos projetos políticos diversificados.

No Estado Novo, em 1937, foi introduzido na área de educação o viés de um nacionalismo centralizador exacerbado através da Campanha de Nacionalização do Ensino. Isso era uma consequência de uma postura do governo que tinha uma posição distinta frente à

diversidade do país. Os regionalismos deveriam ser apagados para dar lugar a uma nação homogênea.

Em 1938 a “Comissão Nacional do Ensino Primário”, foi encarregada de combater o analfabetismo e “*nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos da população de origem estrangeira*”.

A problemática dos estrangeiros foi reforçada pela Primeira Guerra Mundial. Buscava se nacionalizá-los, colocando ao lado da questão da proteção nacional, a oposição aos de-fora, acarretando a exclusão destes.

Desse modo, depois de muito ignorar, por anos, a questão da língua dos imigrantes nas colônias agrícolas, nas quais o analfabetismo ainda não se colocava como questão para Estado, o ideal de unidade lingüística, juntamente com uma unidade política em torno do Estado Nacional, trouxe à tona um objetivo novo, o de promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras e a criação de escolas nos núcleos coloniais.

No dia 13 de abril de 1939, o decreto lei estadual do Espírito Santo n.º 92255 interditou a língua estrangeira não somente do ensino, mas de toda “*escrituração de livros, estatutos, regulamentos, inscrições, placas, cartazes, avisos, instruções e quaisquer publicações escolares, além da realização de cultos religiosos nas línguas maternas dos colonos, no interior das escolas e fora delas, nas igrejas e no interior das casas*”. (Payer, 1999: 127)

Esse decreto regulamentou as condições de funcionamento de colégio particulares em geral coordenados pelas igrejas católicas e luteranas. Ele determinava, assim, que os estabelecimentos particulares de ensino realizassem seu registro de Estado e submetessem a ele sua decisão de fiscalização. Para esse registro requeriam provas de que o dirigente responsável fosse brasileiro, nato ou naturalizado, bem como a apresentação de exemplar do estatuto ou plano anual de ensino.

O Estado interditou as demais línguas nacionais de serem faladas em território nacional, mas eram os estados que legislavam de que forma essa proibição se dava, regulamentando como as instituições agiriam perante às línguas proibidas.

Os estabelecimentos deveriam observar, entre outras normas de caráter patriótico, o ensino obrigatório da língua vernácula, usando, para isso, os livros didáticos adotados pelo Departamento de Educação, e o ensino somente na língua vernácula no pré, primário e complementar. Para Vargas:

*“Uma Nação deve ser desenvolvida, educada, ter uma identidade, um senso de unidade nacional, A um espaço sóciopolítico dessa natureza é necessário coesão para a qual pode e deve contribuir o Estado em sua função de estruturação social; a unificação lingüística fortalece o povo que constitui esse mesmo espaço sóciopolítico, a nacionalização se fez enfim necessária.”* (Vargas, 1937, *apud* Araújo, A.M. 1994:339)

Nessa época, segundo Oberacker (1955), as escolas, construídas por imigrantes, foram fechadas, cultos em outras línguas foram proibidos, além do veto de falar outra língua. Assim, o cruzamento de línguas que ocorreu nas cidades que se submeteram às imposições do Estado Novo foi a forma encontrada pelos imigrantes e seus descendentes para resistir ao silenciamento<sup>9</sup> que lhes foi imposto e marcar na língua sua memória.<sup>10</sup>

Voltemos às cidades objeto de nosso estudo. Com o passar do tempo, o desenvolvimento da cidade propiciou um maior contato com as cidades vizinhas, que só falavam o português. As relações estabelecidas não se reduziam a relações comerciais apenas. Esse contato além dos limites das “cidades alemãs” propiciou, também, casamentos com pessoas de fora das cidades de descendentes – logo com não-falantes de alemão e um maior acesso aos meios de comunicação, cuja grande maioria faz uso da língua nacional, o português; acarretando um aumento da necessidade de se falar português nessas cidades.

Dessa forma, o português, usado somente como língua comercial e para se comunicar com brasileiros ganhou espaço maior na vida dos moradores.

Essa mistura com “os-de-fora” deu uma nova configuração na relação dos descendentes de alemão com as duas línguas. Novamente foi a escola, como espaço institucional, que refletiu de imediato essa alteração na condição do português. Atualmente, as salas de aula perderam a homogeneidade. A presença maciça de alunos falantes de alemão diminuiu proporcionalmente ao aumento de crianças que têm conhecimento do alemão, mas sem seu domínio, resultado dos casamentos mistos, no qual um dos pais não fala alemão.

Passada esta primeira dificuldade, as crianças, após terem aprendido o alemão na escola, conversam entre si somente em alemão. Interessante observar, porém, que assim que se iniciam as aulas de/em português, a partir de então crianças e jovens só falam em português.

---

<sup>9</sup> Sobre a definição de silenciamento trabalhada aqui, ver Orlandi, 1988.

<sup>10</sup> Sobre a concepção de memória de língua, ver o trabalho desenvolvido por Payer, O. *Memória de Língua: imigração e nacionalidade*. Tese Doutorado. Unicamp, 1999.

Em outros espaços das comunidades, atualmente, a língua falada depende do interlocutor e do domínio deste da língua. Se o falante souber que seu interlocutor fala alemão, esta será a língua usada. Para atestar minha afirmação, descrevo aqui uma cena por mim presenciada durante minha estadia nas cidades. Em um estabelecimento comercial, em que as pessoas já se conheciam, vez que as cidades são muito pequenas, o cliente sabendo que o comerciante é falante de alemão, enuncia nessa língua, independente do espaço público. Entre os mais jovens, contudo, é mais comum o uso do português em qualquer circunstância.

Outro ponto interessante é a presença das duas línguas – português e alemão – nos monumentos históricos da cidade, no museu, marcando a situação bilíngüe como constitutiva das cidades. Em Entre Rios há uma Rádio local que tem em sua programação diária horários específicos de programas em alemão. Antigamente, contudo, a Rádio era exclusivamente alemã, mas devido à necessidade de expansão da rádio, que atinge as demais cidades da região, um acordo com patrocinadores restringiu para um certo período do dia a programação alemã e nos demais horários a programação é em português.

É interessante observar que o português é a língua predominante nas relações sociais da cidade, e mesmo assim, há um lugar para o alemão nestas relações, mesmo que elas sejam institucionais como a presença do alemão em monumentos históricos. Uma forma de tentar dar visibilidade à predicação das cidades de “cidades alemãs no Brasil”. Não há assim como determinar uma compartimentalização das línguas como o português do espaço público e o alemão no espaço privado, visto que o português tem atingido também o espaço familiar e o alemão ocupa também lugar no público, seja nos monumentos histórico, na programação da rádio, ou em conversas entre os moradores.

Durante este período em que o espaço enunciativo brasileiro foi ganhando espaço, um cruzamento das línguas foi se projetando e formando este “tipo” de alemão perpassado pelo português. Essa “variedade” do alemão é vista por professores e autoridades das cidades como uma degradação da língua a qual deve ser evitada é designada por eles como “mistura”. Essa visão da “mistura” já está difundida entre os moradores que se acusam de não saber falar o alemão correto. Motivo pelo qual tive inúmeras recusas para realizar as gravações. Pode-se perceber nesta negativa em fazer as entrevistas a definição política de língua, na forma desenvolvida por Guimarães (2000, 2002a), na qual a língua é o lugar de inclusão que exclui, isto



é o alemão é a língua que os inclui na comunidade, mas ao enunciar este alemão misturado, o falante se exclui do alemão que o inclui na comunidade.

O espaço enunciativo das cidades pesquisadas se constitui das duas línguas: português e alemão, as quais não estão estanques neste espaço. Ao contrário, eles têm limites muito tênues, que propiciam um entrecruzamento. Há, por parte da população, uma tentativa de uma compartimentalização das mesmas no espaço das cidades. Mas será que ele é possível?

#### **4. Considerações finais**

A partir dos recortes feitos, percebemos que o cruzamento das línguas se dá em todos os níveis. O alemão é atravessado pelo português como pudemos constatar nas cenas enunciativas descritas acima.

Nas cenas descritas, encontramos três tipos de relação dos falantes, na figura do locutor, com as línguas:

- a. Há as respostas inteiramente em português;
- b. aquelas em que a resposta é em alemão com a interferência de palavras ou expressões em português.

Neste caso, a interferência se dá em três níveis: no limite da frase (F/F), no limite do sintagma (S/S) e no interior do sintagma.

- c. Além dos dois tipos anteriores, temos a interferência (do português) na morfologia e sintaxe de seqüências em alemão.

A partir das cenas descritas, sabemos que o cruzamento se dá nos mais diversos níveis. O único padrão, se é que podemos chamar assim, é a presença do português, como língua presente no espaço enunciativo das cidades pesquisadas e que organiza o lugar dos falantes nesta relação de línguas com os falantes de uma nova língua falada: uma língua entrecruzada. Assim essa língua “misturada” é um alemão específico que se constitui de elementos lexicais e estruturas vindas do português.

Em cada uma das cenas é distinta a relação dos falantes com as línguas e esta se configura de um modo particular em cada uma delas. Mesmo com uma configuração específica para cada uma das cenas, é o português que regula a relação dos falantes com o alemão.

Que falante é esse então? Nos perguntamos. É um falante bilíngüe. O falante neste espaço de enunciação é um falante de duas línguas, em que uma é o português e a outra, um alemão,

afetado pelo português. Essa relação das duas línguas e dos falantes se configura nas cenas enunciativas em que os Locutores das cenas, especificamente o locutor-entrevistado se define pela língua que fala. Ele se divide em um falante de português (FP) e um falante de alemão (FA).

O alemão deste FA tem um diferencial. A língua que o FA fala é um alemão específico que está atravessado pelo português nos seus mais diversos níveis, como pode ser constatado nas cenas já apresentadas.

Em cada uma das cenas, a relação do locutor-entrevistado com a língua se configura de uma forma distinta, mas em todas elas o português é a língua que regula e atravessa o alemão, mesmo quando os locutores respondem tudo em alemão, como na cena C, em que a presença do português se dá a nível estrutural, isto é, algumas estruturas do português foram refeitas no alemão.

Ao enunciar em alemão, estes sujeitos falantes marcam seu lugar enquanto “alemães”, mas “alemães brasileiros”, tendo o alemão como memória de língua. Como a constituição destes sujeitos bilíngües não é nem somente brasileira, nem somente alemã, a língua “misturada” os significa enquanto “alemães brasileiros” e “brasileiros alemães”.

Na distribuição normativa das línguas no espaço de enunciação das cidades em estudo, a mistura é o lugar dos desiguais que se reafirmam como pertencendo. Isto é, enquanto a mistura os exclui do alemão, é por meio dessa língua ‘misturada’ que os falantes reafirmam sua identidade alemã nas comunidades.

A mudança na relação dos falantes com as línguas acarretou uma alteração também na configuração do espaço de enunciação das cidades pesquisadas. Inicialmente o português era a língua pública, a língua das instituições, dos atos oficiais. O crescimento do português nas cidades atingiu também o lugar que era reservado ao alemão, o lugar privado, da família, além de regular o espaço de enunciação das cidades estudadas.

Tanto uma como outra língua estão em lugares públicos e institucionais, tais como inscrições bilíngües nos monumentos. As funções das línguas já não estão mais tão claramente separadas, uma vez que o português já chegou ao âmbito familiar, (íntimo) com o aumento de casamento de moradores das cidades estudadas com pessoas de fora, que resulta numa diminuição das famílias que falam alemão em casa. Enquanto que o alemão pode ser visto no espaço público em que moradores falam alemão em estabelecimentos comerciais, onde eles têm conhecimento da presença de falantes de alemão no local. O “uso” do alemão nestes espaços

públicos está dentro da distinção formal/íntimo de modo a poder definir em que lugar cada língua se identifica? Em que medida podemos definir este tipo de “uso” do alemão neste espaço público, mas com pessoas conhecidas, como o espaço do formal? Um ponto que vale ressaltar nesta relação das línguas está no fato de que para as gerações mais novas, o português é a língua mais corrente, mesmo em espaços que estes jovens saibam da presença de outros moradores falantes do alemão.

Percebemos assim o “uso” do alemão no espaço público de uma forma mais específica. Ele é encenado neste lugar reafirmando na distribuição das línguas no espaço de enunciação a relação do alemão e dos falantes, enquanto determinante da identidade alemã em cidades nas quais a predicação cidades alemãs no Brasil significa a forma como estes se definem na relação com o país.

É justamente no cruzamento das línguas que se verifica o litígio constante das línguas, o embate delas na constituição da identidade dos falantes propicia a mistura. Explico. Não há uma relação estanque de cada uma das línguas na constituição da identidade destes falantes, enquanto apenas brasileiros ou apenas alemães. Eles são “brasileiros alemães” ou “alemães brasileiros” e por isso seus modos de dizer são vários. Mas esses modos de dizer estão regulados dentro de uma normatividade em que falar alemão os constitui como integrantes dessas cidades, que também são brasileiras, e por isso não há como escapar do português. O tempo todo estas línguas se perpassam, assim como as questões das constituições destes sujeitos também.

A “mistura” é esse lugar do duplo, mas que carrega para os falantes um peso maior do que eles estão dispostos a carregar. A designação “mistura” usada inclusive no título desta dissertação faz referência à forma como eles mesmo designam a variedade de alemão falada por eles.

Dentro do quadro teórico em que essa pesquisa se dá, a designação de um termo nunca é neutra. Ela carrega consigo diversos sentidos e silencia outros. Essa multiplicidade de sentidos e discursos evidencia um efeito de sentido único.

A “mistura” para os alemães produz um sentido distinto do sentido que este termo tem para o Brasil. A miscigenação significa o povo brasileiro e a diversidade cultural do país.

Mas nos momentos em que se referem à sua fala, os falantes a designam como uma fala “misturada”, carregando um sentido pejorativo para o termo. Esse peso do termo, muito tem a ver

com o lugar da Alemanha no espaço de enunciação brasileiro, vez que a oposição puro/impuro significa de forma específica na/a história alemã.

À época do nazismo, a busca pela pureza era a questão fundamental que orientava a Alemanha na II Guerra Mundial e na política praticada pelo país. Não era somente para a raça que se buscava a pureza, mas na língua, os traços de outras línguas deveriam ser apagados. A relação entre língua e Estado aqui era mais forte, vez que não se permitia que elementos de outras línguas se interpusessem na identificação nacional alemã. Somente a língua alemã, enquanto tal, constituiria o estado alemão.

De que forma este ideal de língua pura afeta os descendentes alemães? A “mistura” foi a principal razão para os moradores das cidades pesquisadas se recusarem a gravar as entrevistas. O teor negativo do termo é produzido no lugar da Alemanha no espaço de enunciação brasileiro, marcado na fala da língua alemã padrão.

Este lugar alemão no Brasil significa o modo como a “mistura” das línguas se dá para estes “alemães brasileiros”, o alemão neste espaço de enunciação determina o falante alemão que significa a “mistura” em sua relação com a Alemanha e dessa forma ela se configura no lugar da exclusão da identidade alemã. É esse, porém, o lugar que os constitui como alemães, uma vez que é na relação das línguas português e alemão, que a variedade de alemão opera a configuração política de língua definida por Guimarães (2002a) de inclusão e exclusão, pois temos aí o confronto de duas histórias produzidas na designação da “mistura”, a brasileira na qual a miscigenação é o lugar o brasileiro se constitui enquanto tal; e na história alemã, a “mistura” dentro da noção de acontecimento possibilita que o sentido dado para o termo, signifique a mistura como o lugar que excluiria os falantes do sentido de nação alemã que eles pretendem manter, para segundo os moradores das cidades, a relação com o qual eles pretendem se significar.

## CAPÍTULO VI

### LÍNGUA NACIONAL – LÍNGUA MATERNA

Este capítulo trata de dois conceitos fundamentais que perpassam todo o desenvolvimento desta dissertação: língua materna e língua nacional. No senso comum, acaba-se por conceber uma como a outra, isto é, a língua materna é a língua nacional. Em comunidades bilíngües, esta igualdade, muitas vezes cristalizada em nosso imaginário, se desestabiliza. Essa dicotomia entre a língua materna e a língua nacional é o lugar de se tentar caracterizar o que seria uma e outra na situação de línguas em contato. A situação de línguas em contato é um bom lugar para se tentar caracterizar uma e outra.

Pensarei os conceitos a seguir dentro do dispositivo teórico que movimenta as reflexões desta dissertação. Vou considerar a língua nacional e a língua materna no espaço de enunciação.

Antes, porém, apresentarei uma definição mais geral de língua materna usada pelo gerativismo e pela psicolinguística para entender como ela opera na constituição do sujeito.

No gerativismo, a noção de língua materna se dá em oposição à língua estrangeira. É a língua materna, a primeira língua em ordem cronológica a que o falante tem “acesso”. Ela se define como um comportamento adquirido em determinados contextos de exposição do falante à língua. O falante (no caso, a criança) possui um conjunto de regras inatas cujo mecanismo interno está pronto para ser ativado assim que o falante é exposto a uma língua. Essa é a razão que explica a facilidade com que as crianças aprendem línguas comparada com os adultos.

Se trouxermos essa definição para a corrente teórica a que me filio, a semântica da enunciação, concebemos essa organização com o real de um modo específico. Essa relação não conceitua a língua, enquanto elemento externo ao mundo que organiza, mas a ela é constitutiva desse real e é por meio dela que o falante tem acesso ao real. Nesse sentido, a língua historiciza o real e possibilita que este signifique de um certo modo para o falante e não de outro.

Para entendermos essa especificidade, tratarei nas sessões que seguem os conceitos de língua materna e língua nacional a partir da noção de espaço de enunciação.

## 1. Língua Nacional e Espaço de Enunciação

Há uma relação entre línguas e falantes em um espaço regulado e de disputa pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, segundo a definição de Guimarães (2000a) de espaço de enunciação. A língua tem uma configuração política que é necessário caracterizar para entender de que forma o falante se constitui nesta relação de línguas e como ele se constitui e se determina.

Dessa forma, retomo a noção de língua na qual opera o conceito de espaço de enunciação. A língua, afirma Guimarães (*idem*), é uma e é diferente disso. Isto é, a língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político. Ela é normativamente dividida nos diversos modos de dizer e é também condição para se firmar o pertencimento dos não incluídos dos desigualmente divididos.

O mundo em sua conjuntura atual está dividido em Estados em cuja definição moderna é necessário a definição de um território e de uma língua, que forja a identidade nacional do país. A língua é constitutiva da formação do Estado/Nação e do pertencimento de um povo a este. Uma língua, um povo. É na relação com a língua nacional que a identidade do sujeito se constitui, pois é nessa organização política que o sujeito está inserido.

Essa relação atualmente tem uma certa especificidade de que trataremos a seguir. Contudo a conjuntura mundial nos séculos XIX e meados do XX apresentava uma organização política estável, que tinha por sua vez uma organização lingüística também estável, que possibilitava então a identificação de um país pela sua língua e se definia, como já foi dito, por duas características principais para a definição de uma país: sua língua e seu território.

Para entendermos a questão da língua nacional em áreas de multilinguismo, ou bilingüismo (como no caso da pesquisa aqui desenvolvida, em que caracterizar a língua nacional e a língua materna se faz necessário para determinar o movimento de identidade que define os sujeitos afetados por essa situação) é fundamental na conjuntura política atual definir o lugar da língua nas relações com os Estados.

Retomo novamente a relação das línguas/Estados na concepção de Estado definida por Hobsbawm (1991) e Anderson (1983) tratada anteriormente no capítulo 3 a fim de especificar o lugar da língua nacional nos espaços de enunciação.

É esse lugar da unidade de um país que cria o efeito de evidência de uma língua una. No caso do Brasil, por exemplo, o sujeito ao falar português se constitui e se determina como cidadão brasileiro, definindo no modo de inclusão dos excluídos o lugar do falante na sociedade.

Nesse funcionamento da língua é que o espaço de enunciação se constitui pela relação entre línguas e falantes, na determinação, por meio da língua, dos últimos. Como assim?

Os modos de dizer da língua estão distribuídos hierarquicamente, tendo a língua nacional como reguladora desses dizeres, isto é, a língua nacional – o português, ao mesmo tempo, que inclui os falantes no espaço de enunciação brasileiro, os exclui do lugar de cidadão-de-direito, conforme a definição de Haroche (1992). Explico.

Na relação um povo/uma língua, “povo” designa o todo que compõe um Estado. Este todo está dividido hierarquicamente em classes sociais. Essa organização social hoje se constitui como uma democracia, na qual todos são iguais, por isso a nomeação “povo” para o todo. Contudo, essa igualdade oculta a desarmonia existente na sociedade, a parte excluída se une e se torna parte do todo, por algo que não é dela. A língua que transforma o povo (classe baixa) no povo brasileiro não é dele, é a língua da classe dominante que se firmou como a língua nacional, a língua da escrita, a língua da produção de conhecimento.

Há, assim, um litígio instaurado, no qual o povo, falante de um modo de dizer que não a língua nacional, se exclui do lugar de cidadão, mas está incluído no lugar de brasileiro, pois as demais “variedades” de língua constituem o espaço de enunciação brasileiro regulada pela língua nacional – português padrão – que organiza a distribuição normativa que define este espaço. É nesse sentido que entendemos os falantes, não como pessoas empíricas, mas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Eles são sujeitos de língua, enquanto constituídos por este espaço de línguas. Essa determinação do sujeito enquanto pertencente ao estado brasileiro cria, assim, a identidade que o define.

Somente após a compreensão de como a língua nacional organiza o espaço de enunciação de um país é que se pode apreender a forma como se dá o funcionamento de um espaço de enunciação constituído por mais de uma língua, como ocorre em países multilíngües, ou mesmo em áreas em que se tem a convivência de mais de uma das chamadas línguas nacionais.

## 2. Espaço de Enunciação e Línguas Nacionais

Tendo em vista a relação da língua com a formação do Estado e da identidade nacional, como já foi tratado anteriormente, a problemática da identidade nacional irrompe em situações de multilinguismo, em que mais de uma língua nacional convive em um mesmo espaço.

Um dos exemplos mais claro da questão se deu e se dá, ainda hoje, com a presença da língua dos imigrantes no país hospedeiro. De que modo a relação um Estado/uma língua se dá quando um espaço de enunciação é dividido pelo funcionamento de mais de uma língua nestas condições?

No Brasil especificamente o problema ganhou visibilidade à época do Estado Novo, período em que outras línguas nacionais que não o português foram censuradas.

Enquanto o governo buscava com essa medida construir uma identidade brasileira forte, um ponto novo surgia diante das exigências do governo brasileiro. Que língua era esta que estava sendo interdita? Era realmente uma língua nacional? Antes de responder essa questão, entender o que se passou no país durante a década de 1930 se faz necessário para depois entrarmos no ponto que norteia este capítulo, a relação da língua materna e da língua nacional.

Na busca por uma identidade forte, o nacionalismo era o princípio que norteava a política do Brasil durante o Estado Novo. Uma das formas de se criar uma unidade é se reconhecer como parte desta unidade e, para isso, enfrentar o outro é marcar uma oposição clara entre os de-dentro e os de-fora. Durante a imigração era mais fácil obter essa dicotomia e assim, criar o sentimento de pertença, vez que o imigrante era o outro, “o-de-fora”, aquele que deveria ser combatido.

A interdição das línguas dos imigrantes, neste período, significou um argumento para discussão da autonomia do Estado Brasileiro. A interdição funcionava como elemento constituinte do imaginário social do país como lingüisticamente homogêneo.

Estabeleceu-se, então, uma disputa entre o nacional e o estrangeiro, de forma a tentar apagar a diversidade. Naquele momento quanto maior a oposição ao externo, mais se estreitava o envolvimento do indivíduo para com a pátria/nação. Houve assim uma tentativa de proteção contra o outro, produzindo gestos que levaram ao controle das diferenças sociais.

Tendo em vista o número de imigrantes no país e o momento político pelo qual o Brasil passava, um sentido específico foi produzido no interior do processo de nacionalização. Houve uma tentativa de interpretar e nacionalizar essa presença funcionando em uma conseqüente



afirmação da língua nacional, pois esta era o atestado de brasilidade que o governo impunha aos imigrantes.

Obrigados a falar/significar em português e silenciados em sua língua, os imigrantes e seus descendentes tiveram um desmembramento da linguagem, que os constitui, em língua da família e língua da escola, aponta Payer (1999). Essa distinção representava a distinção entre, para os imigrantes, a língua deles e a língua nacional (do Brasil). Em muitas das definições que encontramos sobre língua materna esta se define como a responsável pela constituição fundamental do sujeito. Isto é, a língua materna se encontra nas bases mesmas da estruturação psíquica, ao mesmo tempo como matéria e instrumento dessa estruturação.

Essa língua, responsável pela estruturação simbólica, não deve ser encarada como uma língua empírica, mas como dimensões de língua. Dessa forma a língua materna pode ser formada pela materialidade de mais de uma língua, vez que há casos, como no da imigração, em que duas línguas funcionam na prática de linguagem dos sujeitos imigrantes, afirma Payer.

Nos casos de interdição, há um silenciamento da relação dos sujeitos com a língua do imigrante. Há uma memória de língua, explica ela, para a qual se conserva um lugar que a distingue das línguas estrangeiras, considerando a língua materna e a língua nacional dimensões de linguagem em relação às quais funcionam diferentes memórias discursivas. Dessa forma a inscrição do sujeito na linguagem funciona na presença de duas línguas em uma relação de duas instâncias ligadas às condições de produção da linguagem.

As línguas dos imigrantes seja à época do Estado Novo, seja em um período posterior, configuram a memória e a base da identificação dos sujeitos imigrantes em seu novo espaço sócio-histórico. É por meio da língua nacional do país, para qual imigrou, que ele se inscreve em uma nova sociedade nacional, mas de uma forma distinta daquele que é nativo do país, isto é, daquele que tem a língua nacional como língua materna. O imigrante e seus descendentes se inscrevem na “nova” sociedade de uma forma específica que os significa de um certo modo e não de outro naquela sociedade.

Em um processo simbólico-discursivo, o silenciamento das línguas se faz na contraparte constitutiva do mesmo gesto (de silenciar) seja pela enunciação de outra língua que deve substituir aquela silenciada seja pela disponibilização de uma razão que justifica socialmente tal substituição. Essa razão funciona como justificativa no processo de construção histórica de um

certo poder dizer, que distribui as evidências sobre nação, fazendo circular argumentos sobre a necessidade de unidade lingüística da nação brasileira.

A interdição de uma língua não deixa de funcionar como interdição de um certo modo de constituição do sujeito por essa língua. Essa censura, contudo, é, também, uma forma de constituição dele. Conseqüentemente, ela funciona como silenciamento da memória histórico-discursiva presente na língua. O silenciamento de uma língua e da memória nela inscrita apaga elementos que não são apenas do domínio do formulável, mas que são da ordem do que é fundamentalmente constitutivo de um sujeito, de uma sociedade enquanto memória histórica.

Esse apagamento não significa, entretanto, que o que foi apagado se perdeu, pelo contrário, esses silenciamentos e interdições fazem parte do processo de movimento de identidade que determina esses sujeitos, pois é o modo como inscreve sua historicidade na significação e constituição do falante.

Os imigrantes que aqui chegaram à época do Estado Novo tiveram sua língua materna censurada e foram obrigados a se inscrever como brasileiros, falando em português. Essa obrigação, contudo não os identificava plenamente como brasileiros. E o modo de sua identidade (de imigrantes) irromper foi na presença de traços da língua censurada (no caso, o italiano<sup>11</sup>) no português. O português atravessado por traços do italiano, marca a identidade do falante, enquanto italiano, e, ao mesmo tempo, enquanto excluído. De que forma? A língua que o identifica concorre com a inscrição dele como cidadão brasileiro. São nestes traços de memória, como define Payer (1999), que o português falado pelos imigrantes italianos traz uma historicidade própria que possibilita que sua identidade esteja determinada, não pela evidência do português “macarrônico”, mas pela relação que as línguas italiana e portuguesa têm com os falantes de modo a determiná-los como italianos e brasileiros.

Essa oposição entre o nacional e o estrangeiro materializada na língua nacional, muito tem a ver com o ideal da relação coesa língua/Estado/nação. Devido a ela, a legitimidade do multilinguismo em espaços nacionais foi perdida, pois ele afeta o ideal de unidade que sustenta a nacionalidade e fidelidade do povo e sua pátria.

Atualmente a relação língua/Estado/nação que foi inserida na concepção moderna de nação questiona a legitimidade das demais línguas em áreas de multilinguismo, vez que esta

---

<sup>11</sup> Continuo tomando como base destas reflexões o trabalho de Payer (1999) sobre memória de língua.

possibilidade de mais de uma língua convivendo em um mesmo espaço se confronta com a busca de um país coeso e homogêneo.

O que temos agora é uma organização política estável que não mais necessita de uma “representação” desta estabilidade por uma materialidade lingüística, como se deu no século XIX, em que uma unidade lingüística era buscada em cada país de forma a constituir o Estado e sua identidade.

No mundo em que vivemos, os territórios nacionais, de modo geral, não estão ameaçados; a geografia mundial está significativamente estabilizada de modo que a política lingüística não mais se fundamenta na constituição de uma identidade nacional para configurar um país como Estado. Mas devido à economia mundial que está cada vez mais globalizada, estabeleceu-se um corte entre língua e Estado. Esse hiato é observado na predominância de algumas línguas politicamente fortes, como o inglês, que se sobrepõe às demais línguas em todos os países, configurando desestabilização da relação uma definida à época da constituição do Estado moderno.

Essa desconstrução da unidade língua/estado possibilita a convivência de mais de uma língua nacional no mesmo espaço, sem questionar a identidade e unidade de um país. Não há, assim, em princípio, uma ameaça à existência de um país, enquanto tal. O espaço de enunciação acaba constituído por mais de uma língua nacional, em que a “língua franca”, como podemos definir o inglês que tem uma legitimidade especial, notadamente para relações internacionais de um certo tipo, ocupa o espaço de enunciação de outros países, como vemos o inglês ocupar o espaço do português, no Brasil, por exemplo.

Guimarães delimitou a questão da seguinte forma “*o espaço de enunciação latino-americano caracteriza-se por uma disputa pela palavra regulada por uma distribuição de papéis que colocam brasileiros e latino-americanos dos demais países como falantes que excluem a língua do outro e incluem o inglês como língua-franca, mesmo que uma pessoa particular não a fale*”. (2002a: 20)

No caso específico do Brasil, como ocorre em outros países, o espaço de enunciação do português também é ocupado pela língua inglesa. O falante que ocupa este espaço está dividido por sua relação com duas línguas, além das variantes de cada uma delas. A distribuição normativa delas configura o litígio das línguas que constituem o espaço e determinam os falantes enquanto sujeitos políticos que se determinam nas relações das línguas e marcam seu lugar na sociedade.

Pensando a questão levantada por Payer (*idem*) em seu trabalho e a partir da reflexão feita até aqui, sustentada pela análise dos dados colhidos, como conceber o alemão falado pelos descendentes de alemães nas cidades pesquisadas, se levarmos em conta o português, enquanto língua nacional, e o alemão, não numa relação de litígio enquanto outra língua nacional, mas na relação com o português num modo de determinar a identidade deles?

### **3. Língua Materna/Língua Nacional e Espaço de Enunciação**

Dentro da configuração política na qual concebemos a língua e na conjuntura atual do mundo, na qual a língua é elemento constitutivo do Estado e da identidade nacional, qual o lugar da língua materna nesta organização de línguas e Estados e em que medida ela é constitutiva do falante?

Como se configuraria a relação entre línguas e falantes, se imaginássemos um mundo em que a organização política deste fosse distinta daquela que temos hoje, isto é, um mundo que não tivesse uma organização política determinada por países e Estados?

Essa hipótese levanta questões que aparentemente não se colocam para nós lingüistas e mesmo para os historiadores, vez que para ambos a língua é figura vital na organização política das sociedades em geral.

A conjuntura atual do mundo não permite que a inscrição do sujeito na linguagem se dê sem levar em conta um real que é acessado e construído pela linguagem. Esse real está tocado pelas relações políticas e sociais que o definem. O político como afirma Guimarães (2000a) está em tudo. E é nesse real normativamente dividido que as relações de uma distribuição desigual produzem uma historicidade específica que determina o modo como o sujeito se inscreve na linguagem. Nesse sentido a constituição do sujeito está regulada por essa historicidade e não somente pela psique de forma isolada como é apresentada uma das definições da psicolingüística sobre língua materna.

Há, assim, alguns estudos em que língua materna e língua nacional são tratadas uma como a outra. A diferença entre elas traz uma significação específica em situações de língua de contato como ocorre nas cidades pesquisadas e é tomada por essa diferença significante/significativa que esta sessão será desenvolvida.

Antes apresento aqui a forma como Cadiot (1989) trabalha a relação língua materna/língua nacional. Ele estuda a problemática da língua materna (LM), apresentando uma concepção de LM indistinta de língua nacional.

Ele define a língua materna como forjadora da identidade individual e coletiva do sujeito. Essa identidade se dá através de operações sócio-culturais, políticas e religiosas, isto é, a organização política do mundo afeta a estruturação do falante.

No século XIX, afirma ainda o autor, a língua materna se opõe às línguas de cultura, latim, por exemplo. Essa oposição teve início no século XI. A primeira ganhou um valor que ultrapassava o indivíduo e seu uso. As línguas de cultura, contudo, ainda mantinham seu lugar como língua oficial. No século IX, as línguas maternas se associavam à idéia de língua inculta. Somente a partir do século XII que a classe dominante entende que fazer uso delas tinha sua eficácia política, dando lhes uma coloração de língua oficial. Era interessante ter uma língua própria para cada nação, a fim de diminuir o poder da Igreja, vez que, o latim como a língua oficial, era uma forma da Igreja manter o controle sobre os países em geral. Uma língua para cada Estado era uma forma da burguesia ter autonomia frente à Igreja e criar uma unidade que pudesse dominar, como vimos no capítulo 3.

Transformar a língua materna em língua nacional era resultado de uma política nacionalista, afirma Cadiot, que objetivava mudar a língua materna daqueles que falavam uma outra língua que não aquela que os identificasse com um país.

No século XVI, a língua de poder era o latim, conhecido como língua culta. Ele era legitimado pela escrita de documentos, obras literárias e textos religiosos. A língua materna era, assim, a língua inculta. Cada povo tinha uma língua, mas neste período era a Igreja que tinha maior força política. Transformar esta língua inculta em língua nacional objetivava criar um elemento de autonomia e de independência, frente à Igreja, para cada país. Para isso era preciso dar à língua um estatuto de língua oficial, só possível por meio da legitimação desta por uma classe dominante e por uma escrita, e, assim, construir um lugar de identificação dos sujeitos com o Estado. Nesse sentido, a língua materna não era pensada nesse lugar de uma identidade nacional, por isso a alteração na designação. Essa mudança produz um sentido específico na relação dos sujeitos com as línguas e os determinam de um certo modo, criando identidades nacionais, diferentemente do que ocorre na relação com a língua materna.

Dentro da configuração política de espaço de enunciação, qual o lugar da língua materna na relação com a língua nacional, vez que não podemos pensar o sujeito alheio à organização e relações que constituem o real?

Em situações de multilinguismo, como a estudada nesta pesquisa, em que temos a presença de duas línguas nacionais, o alemão e o português, convivendo em um mesmo espaço, a questão política regula a convivência das línguas, problematizando a língua do imigrante, que está no lugar da ameaça do ideal de uma língua uma para uma nação.

Sem a organização política do mundo atual, a relação de estruturação do sujeito simbolicamente se daria de modo diverso, vez que a constituição do sujeito e da sua relação com o mundo teria uma historicidade em que a ordem política do mundo responsável pela construção de uma identidade nacional deixaria de regular o modo como as relações de língua se dão.

Em contextos de bilingüismos, como as cidades em que meus dados foram coletados, como podemos pensar o funcionamento da língua materna num espaço de enunciação que já tem uma língua nacional regulando este espaço. Tendo em vista, ainda que a outra língua que “compete” com o português, enquanto língua do Estado brasileiro, é o alemão, também uma língua de um estado. Embora tenhamos duas línguas nacionais não é essa relação de línguas que se põe aqui. A língua nacional só pode ser tomada na sua relação com o Estado e isto não ocorre com a língua alemã no espaço de enunciação destas cidades do Paraná.

O alemão que já foi a língua materna dos imigrantes perdeu sua especificidade, vez que esta é atravessada e regulada pelo português, língua do Estado brasileiro, em seus mais diversos níveis. Estas cidades pesquisadas têm seu espaço enunciativo organizado pelas duas línguas, o português e o alemão. Os moradores das cidades falam um alemão entrecruzado pelo português. O entrecruzamento das línguas configura a forma como as cidades alemãs no Brasil são afetadas pelo país. O falante bilíngüe neste espaço é um falante das línguas alemã e portuguesa, sendo esta última a língua que regula o espaço de enunciação e atravessa o alemão.

É possível pensar, no caso de línguas em contato, na língua materna definida como uma língua? Isto é, no caso das cidades pesquisadas, em que se tem a ocorrência de duas línguas, o alemão e português, é possível pensar em uma língua materna para estes falantes? O alemão é a língua materna deles? O português? A língua entrecruzada?

Em que lugar se enquadra a língua materna do imigrante ou de seu descendente? Já que na perspectiva da língua do Estado, a língua do imigrante nada mais é que o lugar do estrangeiro?

A relação entre as línguas no espaço de enunciação não se dá, como já dito anteriormente, numa disputa de línguas nacionais, mas num litígio de línguas que se refazem e convivem enquanto determinantes da identidade destes descendentes de alemães.

Inicialmente podemos pensar, à época da chegada dos imigrantes ao país, no alemão como a língua materna deles, tendo em vista ainda estar regulada pela questão da língua nacional, vez que os alemães ainda estavam tomados pela relação com Estado alemão. A questão da língua materna estava tomada pela relação de domínio da língua materna. A língua nacional dos imigrantes alemães, ainda era o alemão.

O passar do tempo permitiu que eles tomassem o Brasil como o Estado deles, vez que era este o país que lhes constituía enquanto cidadãos. Não havia com a Alemanha, além da memória histórica, modo de se significarem enquanto alemães.

O crescimento do português na vida e constituição dos imigrantes e seus descendentes é verificado nas entrevistas feitas e nos dados analisados no capítulo anterior em que o português entrecruza o alemão nos mais diversos níveis, de modo a não termos mais a presença da língua alemã da forma que foi trazida da Alemanha na fala dos descendentes de alemães.

Nesse sentido, há na constituição dos falantes a presença das duas línguas, materializada pela forma de enunciar o alemão, regulado e atravessado pelo português, língua nacional do Estado brasileiro. O espaço de enunciação está distribuído entre as duas línguas que se perpassam e determinam, na relação delas, os falantes como “brasileiros alemães”.

A língua materna deles se constitui pela materialidade de duas línguas.

Tendo em vista, a dependência entre língua materna e língua nacional, em áreas de imigração, em que há convivência de mais de uma língua, definir uma língua materna torna-se uma árdua tarefa. Pensando na relação das línguas, Payer trouxe uma definição para a língua materna deles como constituída pela materialidade das duas línguas.

Entender essa dupla constituição da língua materna significa ampliar o conceito de língua da lingüística estruturalista, uma vez que para esta a língua é um sistema fechado. Para esta corrente teórica, o cruzamento de línguas se configura como interferência de uma língua na outra, isto é, um sistema se sobrepõe ao outro. Para tomar a noção de Payer como possível, nos ancoramos em uma outra vertente teórica, ampliando o conceito de língua. Fazemos uso da noção de espaço de enunciação que são espaços de funcionamento de língua, habitados por falantes. Estes são espaços de litígio, de disputa das línguas e pelas línguas. Neste sentido os espaços de

enunciação são espaços políticos, como já vimos no capítulo 4. Somente pensando a língua como relação com outras línguas, é possível entender a língua materna como constituída pela materialidade de duas línguas.

Ancorado nesta teoria, a língua se define pela relação estabelece com as outras línguas com as quais se define o espaço de enunciação.

Se buscarmos repensar a conceituação de língua, a noção de interferência e empréstimos se perde, vez que quando se inclui na historicidade a questão do sujeito e da forma material “o sujeito não está definido por sua relação com uma ou outra língua. Há um espaço de indistinção em que ele trabalha e é trabalhado por ordens diferentes. Isto é, não é um sujeito claro e distinto”. (Orlandi, 2000) Há pontos na deriva na constituição destes sujeitos que são o lugar onde o sujeito se descola de sentidos que o repetem e se desloca por onde o não-sentido pode fazer sentido.

É nessa deriva, neste deslocamento apresentado por Orlandi que a identidade dos sujeitos pesquisados se define. Na necessidade deles em se manterem dentro de alguma forma da identidade alemã seja pela predicação escolhida para dar às cidades, seja pela manutenção e uso da língua alemã em ambientes institucionais tais como escolas, no ensino do alemão, monumentos históricos e museus, o lugar alemão nestas cidades está fortemente marcado, na necessidade de se constituírem enquanto alemães no Brasil.

É no cruzamento das línguas que se verifica o litígio constante das línguas, o embate delas na constituição da identidade dos falantes propicia o cruzamento. Não há uma relação estanque de cada uma das línguas na constituição da identidade dos falantes enquanto brasileiros apenas, ou só alemães. Os modos de dizer que os constituem são vários e estão regulados dentro de uma normatividade em que falar alemão os constitui como integrantes dessas cidades. A relação com as línguas alemão e português determina os falantes de modo que sua identidade alemã se reafirma e determina um tipo de relação específica tanto com o Brasil, quanto com a Alemanha.

O que se coloca aqui não é a definição da língua materna dos falantes destas cidades, mas a forma como as línguas alemão e português os determinam na relação entre elas no lugar de tentar entender o funcionamento das mesmas nestas cidades e o modo como elas produzem sentido neste espaço de enunciação específico.



## CONCLUSÃO

No trabalho que foi desenvolvido, a problemática das línguas em contato, no caso o alemão e o português, nos permitiu pensar a língua numa relação constitutiva com a identidade e materializar a configuração política dela a partir da noção de espaço de enunciação.

Sob a visão de línguas em contato tomada por Weinreich (1968), apresentamos a forma como a sociolinguística variacionista desenha o quadro de forma a visualizar a relação entre língua e sociedade tomada pela área.

Diferenciar a sociolinguística da semântica do acontecimento, era o modo de marcar a conceituação de língua tanto para uma como para outra, para entender, inclusive, a relutância em fazer uso da designação usada por Weinreich para explicar o fenômeno de línguas em contato, “interferência”.

A abordagem tomada por mim está ancorada na semântica histórica da enunciação, na qual a conceituação de língua se afasta da noção de língua enquanto sistema, e se configura enquanto relação. Para conceber o cruzamento de uma língua ou mais em outra como interferência, estaríamos ancorados numa linha estruturalista, na qual cada língua, ou cada sistema se sobreporia ao outro de acordo com as relações de poder que se estabelecem.

Para a semântica da enunciação, dentro do conceito de espaço de enunciação, o funcionamento da linguagem se dá num espaço de línguas em relação. Nesse sentido, a língua se define pela relação que ela tem com as outras línguas neste espaço.

Tomando o conceito de espaço de enunciação como fio condutor das questões que aqui foram desenvolvidas, uma configuração política de língua foi o modo de entender a língua como parte constitutiva da formação do Estado e do sujeito.

Guimarães (2002a) define a língua como uma e diferente disso, isto é, mesmo em países oficialmente monolíngües a língua são várias. Há uma distribuição hierárquica das línguas e dos modos de dizer essas línguas. São esses modos de dizer e o acesso à palavra que determina os falantes. Entendendo essa distribuição hierárquica das línguas podemos ver, então, a configuração política das línguas, pois é esta distribuição normativa que determina e identifica os falantes na sociedade. É o modo do dizer que os constitui nas relações de poder que organizam a sociedade como um todo.

Tomando o espaço de enunciação como dispositivo teórico que movimenta as reflexões que sustentam esta dissertação, a relação de línguas e falantes que constitui este espaço, é a língua nacional que determina o falante como cidadão de um determinado país.

Tomar a questão da língua nacional, tendo em vista a configuração política de língua tomada por mim, era fundamental para definir melhor o espaço de enunciação de um país, mais especificamente do Brasil e entender a importância dela para a constituição do Estado e assim do sujeito.

No modo de funcionamento do Estado moderno, há uma necessidade de se estabelecer uma relação quase unívoca entre língua e Estado. Na atual organização política do mundo, essa relação se abriu devido às formas de ligação entre os países. Com os Estados formados e estáveis, um hiato entre língua e Estado se estabeleceu, vez que a política lingüística não está mais voltada para configurar a geografia política do mundo.

Assim, devido a questões político-econômicas algumas línguas de poder acabam se sobrepondo a outras e dividindo um mesmo espaço de enunciação. Mesmo com algumas mudanças, é na relação com a língua nacional que a identidade do sujeito se constitui, pois é nessa organização política que o sujeito está inserido.

Em áreas de bilingüismo, em que mais de uma língua faz parte da constituição do sujeito, definir o que seja a língua materna, torna-se uma tarefa difícil. Assim, em áreas de multilingüismo em que língua materna e língua nacional não coincidem, levanta-se uma questão. Qual o lugar da língua, que não a nacional?

De que modo a língua materna se dá neste espaço de enunciação? Como ela se relaciona com a língua nacional?

No espaço de convivência de mais de uma língua, há uma relação de litígio que distribui as línguas neste espaço, dividindo-as e as refazendo o tempo todo. Não há um lugar estanque para cada uma das línguas que possibilite se pensar numa especialização das línguas segundo categorias pré-estabelecidas. Essa especialização das línguas se refere a uma especialização de função social, hipótese defendida pela sociolingüística variacionista, como foi tratado no capítulo 1. Segundo essa área da lingüística, a língua reflete a sociedade e as categorias sociais, que a constitui, e o indivíduo externo à língua faz uso dela, e de suas variantes, para se identificar em determinada categoria social. No caso das áreas de bilingüismo, em que línguas convivem no mesmo espaço, cada uma das línguas opera uma função social da qual o sujeito faz uso.

É a língua que constitui o sujeito e constrói e organiza sua relação com o real. Esse real está regulado por relações políticas que desenham o modo como ele se organiza hoje, dividido em Estados. Nessa organização, o sujeito é constituído como cidadão de um país, sendo a identidade nacional que regula o modo como o sujeito se apresenta e se significa no mundo, e estrutura a lealdade do sujeito e sua nação. Dessa forma, neste processo de identidade não se pode pensar em uma forma de identificação alheia à configuração política do mundo que toma a língua como constitutiva desta. Há, assim, uma relação de domínio da língua nacional sobre a língua materna. De forma que quando elas não são a mesma, esta determinação assume características particulares.

Todas essas reflexões foram feitas para se tentar compreender o modo como as duas línguas, alemão e português constituem os sujeitos falantes das cidades do Paraná. Pode se pensar em uma língua materna para esses falantes? Qual seria ela então?

Na análise feita, sustentada pela teoria do espaço de enunciação, vimos que o cruzamento do português no alemão se dá nos mais diversos níveis. O português é a língua que regula o espaço de enunciação destas cidades e que organiza o lugar dos falantes nesta relação de línguas e falantes. Há assim um alemão específico, neste espaço, que se constitui de elementos lexicais e estruturas do português. O que se apresenta para nós, não é somente o domínio do português, mas do português como língua nacional.

Que falante é esse então? Nos perguntamos. É um falante bilíngüe. O falante neste espaço de enunciação é um falante de duas línguas, em que uma é o português e a outra, um alemão, afetado pelo português.

O português se define como a língua que os identifica enquanto sujeitos de direito do Estado brasileiro, e regula a relação das línguas na sua constituição (a do sujeito), pois é enquanto cidadão brasileiro que este sujeito está apto a se constituir como um sujeito-de-direito, no lugar dos direitos e deveres que a língua nacional lhe confere.

Na distribuição normativa das línguas no espaço de enunciação das cidades em estudo, o alemão entrecruzado é o lugar que reafirma contraditoriamente um pertencimento. Isto é, enquanto a “mistura” os exclui da identidade alemã, é por meio dessa língua “misturada” que os falantes afirmam sua identidade alemã nas comunidades.

Tendo em vista o trabalho aqui apresentado, não encontramos no convívio das línguas alemão e português nas cidades uma especialização das funções de cada uma delas nas cidades,

conforme tentei definir inicialmente como a língua do coração (o alemão) e a língua do pão (o português). As duas línguas estão tanto no espaço público, como no privado. Poderíamos pensar então numa distinção formal/íntimo? Não nos parece.

Tanto uma como outra língua estão em lugares públicos e institucionais, tais como inscrições bilíngües nos monumentos. As funções das línguas já não estão mais tão claramente separadas, uma vez que o português já chegou ao âmbito familiar, (íntimo) com o aumento de casamento de moradores das cidades estudadas com pessoas de fora, que resulta numa diminuição das famílias que falam alemão em casa. E o alemão, entre os mais velhos, é a língua usada em espaços públicos, tais como mercados, lojas. Sabendo que o dono, ou atendente fala alemão, essa será a língua enunciada em sua interlocução. A prática do alemão nestes espaços públicos está dentro da distinção formal/íntimo de modo a poder definir em que lugar cada língua se identifica? Em que medida podemos definir este tipo de prática do alemão neste espaço público, mas com pessoas conhecidas, como o espaço do formal? Um ponto que vale ressaltar nesta relação das línguas está no fato de que para as gerações mais novas, o português é a língua mais corrente, mesmo em espaços que estes jovens saibam da presença de outros moradores falantes do alemão.

Essa dicotomia entre o formal e o informal pode ser usada para as duas línguas. O funcionamento da língua e seus modos de dizer se dá tanto para o alemão, quanto para o português. Tanto para uma como para a outra, o lugar da instituição e da língua escrita é onde, tanto o alemão como o português, são enunciados na forma padrão. O alemão entrecruzado marcado pela relação com o português é enunciado no lugar do informal. Essa distribuição dos modos de dizer das duas línguas alemão e português se dá segundo uma deontologia que distribui os modos de dizer dos falantes e determina a identidade alemã destes falantes.

Assim o alemão falado por estes moradores não é mais o alemão trazido da Alemanha. Mesmo sendo também, na Alemanha, uma língua nacional, não é deste modo que o alemão é praticado nas cidades pesquisadas. A questão da língua nacional só pode ser tomada em relação a um Estado, no caso do alemão com a Alemanha. A língua trazida para o Brasil com a imigração se distancia do Estado alemão e se firma como uma língua de memória histórica<sup>12</sup> e como língua da identidade desses descendentes.

---

<sup>12</sup> Sobre memória de língua e memória na língua ver o trabalho de Payer, O. (1999)

Ao enunciar em alemão, estes sujeitos falantes marcam seu lugar não somente enquanto “alemães”, mas “alemães brasileiros”. Alemães porque enunciam em alemão, e brasileiro porque enunciam em português. Dessa forma, temos neste espaço de enunciação sujeitos que são falantes de alemão e de português. Na distribuição das línguas para os falantes, o português lhes é dado como língua nacional, enquanto que o alemão lhes é dado como memória de uma origem. Isto se marca pelo modo de presença do português no alemão e pelo modo de distribuição do alemão e do português na prática lingüística. Como vimos há como elemento imaginário (ideológico) uma identidade “misturada” destes moradores por eles mesmos. A “mistura” da língua (o alemão com elementos do português) para eles é o lugar da degradação do alemão e assim significa um futuro apagamento da identidade alemã que buscam tanto manter no passado e no presente das cidades.

Se o alemão padrão no espaço de enunciação brasileiro é a marca do espaço alemão (Alemanha) na língua, qual o lugar do alemão entrecruzado neste espaço?

Façamos o percurso das línguas neste espaço de enunciação brasileiro.

O português padrão marca o lugar do Brasil, e do cidadão;

O alemão marca o espaço da Alemanha;

O português informal marca o lugar do brasileiro,

O alemão entrecruzado marca a identidade alemã no espaço concorrendo com a identidade brasileira. Quatro “línguas” se distribuem neste espaço e determinam a relação que os falantes têm com as respectivas línguas e com os países, o Brasil e a Alemanha. São estas línguas português e alemão e suas respectivas variedades que constituem a identidade em processo destes falantes.

É na relação com o alemão padrão que os descendentes de alemão buscam constituir sua identidade e sua ligação com a Alemanha, pois a instituição é o lugar do alemão padrão e de significar a memória histórica dos imigrantes. Os sujeitos praticam o alemão na ilusão de falar o alemão da Alemanha, praticando assim uma nacionalidade outra, que não brasileira, mas que também não é a alemã, vez que não tem uma relação real com o Estado alemão.

No alemão atravessado pelo português encontramos a identidade dos moradores das cidades de Entre Rios e Witmarsum. Numa relação regulada pelo Brasil e pelo português os falantes dessa variedade de língua praticam duas nacionalidades de formas distintas. A brasileira que os constitui na relação com o Estado brasileiro e os constitui enquanto sujeitos de direito. E a

alemã, não enquanto cidadão alemão, mas como identidade regulada pelo português pela determinação dos falantes enquanto brasileiros.

Percebemos assim a prática do alemão no espaço público de uma forma mais específica. Ele é encenado neste lugar reafirmando, na distribuição das línguas no espaço de enunciação, a relação do alemão e dos falantes, enquanto determinante da identidade alemã em cidades nas quais a predicação cidades alemãs no Brasil significa a forma como estes se definem na relação com o país, e encenando uma relação de origem com o Estado alemão.

É justamente no cruzamento das línguas que se verifica o litígio constante das línguas, o embate delas na constituição da identidade dos falantes propicia a mistura. Não há uma relação estanque de cada uma das línguas na constituição da identidade destes falantes, enquanto apenas brasileiros ou apenas alemães. Eles são “brasileiros alemães” ou “alemães brasileiros” e por isso seus modos de dizer são vários. Mas esses modos de dizer estão regulados dentro de uma normatividade em que falar alemão os constitui como integrantes dessas cidades, que também são brasileiras, e por isso não há como escapar do português. O tempo todo, estas línguas se perpassam, assim como a constituição destes sujeitos.

Não há, portanto, como tratar de forma estanque a questão da língua e da identidade dos falantes como Weinreich (1968) propõe. Não é a fragilidade de um sistema sobre o outro ou mesmo a função social que configura o modo como a interferência se dá. O cruzamento se define numa relação constitutiva da língua e dos falantes dentro do espaço de enunciação, em que tanto as relações de poder, como a relação da língua/sociedade, constituem o sujeito-falante de forma a determinar de que modo a língua irá constituir o seu falante.

Dessa forma, a relação de determinação de identidade do falante está determinada pela relação com o Estado de modo que há uma dominação da língua nacional frente às outras, como é possível notar pela afirmação de Pêcheux (1981) que diz que para tornar o sujeito cidadão, este deve se “*livrar dos particularismos*”, entre eles a língua materna.

Se pensarmos esta afirmação de Pêcheux no dispositivo teórico do espaço de enunciação, a língua nacional é aquela que regula e é a partir dela que a distribuição normativa das línguas se dá, é nela o lugar da igualdade por mais variantes que haja neste espaço, é a língua nacional que possibilita que o falante se determine como “habitando” este espaço de enunciação brasileiro e não outro. É no lugar do ideal de país homogêneo que esta afirmação se sustenta. Mas é na

igualdade desigual que ela se materializa, pois são nestes particularismos que outras identidades sociais se determinam e são distribuídas desigualmente, tomadas pela idéia de igualdade.

A língua nacional é a língua que determina o sujeito como pertencente a uma comunidade, a um todo, para que assim as relações de poder se configurem a partir desse pressuposto de igualdade. É na língua nacional que o sujeito se determina, pelos seus modos de dizer, isto é, é ela que regula as relações com as outras línguas que dividem o espaço de enunciação e determinam as identidades sociais que os constituem.

Na medida em que entendemos a língua nacional como regulando e dominando o espaço de enunciação que determina os falantes em sua relação com as línguas, como entender o conceito de língua materna como língua que constitui o sujeito e sua psique? Pois não se pode pensar num sujeito fora da realidade que o constitui e que é constituída pelo sujeito por meio da linguagem. Como tratar o modo de funcionamento do que se considera língua materna se o espaço de enunciação de que participa é regulado pela língua nacional, que nessa medida determina a língua materna?





## BIBLIOGRAFIA

- Achard, P. “Um Ideal Monolíngüe” in Vermes, G. & Boutet, J. (orgs.) – *Multilinguismo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- Anderson, B. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- Aulich, W. – *O Paraná e ao Alemães - Ensaio Histórico e caracteológico*, Comissão de Festas. do Grupo étnico Germânico do PR, Curitiba, 1953.
- Auroux, S. “Hiperlíngua e a externalidade da referência” In Orlandi, E. (org.) *Gestos de Leitura. Da história no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_\_ *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- Austin, J.L. *How to do things with words*. Harvard University Press, 1962.
- Bäernst-Fürst, U. *Manutenção e Mudanças Lingüísticas no município de Panambi. Um estudo Qualitativo e Quantitativo*. Tese Mestrado. Campinas: Unicamp, 1989.
- Bakhtin, M. (1895-1975) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- Benveniste, E. (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*, Campinas: Pontes Editores, 1991.
- Bourdieu, P. *As economias das trocas lingüísticas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- Brandão, M.H. “Pragmática Lingüística: delimitação e objetivos” In Mosca, L. (org.) *Retórica. de ontem e hoje*, São Paulo: Humanitas, 1995.
- Cabral, O. R. – *Santa Catarina*, São Paulo, Ed. Nacional, 1973.
- Cadiot, P. “As Misturas de Língua” in Vermes, G. & Boutet, J. (orgs.) - *Multilingüismo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- Campos, V.S. “A participação alemã na formação e desenvolvimento do Brasil”. Anais do terceiro simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1978.

- Carneiro, J. F. – *Imigração e Colonização no Brasil*, Rio de Janeiro, Univ. do Brasil, 1950.
- Cunha, J. L. – *Os Colonos alemães e a fumicultura*, Santa Cruz do Sul, FISC, 1991.
- Dias, L.F. *Os sentidos do idioma nacional. As bases enunciativas do Nacionalismo Lingüístico no Brasil*, Campinas: Pontes, 1996.
- Ducrot, O. (1972) *Princípio da Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- \_\_\_\_\_ “Esboço de uma teoria Polifônica da Enunciação” in *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_ “Argumentação e Topoi Argumentativos” in Guimarães, E. (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- Elias, N. *O processo civilizador. Vol.2*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- Fischer, L. A. e Gertz, R. – *Nós, os Teuto-Gaúchos*, Rio Grande do Sul, Ed. Universidade, 1996.
- Fouquet, C. *Der Deutsche Einwanderer*. Instituto Hans Staden, SP, 19774.
- Gardét, Madray & Brès “Conflito de nomação em situação de diglossia” in Vermes, G. & Boutet, J. (orgs.) - *Multilingüismo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- Gertz, R. “Os alemães no Rio Grande do Sul” In *Diversidade étnica e identidade gaúcha Rio Grande do Sul*, CEMI- Centro de estudos de migrações internacionais
- Guimarães, E. (2000) “O Político e os Espaços de Enunciação”. Conferência no “I Encontro Nacional Linguagem, História, Cultura”, Cáceres, UNEMAT.
- Guimarães, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- \_\_\_\_\_ *Os limites do sentido. Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas: Pontes, 2002.
- Haroche, C. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- Hobsbawn, E. *Nações e Nacionalismo desde 1789*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- Ilari, R. *Lingüística Românica*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

- Kipper, M.H. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Sta. Cruz (1937 – 1945)*. Apesc, RS. 1979
- Kristeva, J. (1941) *Historia da Linguagem*. Lisboa, Edições 70, 1969.
- Labov, W. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1972.
- Lando, A. M. e Barros, E. - "Capitalismo e Colonização: Os alemães no Rio Grande do Sul" In *RS: Imigração e colonização*, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1992.
- Magalhães, M.B. - *Pangermanismo e Nazismo. A trajetória rumo ao Brasil* Ed. Unicamp (1998).
- Martins, W. – *Um Brasil diferente*, São Paulo, Anhembi Limitada, 1955.
- Oberacker Jr, C.H. - *A contribuição teuta à formação da Nação brasileira*, Presença, Rio de Janeiro, 1955.
- Orlandi, E. *As formas do silêncio*. Campinas: Pontes, 1992.
- \_\_\_\_\_ *Discurso e Texto*. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_ *Língua e Conhecimento Lingüístico*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- Pagotto, E.G. (2001) *Variação e(é) Identidade*. Tese doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- Patarra, N. L. *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, Campinas, 1995
- Pêcheux, M. (1981) "A formação das línguas nacionais" In Gadet & Pêcheux (orgs.) *A Língua Inatingível*, Campinas: Pontes, 2004.
- Piccolo, H.I.L. "O sistema político e imperial e a colonização alemã no Rio Grande do Sul". Anais do terceiro simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1978.
- Pimpão, A. C. – *Vieram em Busca da Liberdade: Os 150 anos da imigração alemã no Brasil*, Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica
- Radünz, R. *Do Poder de Deus Depende*, Rio Grande do Sul, Unisc, 1996.

- Rajagopalan, K. “Dos dizeres diversos em torno do fazer” in D.E.L.T.A, vol.6 n° 2, Campinas, 1990.
- Rancière, J. “O dissenso” in Novaes, A. (org.) *A crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_ (1995) *O Desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34,1996
- Saussure, F. (1966) *O Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- Santos, A. C. M. “Linguagem, Memória e história: o enunciado nacional” in Ferreira, L.M. e Orrico, E.G. (orgs.) *Língua, Identidade e Memória Social*. São Paulo: Novas Fronteiras e Novas Articulações, 2002.
- Smith, A. (1926) *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- Starobinski, J. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Edusp, 1996.
- Tarallo & Alkmin. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.
- Tarallo, F. *Pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Editora Ática, 1981.
- Weimer, G. “Análise da Teoria da obra de Emílio Willems. A aculturação dos alemães no Brasil”. Anais do terceiro simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1978.
- Weinreich, U. *Languages in Contac. Findings and Problems*. Mouton: The Hague, 1968.

## ANEXO

Apresento abaixo a transcrição das entrevistas feitas no período de 07 a 27 de fevereiro de 2001, nas cidades de Entre Rios e Witmarsum, no Paraná. O que se encontra em negrito são as traduções das entrevistas.

### 1. ALEXANDER 15 Anos

E: Was machst du nach der Schule? [**O que você faz depois das aulas?**]

A: Meisten gehe ich im Club, geschwimmwn und gehe Tennisspielen [**Na maioria das vezes, vou ao clube, nadar e jogar tênis.**]

E: Was findest du über Guga? [**O que você acha do Guga.**]

A: Guga? Meisten spielt neh so gut wie er will spielt, aber spielt schön gut. [**Na maioria das vezes, ele não joga tão bem como ele queria jogar, mas ele joga bem.**]

E: Gibt es ein guter Deutscher spieler? [**Tem algum bom jogador alemão?**]

A: Jo, es gibt schön gutter deutscher Spieler, aber der beste spielt in Brasilien. [**Sim, tem bons jogadores, mas os melhores jogam no Brasil.**]

E: Und Boris Becker und Steff Graf? Findest du ihen nicht so gut? [**E Becker e Graff? Você não os acha bons?**]

A: Stef Graf spielt schön gut, aber Boris Becker finde ich nicht gut. [**Graff joga muito bem, mas Becker, eu não acho ele bom.**]

E: Kennst du Herr Satzler? [**Você conhece Sr. Satzler?**]

A: Satzler? Ja

E: Weisst du wo er wohnt? Ich muss zu ihm gehen, aber ich weiss es nicht wo er wohnt. [**Sabe onde ele mora? Eu preciso ir até ele, mas não sei onde mora.**]

A: Não tem como falar onde que é. Não tem ponto de referência.

E: Muss ich ein Bus nehmen oder kann ich zu Fuss gehen? [**Preciso pegar ônibus ou dá para ir a pé.**]

A: **\*\*alles zu Fuss gehen in der Kolonie. [Você pode andar a pé na colônia]**

E: Wie lange spielst du Tennis? [**Há quanto tempo você joga tênis?**]

A: Ich spiele schon Tennis seit fünf oder sechs Jahre. [**Há 5 ou 6 anos.**]

E: Hast du in einem Mannschaft gespielt? [**Você já participou de campeonatos?**]

A: Ja, so ungefähr habe ich schon gespielt hier in der Kolonie. Unser Lehrer hat ein Mannschaft gemacht, aber nur só no saibro. [**Eu já participei de campeonatos na colônia. Nosso professor que organizou, ma só em saibro.**]

E: Was macht dein Vater? [**O que seu pai faz?**]

A: Mein Vater hat ein Geschäft. [**Meu pai tem uma loja**]

E: Hast du Geschwister? [**Você tem irmãos?**]

A: Ich habe ein Bruder. [**Eu tenho um irmão**]

E: Junger oder alter? [**Mais velho ou mais novo?**]

A: Er ist neuer als mich. Er ist fünf Jahre. [**É mais novo que eu. Ele tem 5 anos.**]

E: Und deine Mutter? Was macht sie? Arbeitet sie? [**E sua mãe, o que ela faz? Ela trabalha?**]

A: Meine Mami ist Direktorin in Colégio Estadual D. PEDRO I. [**Minha mãe é diretora do Colégio D. Pedro I.**]

E: Wer ist Deutscher in deiner Familie? [**Quem é alemão na sua família?**]

A: Alle. Mein Vater und meine Mutter nicht, aber mein Uropa, meine Uroma und meine Oma. [**Todos. Meu pai e minha mãe, não, mas meus avós e bisavós são.**]

E: Bist du schon nach Deutschland gefahren? [**Você já foi a Alemanha?**]

A; Nein. [**não**]

E: Aber willst du? [**Mas você quer ir?**]

A: Ja. Warscheinlich das Jahr oder nächste Jahr. [**Sim, talvez este ano ou no próximo ano.**]

E: Und was machst du da? [**E o que fará lá?**]

A: In Deutschland? Ich weiss es nicht. [**Na Alemanha? Não sei.**]

E: Lernen? [**Estudar?**]

A: nein. [**não**]

E: spazieren? [**Passear?**]

A: nur spazieren. dann später, will ich velleicht lernen. [**Só passear. Daí, mais tarde talvez eu queira estudar.**]

E: in einer Universität? [**Em uma universidade?**]

A: Ich weiss noch nicht. wenn ich durch \*\*\*, vllleicht mache ich facultade. [**Eu não ainda não sei, \*\*\* talvez eu faça facultade.**]

E: Wählst du schon deinen Beruf? [**Você já escolheu sua profissão?**]

A: Wahrscheinlich werde ich veterinär. [**Talvez eu faça veterinária.**]

2. GELDER, 18 anos

G: Ich heisse Gelder und habe achtzehn Jahre alt. [**Eu me chamo Gelder e tenho 18 anos.**]

E: Und was machst du? [**E o que você faz?**]

G: como assim?

E: Was machst du hier? [**O que você faz aqui?**]

G: Arbeite ich in xerox. Ich mache xerox. [**Trabalho no xerox. Eu faço xerox.**]

E: Lernst du? [**Você estuda?**]

G: Ja. [**sim**]

E: Wo? [**Onde?**]

G: Ich werde in dieses Jahr in die Unicentro lernen. [**Este ano vou estudar no Unicentro.**]

E: Was lernst du? [**O que você estuda?**]

G: Mathematik. [**Matemática.**]

E: Was findest du Entre Rios? [**O que você acha de Entre Rios?**]

G: Ist schön. Ist ein bisschen ruhig, aber ich mag schön gern ruhig. [**É bonita. Um pouco calma, mas eu gosto de calma.**]

E: Und was machst du, wenn du machen Spass willst? [**E o que você faz para se divertir?**]

G: Manchmal ich fahre die Shopping in Guarapuava. [**Às vezes eu vou para o shopping em Guarapuava.**]

E: Feirst du die Karnevall? [**Vai pular carnaval?**]

G: Ich möchte gern zu hause bleiben. [**Eu gosto de ficar em casa.**]

E: wer ist Deutscher in deiner familie? [**Quem é alemão na sua família?**]

G: Meine Mutter und mein Vater. [**Minha mãe e meu pai.**]

E: Bist du schon in Deutsch gewesen? [**Você já esteve na Alemanha?**]

G: Nein. [**Não.**]

E: Aber willst du? [**Mas você quer ir?**]

G: Ich will. [**Eu quero.**]

E: Zu lernen? [**Para estudar?**]

G: ah, wenn ich kann lernen... [**se eu puder estudar.**]

E: Wo wohnst du? Es ist nah von hier? [**Onde você mora? É perto daqui?**]

G: neh... [**não**]

E: Welche Sprache sprichst du zu Hause? [**Que língua você fala em casa?**]

G: In der Home, Deutsch. [**Em casa, alemão.**]

E: Hast du Geschwister? [**Você tem irmãos?**]

G: Zwei Schwester. [**Duas irmãs.**]

E: Wie alt sind sie?

[**Quantos anos elas tem?**]

G: Die älteste einundzwanzig Jahre und die jüngste siebzehn Jahre. [**A mais velha 21 e a mais nova 17.**]

E: Wo hast du gelernt? [**Onde você estudou?**]

G: Die erste Jahr bis 9. Klasse habe ich Colegio Imperatriz und der nächste Jahr hab'ich im D. Pedro abend, weil ich arbeite. [**Da primeira a nona série estudei colégio imperatriz e o seguinte estudei a noite no D. Pedro, porque eu trabalhava.**]

E: Und deine Schwester? [**E sua irmã?**]

G: Meine.... Meine jüngste Schwester geht in die 8. Klasse im Imperatriz und meine älteste Schwester hat bis 6. Klasse im Imperatriz und dann auch im D. Pedro. [**Minha irmã mais nova está na oitava série no Imperatriz e minha irmã mais velha estudou até a sexta série no Imperatriz e depois no D. Pedro.**]

E: Und was macht sie jetzt? [**E o que ela faz agora?**]

G: Sie arbeitet im Mercado, né, im Supermarkt. [**Ela trabalha no mercado**]

E: Ist sie verheiratet? [**Ela é casada?**]

G: Nein, ist ledig. [**Não, é solteira.**]

E: Und du? Hast du einen Freund? [**E você, tem namorado?**]

G: Ja. [**sim**]

E: Wie lange? [**Há quanto tempo?**]

G: Halb Jahr. [**Seis meses.**]



E: Wie heisst er? [**Como ele chama?**]

G: Francisco.

E: Von wo hast du ihn kennengelernt? [**Onde você o conheceu?**]

G: Ich habe in der Schule kennenlernt. Ich lerne in andere Schule und ich habe ihn kennenlernt.

[**Eu o conheci na época da escola. Nos estudávamos em escolas diferentes.**]

3. CAROLINA , 28 anos

C: Meu nome é Carolina Kriegewalden. Entschuldigung! Mein Name ist Carolina Kriegewalden und ich habe achtundzwanzig...siebenundzwanzig Jahre. [**Desculpe! Meu nome é Carolina e tenho 28, 27 anos.**]

E: Wie lange arbeitest du hier? [**Há quanto tempo você trabalha aqui?**]

C: 7 anos

E: Immer im Kindergarten? [**Sempre no jardim de infância?**]

C: Immer im Kindergarten, ja. [**sim, sempre.**]

E: Bist du verheiratet? [**Você é casada?**]

C: Ja, seit ein Jahr hab'ich geheiratet. [**Sim, sou casada há um ano.**]

E: Hast du Kinder? [**Você tem filhos?**]

C: Nein, ich habe keine Kinder. Wir wollen ein bisschen warten. [**Não, eu não tenho filhos. Nós queremos esperar um pouco.**]

E: Wo hast du gelernt? [**Onde você estudou?**]

C: Ich habe fast allem hier gelernt. Von Kindergarten bis die segundo grau. Dann 3 Jahre in Ponta Grossa hab'ich gelernt. Da hab'ich portugugiesisch und English gemacht. [**Eu estudei a maior parte do tempo aqui. Do jardim até o segundo grau. Depois três anos em Ponta Grossa. Lá eu fiz português e alemão.**]

E: Hast du Deutscher in deiner Familie? [**Você tem alemães na família?**]

C: Hãaa.. die von Deutschland direkt hier? Nein, meine Eltern kommt von Santa Catarina und..... meine Grosseltern kommen ....durch....von Russland durch Deutschland zu hier. [**Que vieram da Alemanha para cá? Não, meu pais vieram de SC e meus avós virem da Rússia, atravessando a Alemanha.**]

E: Von wo in Santa Catarina? [**De onde em Santa Catarina?**]

C: Da gibt's auch ein Witmarsum. [**Lá também tem um Witmarsum.**]

E: Ja, ich weiss. D. Lena hat mir gesagt. Welche ist die grosste Schwierigkeit im Kindergarten?

[**Eu sei. D. Lena me disse. Qual é a maior dificuldade no jardim da infância?**]

C: É.... ich glaube das sind sehr Verwund, né?! Sie meinen weil sie waren die jungsten, ja, sie können alles machen. Hier müssen sie lernen anhallen. Dass kann die Kinder schwierig verstehen. [**Eu acho que elas são muito teimosas (mimadas). Elas acham que por serem pequenas podem fazer de tudo. Elas precisam aprender a se controlar. Isso é difícil para elas entenderem.**]

4. RUBENS, 41 Anos.

E: Warum willst du nach SP gehen? [**Porque você quer viajar para SP?**]

R: Mein parente besuchen. [**Visitar meus parentes.**]

E: Hast du Kinder?[**Você tem filhos?**]

R: Ein casal, zwei [**Um casal, dois.**]

E: Sind sie schon verheiratet? [**Eles já são casados?**]

R: Sind alle verheiraten. Ein ist normalist und ein cuida da lavoura. Ich habe zwei netos. [**Já são casados. Um é normalista e o outro cuida da lavoura. Eu tenho dois netos.**]

5. URSULA 43 anos

U: Ich heisse ursula und bin dreiundvierzig jahre alt. [**Eu sou Ursula e tenho 43 anos.**]

E: Haben sie Verwandte in Deutschland? [**Você tem parentes na Alemanha?**]

U: Ja, aber ganz weit. ich bin schon von der 3o. Generation. Meine Urgrossmutter ist eigentlich von Deutschland, né, ich bin schon hier geboren. Meine Mutter und meine Grossmutter auch. Dann ganz weit hab' ich Verwandte in Deutschland. [**Sim, mas muito distantes, da terceira geração. Minha bisavó é da Alemanha, né, eu nasci aqui. Minha mãe e vó também. Assim, eu tenho parentes muito distantes na Alemanha.**]

E: Sind Sie schon nach Deutschland gefahren? [**Você já foi para Alemanha?**]

U nein, noch nicht. Kenne noch nicht Deutschland. [**Não, ainda não. Eu não conheço a Alemanha.**]

E: wie lange arbeiteten Sie hier? [**Há quanto tempo você trabalha aqui?**]

U In der Schule, hier in Sekretariat arbeite ich hier vortlich (?) in Oktober dieses Jahr 5 Jahre als Sekretärin. [**Na escola, aqui na secretaria eu trabalho... em Outubro deste ano vai fazer 5 anos como secretária.**]

6. HERNA, 48 anos

E: Sind Sie verheiratet? [**A senhora é casada?**]

H: Ja. [**sim.**]

E: Wo ist dein Mann? [**Onde está seu marido?**]

H: Er arbeitet. [**Ele está trabalhando.**]

E: Wo? [**Onde?**]

H: Na colônia do Lago.

E: Was macht er? [**O que ele faz?**]

H: Er pflanzt. [**Ele planta.**]

E: Was pflanzt er? [**O que ele planta?**]

H: Soja, milho.

E: Wo lernt dein Kinder? [**Onde estudam seus filhos?**]

H: In Palmeira.

E: Ich glaube er lernt hier in der Schule. [**Eu achei que eles estudavam aqui (Witmarsum)**]

H: Nein, er hat zuerst gelernt hier, aber er ist in Segundo grau. [**Não, antes ele estudou aqui, mas agora ele está no segundo grau.**]

E: Wie alt ist er? [**Quantos anos ele tem?**]

H: Dezesete.

E: Und deine Mutter, wie alt ist sie? [**E sua mãe, quantos anos tem?**]

H: oitenta e... seis.

E: Ist sie Deutscher? [**Ela é alemã?**]

H: Ja. [**Sim.**]

E: Woher kommt sie? [**De onde ela veio?**]

H: Mein... die Mutter von mein Vater, die ist geboren in Morette, die von da gekommen.

Mein Mann ist brasileiro. [**A mãe do meu pai nasceu em Morette, de onde eles vieram.**

**Meu marido é brasileiro.]**

E: Spricht er Deutsch? [**Ele fala alemão?**]

H: Er hat... ich könne sprechen mit ihn. Er versteht alles, und er hat viele Worter spricht. [**Eu consigo falar com ele. Ele entende tudo e fala muitas palavras.]**

E: Welche Sprache spricht Ihr (*die Familie*) mehr? [**Que língua sua família mais usa em casa?**]

H: Mehr portugûês. Manchmal alemão mit die Mama und die mein Kinden, ja aber wenn er ist mit mein Mann, nein, por causa dele, né?! Mas ele entende se eu falá. [**Mais portugûês. Às vezes, falo alemão com minha mãe e com as crianças, mas quando ele está perto, aí não falo, por causa dele, né?!**]

E: Wo hast du ihn kennengelernt? [**Onde você o conheceu?**]

H: Aqui mesmo.

E: Arbeitet er hier? [**Ele trabalha aqui?**]

H: Er wohnt na colônia do Benfica. [**Ele mora na colônia Benfica.]**

E: Wo liegt diese Kolonie? Es ist weit? [**Onde fica essa colônia? É longe?**]

H: Ja, depois de Quero-quero. Er war in der Colônia do Lago. [**É. Depois de quero-quero. É na colônia do Lago.]**

E: Wie lange dauert die Reise Quero-Quero bis Colônia do Lago? [**Quanto tempo dura a viagem até a colônia do Lago?**]

H: Mais ou menos quatro und halbe Stunde.[**meia hora**] Ele fica acampado.

E: Wann kommt er nach Hause?[**Quando ele vem para casa?**]

H: Er kommt am Sontags. [**Ele vem aos domingos.]**

## 7. WILSON, 57 ANOS

E: Wo wohnen Sie? [**Onde o senhor mora?**]

W: Hier, ganz Zentrum, zweihundert Meter da hier. [**Aqui, bem no centro, cerca de 200m daqui.]**

E: In einem Bauernhoff?[**Em uma fazenda?**]

W: Neh, neh.... sauer wie hier so.

E: Haben Sie Kinder? [**Você tem filhos?**]

W: Jo, drei.[**Sim, 3.**]

E: Wo ist deine Frau? [**Onde está sua mulher?**]

W: Sie ist zu Hause. [**Está em casa.**]

E: Was macht sie? Arbeitet sie zu Hause? [**O que ela faz? Trabalha em casa?**]

W: Ah, von alles wir müssen.[**Tudo que precisar.**]

E: Wo arbeiten Sie? [**Onde você trabalha?**]

W: Wir arbeiten zu hause,ganz zu Hause mit dem Nener, holandês Kuhe. [**Nós trabalhamos em casa, com vacas holandesas.**]

E: Wen verkaufen Sie das Milch? [**Para quem você vende o leite?**]

W: Witmarsum.

E: Der Kultus in der Kirche ist auf Deutsch oder auf Portuguesisch? [**O culto na igreja é em português ou alemão?**]

W: Nein, ist Deutsch und Português. Wir hat so viele Leute hier alemão und viel português. Então meia a meia, né, halb und halb. [**Não, é em português e alemão. Nós temos muitas pessoas alemãs e brasileiras. Então meio e meio, né?**]

E: Woher kommt deine Eltern? [**De onde vem seus pais?**]

W: Von alemanha. [**Da Alemanha.**]

E: Beiden? Deine Mutter und dein Vater? [**Os dois?**]

W: Neh, neh... zuerst mein Vater. [**não**]

E: Ist deine Mutter brasilianisch?[**Sua mãe é brasileira?**]

W: Neh, ist auch nicht von hier, né, aber nicht von Alemanha. [**Não. Não é daqui, né, mas não é da Alemanha.**]

E: Was machen die Einwohner von Witmarsum am Wocheende? [**O que fazem os moradores daqui nos fins-de-semana?**]

W: Neh, Neh.... Wir schlafen. [**Nada. Dormimos.**]

E: Schlaft Ihr nach dem Mittag? [**Vocês dormem depois do almoço?**]

W: Jo, jo.

8. VITÓRIA, 72 anos.

E Sind Sie brasilianisch? [**A senhora é brasileira?**]

V: Ja. [**Sim.**]

E Mit wem haben Sie Deutsch gelernt? [**Com quem você aprendeu alemão?**]

V: Cá minha mãe e o meu pai

E: Sind sie brasilianisch? [**Eles são brasileiros?**]

V: Neh, ist nicht von hier, Aber nicht von Alemanha. Eles vieram da Rússia-alemão. [**Não, eles não são daqui, mas não são da Alemanha.**]

E Arbeiten Sie zu Hause? [**O senhor trabalha em casa?**]

V: Ja.

E Haben Sie schon Enkel? [**O senhor já tem netos?**]

V: Ja, [**sim**] neto e bisneto.

E Wie alt sind sie? [**Quantos anos eles têm?**]

V: São tudo criança ainda, os bisneto .

E Wo lernen sie? [**Onde eles estudam?**]

V: Tem uma parte (*que estuda*) aqui. Tem uma parte em Palmeira.

E Wo ist dein Herr? [**Onde está seu marido?**]

V: Meu marido? Ele saiu prá passeá. Foi lá no mercado fazê umas compra.

E Arbeitet er? [**Ele trabalha?**]

V: Ele trabalha ainda. Pouco, mas trabalha. Ele já tem 78 anos.

9. HELENA, 73 anos.

E Woher kommen deine Eltern? [**De onde vem seus pais?**]

H: Meine Mama und mein Pai eram da Alemanha. [**Meu pai e minha mãe eram da Alemanha.**]

E Wie lange sind Sie verheiratet? [**Há quanto tempo está casada?**]

H: Ic habe geheiratet von sechsundzwanzig Jahre (*alt*) und ich habe dreiundsiebzig. Ich habe schon bisneto. [**Eu casei ao 26 anos e agora tenho 73. Eu já tenho bisneto.**]

E Ah ja, sind sie jung? [**São novos?**]

H: Junge, ja! Aber die erste hat, ist geheiratet von vierzenh Jahre. [**Nova, mas a primeira está casada desde os 14 anos.**]

E Vierzenh Jahre alt? [**14 anos?**]

H: É catorze anos. Ela ficou grávida e quando casou já tinha nenê, mas ele (*o marido*) não se acostumou e foi embora.